



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

GERALDO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PIBEX: UM ESTUDO SOBRE OS PROJETOS DE
EXTENSÃO E A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES BOLSISTAS DA UFT**

PALMAS-TO

2018

GERALDO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PIBEX: UM ESTUDO SOBRE OS PROJETOS DE
EXTENSÃO E A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES BOLSISTAS DA UFT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins - UFT, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliana Ricarte Ferraro

PALMAS-TO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- F333e Ferreira Júnior, Geraldo José .
 Extensão Universitária e PIBEX: um estudo sobre os projetos de extensão e a percepção dos discentes bolsistas da UFT. / Geraldo José Ferreira Júnior. – Palmas, TO, 2018.
 146 f.
- Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2018.
 Orientadora : Juliana Ricarte Ferraro
1. Extensão Universitária. 2. Projetos de Extensão. 3. Discentes. 4. Universidade-sociedade. I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

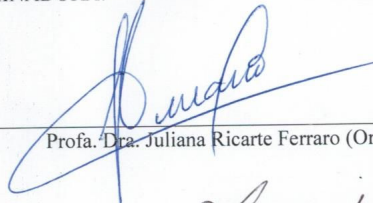
GERALDO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

"EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PIBEX: UM ESTUDO SOBRE OS
PROJETOS DE EXTENSÃO E A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES BOLSISTAS
DA UFT".

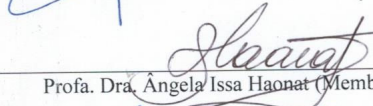
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional em Gestão de Políticas Públicas
da Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.
Orientador(a): Juliana Ricarte Ferraro

Aprovada em 27/03/18.

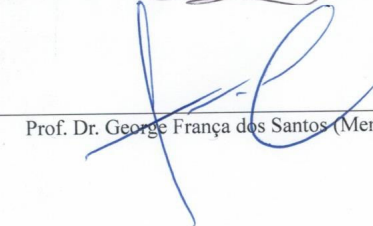
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Juliana Ricarte Ferraro (Orientadora)



Prof. Dra. Angela Issa Haoná (Membro interno)



Prof. Dr. George França dos Santos (Membro externo)

Aos meus amados pais: Geraldo e Gislene.
Eternamente grato pelo amor a mim concedido.

AGRADECIMENTOS

A Deus por amorosamente ter me conduzido em toda a minha existência.

Ao meu irmão Gregório (*in memoriam*): “*é que você foi embora, cedo demais...*”. Agradeço a você meu irmão, pelos momentos vividos, pelos quartos que compartilhamos juntos na infância, pelas nossas tardes embaladas ao som de Legião Urbana, por ter sido para mim um exemplo de perseverança e resistência até o momento onde você pode ir... você está eternizado em minha existência.

À minha irmã Daniela (minha sempre “gordinha”) por atravessar ao meu lado nos momentos maravilhosos, por aqueles às vezes nem tão maravilhosos assim, mas, principalmente, por estarmos sempre unidos e nos apoiando.

Ao meu marido Vinícius, pela convivência diária neste período, às vezes, conturbado do mestrado, sempre me dando apoio, sendo compreensivo e acreditando na minha capacidade. Seu incentivo me motiva a alçar voos ainda mais altos.

À UFT, por fazer parte da minha trajetória de vida: universidade onde, em 2011, me graduei; onde, desde 2014, exerço minhas atribuições como servidor público pertencente ao seu quadro efetivo e, em 2016, me possibilitou galgar mais um degrau rumo a minha formação como pesquisador com minha aprovação neste programa de mestrado. Temos uma longa história juntos e sou grato a tudo que esta instituição me ofereceu e ainda me oferece.

À professora, orientadora e amiga professora Dra. Juliana Ricarte Ferraro, pela orientação, pelo incentivo, pela confiança e credibilidade no meu desejo de construir esta pesquisa e, principalmente, pela sua dedicação e competência no decorrer de nossa trajetória. Nossos encontros de orientação regados a filé na chapa e muita conversa enriquecedora estarão sempre deliciosamente marcados em minha memória.

Aos professores Dr. George França e Dra. Ângela Issa Haonat, por terem aceito participar da banca como avaliadores, o que muito enriqueceu nosso trabalho. Meus agradecimentos, carinho e gratidão.

A todos os professores com quem tive a oportunidade de conviver, aprender e admirar: desde aqueles que contribuíram na minha educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, na graduação e aos pertencentes ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins – UFT: vocês são são carinhosamente responsáveis pela minha chegada até aqui.

À Míriam, minha cunhada e amiga, que por tantas e tantas vezes me ouviu e me ajudou no árduo percurso de construção desta pesquisa. Nossas tardes regadas a tapiocas com café na lanchonete da UFT foram de grande valia.

À minha irmã-amiga Eliane Aires por estar sempre ao meu lado em todos os momentos. Quantas lamúrias e inquietações você ouviu durante meu período de mestrado, não é mesmo? Grato por tudo.

Aos meus colegas guerreiros da turma 2016/1 do Gespol onde tive o privilégio de conviver: André, Gilberto, João, Joel, Jordana, Marco Aurélio, Oldiley, Pedro, Rejane e Ustana. Pude aprender com cada um de vocês e desejo muito sucesso em suas trajetórias.

E, por fim, a todos aqueles que dedicam parte de seu tempo para os estudos relacionados à extensão universitária e que, de certo modo, tornaram esta pesquisa possível de ser conduzida e finalizada.

RESUMO

Esta dissertação busca analisar e compreender em que medida a política de extensão praticada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), tendo como recorte para a pesquisa o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), tem fomentado a interação da universidade com outros setores da sociedade, por meio da análise dos projetos de extensão aprovados pelo referido programa, bem como compreender como se dá a percepção destas práticas extensionistas por parte dos discentes bolsistas que encontram-se envolvidos neste processo. Para isso, inicialmente, realizou-se levantamento dos documentos institucionais ligados à política de extensão da UFT de forma a confrontá-los frente às principais diretrizes e normativas de extensão universitária no Brasil. Ressalta-se que a política nacional de extensão e, conseqüentemente a da instituição em estudo, encontra-se em processo permanente de discussão, resignificação e implementação por conta de seu caráter inacabado e ainda em construção. Com abordagem quali-quantitativa, a pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, comportou também: pesquisa bibliográfica e documental além da aplicação de questionários junto aos discentes bolsistas partícipes do PIBEX Acadêmico no ano de 2016 a fim de compreender a percepção destes sujeitos acerca da política extensionista da UFT. Neste sentido, para subsidiar o estudo, utilizou-se como referencial teórico: (I) autores já consagrados nos estudos a respeito da extensão universitária no país, tais como Fagundes (1986), Gurgel (1986), Botomé (1996), Souza (2000), Melo Neto (2001), Nogueira (2005) e Cunha (2007); (II) os debates e documentos propostos pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX); e, por fim, (III) as normatizações de cunho extensionista desenvolvidas no âmbito da UFT. No que se refere às políticas de extensão da universidade em estudo, constatou-se que as normativas, diretrizes e concepções acerca da extensão coadunam-se com as principais diretrizes nacionais desenvolvidas pelo FORPROEX; no que se refere à percepção dos discentes, constatou-se, por intermédio dos questionários que estas encontram-se, em grande parte, amadurecidas e compreendidas, porém no que concerne aos aspectos ligados à divulgação da extensão universitária na UFT, observou-se a necessidade de maior publicização junto aos discentes no sentido de fortalecer ainda mais as práticas extensionistas na UFT.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Projetos de Extensão; Discentes; Universidade-sociedade.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze and understand the extent to which the extension policy practiced by the Federal University of Tocantins (UFT), having as a cut-off for the research the Institutional Extension Grant Program (PIBEX), has fostered the university's interaction with other sectors of the society, through the analysis of the extension projects approved by said program, as well as to understand how the perception of these extensionist practices by the scholarship students who are involved in this process. To do so, initially, a survey was made of the institutional documents related to UFT's extension policy in order to confront them with the main guidelines and norms of university extension in Brazil. It should be emphasized that the national policy of extension and, consequently, that of the institution under study, is in permanent process of discussion, resignification and implementation due to its unfinished character and still under construction. With a qualitative and quantitative approach, the exploratory and descriptive research also included bibliographical and documentary research and the application of questionnaires to fellow scholars participating in the Academic PIBEX in 2016 in order to understand the perception of these subjects about the extensionist policy of UFT. In this sense, to support the study, we used as theoretical reference: (I) authors already consecrated in the studies about the university extension in the country, such as Fagundes (1986), Gurgel (1986), Botomé (1996), Souza (2000), Melo Neto (2001), Nogueira (2005) and Cunha (2007); (II) the debates and documents proposed by the Forum of Pro-Rectors of Extension of the Public Institutions of Higher Education in Brazil (FORPROEX); and, finally, (III) the extension regulations developed within the UFT. With regard to the extension policies of the university under study, it was verified that the norms, guidelines and conceptions about extension are in line with the main national guidelines developed by FORPROEX; as far as the perception of the students is concerned, it was found through the questionnaires that their perceptions are largely matured and understood, but with regard to the aspects related to the dissemination of university extension in UFT, it was observed the need for greater publicity among the students in order to further strengthen the extensionist practices in UFT.

Keywords: University Extension; Extension Projects; Students; University-society.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição Geográfica dos Câmpus da UFT	47
Figura 2 – Organograma da Gestão Superior da UFT	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Avaliação de Políticas e Ações acadêmico-administrativas de Extensão/2016....	68
Gráfico 2 – Área Temática / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016	98
Gráfico 3 – Unidade Geral / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016.....	99
Gráfico 4 – Previsão de Duração / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016.....	102
Gráfico 5 – Abrangência / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016.....	102
Gráfico 6 – Parcerias / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016	103
Gráfico 7 – Técnico-administrativos / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016	103
Gráfico 8 – Membros externos à UFT / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ações aprovadas pelo Edital ProExt 2010 MEC/SESu.....	66
Tabela 2 – Ações aprovadas pelo Edital ProExt 2011 MEC/SESu.....	67
Tabela 3 – Ações aprovadas pelo Edital ProExt 2014 MEC/SESu.....	67
Tabela 4 – Ações aprovadas pelo Edital ProExt 2015 MEC/SESu.....	67
Tabela 5 – Ações aprovadas pelo Edital ProExt 2016 MEC/SESu.....	67
Tabela 6 – Perfil geral da amostra	78
Tabela 7 – Categoria: Percepções quanto à participação discente na extensão da UFT	80
Tabela 8 – Categoria: Percepções quanto às ações de extensão da UFT	84
Tabela 9 – Categoria: Percepções quanto à participação do discente no PIBEX.....	87
Tabela 10 – Definição quanto à extensão universitária na percepção do discente bolsista.....	93
Tabela 11 – Linha de Extensão / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016.....	100
Tabela 12 – Unidade de Origem, Geral e Quantitativo / PIBEX Acadêmico – Ano: 2016 ...	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas, Diretrizes e Estratégias de Extensão e Cultura (PDI 2007-2011).....	56
Quadro 2 – Eixo, Diretrizes e Estratégias (PDI 2011-2015)	58
Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos: Extensão (2011 a 2016).....	59
Quadro 4 – Áreas Temáticas da Extensão Universitária da UFT	72
Quadro 5 – Relação dos Editais de Seleção PIBEX.....	75
Quadro 6 – Percepções acerca do conceito de extensão universitária pelos discentes envolvidos no PIBEX.....	94
Quadro 7 – Critérios para análise – Formulário para Registro das Ações Extensionistas	95
Quadro 8 – Categoria de análise: Público-alvo dos projetos de extensão.	105
Quadro 9 – Categoria de análise: Relação Universidade-sociedade	106
Quadro 10 – Resumo Descritivo – P1	132
Quadro 11 – Resumo Descritivo – P2	132
Quadro 12 – Resumo Descritivo – P3	133
Quadro 13 – Resumo Descritivo – P4	134
Quadro 14 – Resumo Descritivo – P5	134
Quadro 15 – Resumo Descritivo – P6	135
Quadro 16 – Resumo Descritivo – P7	136
Quadro 17 – Resumo Descritivo – P8	137
Quadro 18 – Resumo Descritivo – P9	138
Quadro 19 – Resumo Descritivo – P10	138
Quadro 20 – Resumo Descritivo – P11	139
Quadro 21 – Resumo Descritivo – P12	140
Quadro 22 – Resumo Descritivo – P13	141
Quadro 23 – Resumo Descritivo – P14	142
Quadro 24 – Resumo Descritivo – P15	143
Quadro 25 – Resumo Descritivo – P16	144
Quadro 26 – Resumo Descritivo – P17	145
Quadro 27 – Resumo Descritivo – P18	146

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CF	Constituição Federal
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Planejamento Estratégico
Proad	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Proap	Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento
Proest	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Proex	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
Progedep	Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação
Propesq	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
ProExt	Programa Nacional de Extensão Universitária
PIBEX	Programa Institucional de Bolsa de Extensão
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SIGProj	Sistema de Gestão e Informação de Projetos
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPSS	<i>Statistical Package for Social Science</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unitins	Fundação Universidade do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 METODOLOGIA.....	22
2.1 Tipo de pesquisa	22
2.2 População selecionada para análise e Instrumentos de Coleta de Dados	25
2.3 Instrumentos e procedimentos de coleta e análise dos dados	26
3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	28
3.1 A extensão universitária e seu surgimento: percursos e conceitos.	28
3.2 A extensão universitária no Brasil: de sua gênese à atualidade.....	30
4 PANORAMA INSTITUCIONAL.....	45
4.1 Breve histórico da UFT.....	45
4.2 Documentos institucionais e extensão universitária na UFT: o que eles nos revelam? .	48
4.3 O PIBEX	74
5 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PERCEPÇÕES E PROJETOS DE EXTENSÃO EM ANÁLISE.....	77
5.1 Análise e discussão dos resultados	77
5.1.1 Os discentes bolsistas do PIBEX: descrição e análise das percepções a respeito da extensão universitária da UFT	77
5.1.2 Os projetos de extensão selecionados pelo PIBEX: uma análise da relação universidade-sociedade na perspectiva da extensão universitária	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
ANEXO A – EDITAL UFT/PROEX Nº 16/2016 – SELEÇÃO PIBEX ACADÊMICO – ANO: 2016.....	120
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES BOLSISTAS DO PIBEX.....	126
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – QUESTIONÁRIO.....	131
APÊNDICE C – QUADROS DE RESUMOS DESCRITIVOS DOS PROJETOS APROVADOS PELO PIBEX ACADÊMICO – ANO: 2016.....	132

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno da função social das universidades ganhou novos contornos e desdobramentos principalmente a partir da década de 1980, quando este debate se viu impulsionado tanto pela redemocratização brasileira como também pelas contestações que suscitavam às universidades o compromisso “extramuros” com o meio ao qual ela se via circundada. Tanto a comunidade acadêmica como a sociedade civil participaram ativamente dos debates acerca do papel desempenhado pelas universidades, destacando, especialmente, a responsabilidade da academia como protagonista da evolução social em todos os aspectos (NOGUEIRA, 2001).

Ao final da década de 1980, influenciada por movimentos sociais das mais diversas instâncias que cobravam uma postura mais crítica, inclusiva e participava do Estado por meio da educação, viu-se promulgada a Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida também por Constituição Cidadã (NOGUEIRA, 2001). Dentre os vários dispositivos legais que inovaram a ordem educacional brasileira, destaca-se aqui o Artigo 207¹ que trouxe em seu bojo o marco legal que torna a extensão universitária como parte integrante do tripé basilar universitário brasileiro e a eleva ao mesmo patamar das, até então, já reconhecidas atividades de ensino e pesquisa. Legitimava-se, a partir daí o princípio que tornava indissociável as dimensões de ensino, pesquisa e extensão no ordenamento universitário brasileiro.

Porém, o reconhecimento tardio da extensão universitária como dimensão acadêmica, seja por meio de dispositivos legais que a tornasse legítima ou pelo questionamento de suas práticas nos ambientes universitários, trouxe consequências para aqueles que lidam, de alguma forma, com atividades de cunho extensionista: tanto no âmbito de sua prática – ou até mesmo na ausência dela – entre os atores que compõem o ambiente acadêmico (docentes, discentes, técnico-administrativos); ou entre aqueles sujeitos responsáveis pela gestão da extensão nas universidades; e, por fim, também, revelando-se na incipiência de pesquisas acadêmicas que se propuseram a adentrar este “novo” campo de estudo.

Sob o viés da prática extensionista, Paula (2013, p. 1), é ainda mais categórico ao afirmar que “as atividades de extensão não têm sido adequadamente compreendidas e assimiladas pelas

¹ Artigo 207 da CF de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

universidades”. No campo da pesquisa em extensão universitária, Gurgel (1986), um dos expoentes nestes estudos no Brasil, afirma ter sido, inicialmente, desencorajado a trilhar este caminho de pesquisa sob a alegação de a extensão ser uma função de natureza recente e, por isso, sem expressão no panorama educacional brasileiro. Para Gurgel (1986, p. 13) “[...] alguns assinalavam que ela representava uma tentativa residual, de pouca validade científica e de caráter secundário”. Porém, ao iniciar suas pesquisas, deparou-se com outra situação: “muitos elementos para pesquisar, contrariando a tese de pouca importância da extensão [...] tal a quantidade e diversidade de informações disponíveis”.

Por outro lado, Nogueira (2011), mostra-se otimista ao afirmar que mesmo a extensão ocupando pouco espaço nas políticas públicas voltadas para o ensino superior, as universidades públicas brasileiras vêm desenvolvendo intensos trabalhos de extensão no sentido de fortalecer suas práxis e galgar visibilidade como parte legítima da tríade acadêmica.

Nota-se, nesta acepção, duas vertentes: 1) um movimento das instituições públicas de ensino – e daqueles que fazem parte dela – no sentido de fomentar atividades de extensão e, ao mesmo tempo, 2) uma dificuldade de entendimento das delimitações deste campo de estudo do que seria de fato a prática extensionista (SILVA, 2013).

É necessário frisar que, diferentemente das atividades de ensino e pesquisa, que possuem seus campos de atuação bem marcados, as práticas extensionistas ainda se encontram em constante estado de busca tanto pela delimitação de suas práticas como pela tentativa de ocupar o espaço que lhe é de direito: o de protagonista indissociável das dimensões de ensino e pesquisa. Sousa (2001, p. 107) chega a comparar a concepção de extensão universitária como um enigma: “aquilo que, para alguns, pode estar absolutamente claro e definido, para outros tantos assume contornos tão variados quanto as exposições propostas”. E, sob este prisma, acredita ainda que: “Portanto, este ainda é um dilema não superado, e a necessidade desta discussão persiste em nossos dias, como um desafio a ser enfrentado que refletirá na prática acadêmica” (SOUSA, 2001, p. 107).

Diante deste cenário, surgiu-me a inquietação inicial que motivou o interesse para a presente pesquisa que coincide com o início das atividades funcionais como servidor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no ano de 2014. Lotado na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex), desenvolvi minhas atribuições na Diretoria de Extensão desta Pró-Reitoria e pude ter contato direto com as práticas que envolvem o universo da extensão universitária: ora vivenciando as problemáticas pertinentes a este componente, às vezes tão relegado, do tripé ensino-pesquisa-extensão; ora participando da própria prática

extensionista da universidade, por meio de suas ações de extensão²; ora pelo contato direto com os atores que se dedicam a esta dimensão acadêmica (docentes, discentes, bolsistas, técnico-administrativos, comunidade externa); pela operacionalização do Sistema de Gestão e Informação de Projetos³ (SIGProj) onde encontram-se cadastradas as iniciativas extensionistas no âmbito da UFT; ora com os programas e projetos contemplados pelos Editais Nacionais do Programa Nacional de Extensão Universitária⁴ (ProExt) e com o Programa Institucional de Bolsa de Extensão⁵ (PIBEX).

Desse contato direto e enriquecedor, surgiram-me diversas inquietações e questionamentos no sentido de compreender determinados aspectos da política de extensão universitária praticada no âmbito da UFT e, principalmente, no sentido de avaliá-la com o objetivo de averiguar se ocorre e de que maneira ocorre a relação dialógica entre a instituição de ensino aqui estudada e a sociedade em que ela se insere. A insistência em averiguar a tão famigerada relação dialógica ocorre por ser ela um dos pontos mais basilares do fazer extensionista brasileiro, consagrada em vários pontos do Plano Nacional de Extensão Universitária⁶, documento articulado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) do qual a UFT é signatária: “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e **viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade**” (FORPROEX, 1987, p. 1, grifo nosso).

Para tanto, torna-se imprescindível adentrar e analisar também como é compreendida a extensão por parte daqueles atores que a praticam na universidade (docentes, discentes e técnico-administrativos), uma vez que eles são os responsáveis diretos por “estender” a prática

² Consideram-se ações de Extensão Universitária aquelas desenvolvidas de modo interdisciplinar ou multidisciplinar e que envolvam o público interno e externo da UFT, podendo ser enquadradas nas seguintes modalidades: Programas, Projetos, Atividades (Cursos, Eventos e Prestação de Serviços) (UFT, 2017). As características de cada modalidade de extensão encontram-se descritas no Capítulo 4 desta dissertação.

³ Trata-se da plataforma digital (www.sigproj.mec.gov.br) cujo objetivo principal é o de auxiliar no planejamento, gestão, avaliação e publicização de projetos de extensão universitária desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras.

⁴ O ProExt possui como objetivo dar apoio às instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que possam contribuir para a implementação de políticas públicas.

⁵ O Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Federal do Tocantins (PIBEX) visa a articulação com o ensino e a pesquisa, baseando-se nos processos educativo, científico, cultural e de interação da universidade com outros setores da sociedade. Tem por objetivo conceder bolsa de extensão para alunos de graduação matriculados na UFT e vinculados a projetos/programas de extensão cadastrados na Proex (UFT, 2016).

⁶ Trata-se de documento elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto onde são afirmados o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.

da extensão, por meio das ações por eles concebidas, junto à sociedade. Neste sentido, recorre-se a afirmação de Botomé (1996, p. 198):

Uma das condições básicas para a melhoria do trabalho da extensão, com vistas a superar equívocos na realização dessa classe de atividades, é melhorar a concepção que as pessoas têm sobre ela, principalmente dos que trabalham mais próximos a essas atividades.

Estariam estes importantes atores conscientes de suas práticas? É possível avaliar se tais práticas promovem o diálogo junto ao ambiente externo ao qual elas se propõem dialogar? Há dados suficientes para subsidiar estas avaliações? A Proex realiza de forma efetiva a avaliação destas práticas de maneira a perpetuar a política de extensão por ela concebida entre o ambiente acadêmico da universidade? Estes são alguns dos questionamentos que me levaram a trilhar esse caminho de pesquisa. Diante disso, constatou-se um amplo leque de possíveis objetos de estudo acerca da extensão universitária, sendo necessário, dessa maneira, realizar um recorte dentre eles para que a pesquisa pudesse ser exequível diante do tempo disponível e, ao mesmo tempo, abarcasse um universo pertinente de dados para subsidiar a análise aqui proposta.

Frente a este cenário, optou-se por escolher como objeto a ser analisado as ações (na categoria de Projetos) aprovadas e contempladas com bolsas de extensão por meio do PIBEX Acadêmico do ano de 2016 e os discentes bolsistas participantes destas. Entende-se que estas ações, ao serem avaliadas e contempladas pela Proex, tendem a estabelecer potenciais vínculos com a política de extensão da UFT, tornando-se assim campo fértil para compreender a identidade da extensão da universidade em estudo. Tal delineamento foi estabelecido também por se tratar de um programa institucional que, coordenado pela Proex, atua como importante instrumento na tentativa de fomento à prática extensionista no sentido de integrar, necessariamente, a participação do docente e do discente na construção de práticas que potencializem a construção do processo dialógico entre a universidade e comunidade. Além disso, trata-se de um programa já consolidado no ambiente acadêmico da universidade em estudo e que prevê a concessão de bolsas de extensão aos discentes que se encontrem vinculados a algum tipo de ação extensionista já vigente. Através dos editais de seleção, com periodicidade anual, a Proex realiza a avaliação e seleção dos projetos a serem contemplados com a referida bolsa.

O PIBEX encontra-se assistido financeiramente com dotação orçamentária destinada ao cumprimento de seus objetivos desde o ano de 2012, dois anos posteriores à data de sua criação

por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFT nº 16/2010. Ao longo desse período foram concedidas um total de cento e cinquenta e seis bolsas aos discentes da UFT com a finalidade de despertar “a excelência da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa, baseando-se nos processos educativo, científico, cultural e de interação da universidade com outros setores da sociedade” (CONSUNI, 2010, s/p). Cabe ainda destacar outros objetivos do PIBEX, sendo eles: promover a cidadania; fortalecer as ações de inclusão social; apoiar a diversidade étnico racial; promover a arte e a cultura; fortalecer o tripé ensino-pesquisa-extensão e, por fim, assegurar a cooperação entre professores, técnico-administrativos e acadêmicos para o desenvolvimento de atividades de extensão da Universidade (CONSUNI, 2010).

Além disso, a escolha deste tema de pesquisa se deu pela observação da necessidade de implementação tanto de rotinas administrativas quanto de ferramentas, no âmbito da Proex, que possibilitem a prática do controle, do acompanhamento e da avaliação deste programa institucional e também das demais ações extensionistas desenvolvidas na UFT. Percebe-se, diante deste cenário, a ocorrência de práticas que, de certa forma, impactam de forma negativa no que se refere à finalidade a que se propõe essa política institucional aos alunos e, conseqüentemente, à extensão e, por fim, à própria universidade. Neste sentido, recorre-se a Abad (2013, p. 12-13) quando esta autora chama a atenção para a necessidade de se avaliar as ações de extensão:

A avaliação das ações extensionistas também é um importante instrumento para que sejam verificados seus processos e resultados em relação aos objetivos das políticas instituídas. Ademais, a avaliação pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos aplicados nos Programas e Projetos extensionistas, como também fornecer aos gestores dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para uma gestão pública mais eficaz.

Compreende-se, desta maneira, que a avaliação precisa ser parte presente em todo o ciclo que compõe a dinâmica de seleção do aluno bolsista: desde a aprovação da ação, do plano de trabalho atribuído ao discente, dos relatórios bimestrais de acompanhamento encaminhados pelos coordenadores das ações, do relatório final e, por fim, da apresentação do produto final desenvolvido pela ação. É através desse acompanhamento que poderá ser possível compreender como encontra-se o PIBEX no que tange ao cumprimento de seus objetivos como um programa institucional e, se necessário, propor melhorias e (re)adequações ao programa.

Frisa-se que a avaliação da política extensionista da UFT, nas nuances e contornos aqui propostos, ainda não foi objeto de pesquisa⁷. Walter Esteves Garcia, ao fazer o prefácio da obra de Gurgel (1986) *Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?* propôs um debate acerca da necessidade de se examinar questões que ainda encontram-se carentes de aprofundamento e discussões, tanto pela esfera pública quanto pelo meio acadêmico. E, neste sentido, não poupou críticas quanto à maneira como a extensão é encarada e, finaliza, com a reflexão que assim situa a conjuntura da extensão universitária:

[...] um destes pontos obscuros do nosso sistema de ensino superior: nas exortações, aparece sempre como importante; na prática é permanentemente ignorada, ou melhor, tratada como uma função menor, que se limita, quase sempre, a cursos ou ações que encobrem uma certa consciência de culpa dos dirigentes e de todos aqueles que fazem a Universidade.

Em consonância com este pensamento, este trabalho procura também contribuir na área que envolve a extensão universitária da UFT no sentido de estudar e compreender as lacunas e fragilidades que envolvem a efetivação de sua prática extensionista através da análise de um programa institucional desta universidade.

Nesta perspectiva, delineou-se o problema de pesquisa deste trabalho: o PIBEX tem contribuído no desenvolvimento da política extensionista da UFT, no sentido de fomentar a interação da universidade com outros setores da sociedade? Como encontra-se a percepção dos discentes bolsistas sobre as práticas da extensão universitária praticadas na UFT?

A hipótese que se pretende demonstrar é que a extensão universitária praticada no âmbito da UFT encontra-se, de certo modo, desassistida de processos avaliativos mais efetivos que contemplem todos os seus ciclos, desde a aprovação de uma ação de extensão até a avaliação de seu relatório final, com vistas a dar subsídio para que a própria prática seja repensada quando esta se demonstrar ineficiente. Nessa perspectiva de carência de processos avaliativos, a própria política extensionista encontra-se prejudicada, pois a partir do momento em que não se avalia, não se consegue imprimir a identidade da extensão na UFT. Como consequência, os atores que a praticam tendem a elaborar ações de extensão dissociadas dos objetivos da extensão, principalmente no que se refere ao envolvimento da instituição com outros setores sociais. As

⁷ Para se chegar a essa conclusão, foi realizada ampla pesquisa, utilizando-se palavras-chave que remetessem ao objeto aqui pesquisado, em diversos sites de bibliotecas eletrônicas, periódicos e repositórios institucionais de pós-graduação. Cumpre ressaltar que a busca foi ainda mais meticulosa junto aos repositórios institucionais dos programas de pós-graduação da UFT, esgotando-se assim, a possibilidade de retorno de resultados acerca de pesquisas sobre extensão universitária no âmbito da UFT e com as peculiaridades aqui propostas.

ações aprovadas pelo PIBEX deveriam, em tese, ser reflexo daquilo que a Proex compreende ser extensão e, conseqüentemente, deveriam ter vínculos efetivos junto à comunidade no sentido de possibilitar uma relação transformadora entre esta e a UFT.

Diante desta problemática, o objetivo principal desta pesquisa centra-se em: avaliar em que medida a política extensionista da UFT, praticada por meio dos projetos aprovados através de um programa institucional, o PIBEX Acadêmico do ano de 2016, tem fomentado a (I) interação da universidade com outros setores da sociedade e (II) averiguar a percepção dos discentes bolsistas sobre as práticas da extensão universitária praticadas na UFT.

Ao se enveredar por este caminho de pesquisa, pretende-se averiguar a contribuição e o impacto deste programa institucional de concessão de bolsas no fomento da política de extensão da universidade, assim como identificar aspectos que porventura careçam de intervenção por parte daqueles que se encontrem à frente da gestão desta política na UFT. Sob a égide dos princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pautada na dialogicidade entre universidade e sociedade, a extensão universitária representa uma real possibilidade de troca de saberes, permitindo a construção conjunta do saber científico aliado ao saber popular, viabilizando assim a transformação social.

A partir da problematização e da definição do objetivo geral, delineou-se três objetivos específicos para a pesquisa, sendo eles:

- Primeiro: conhecer a política extensionista da UFT bem como seus princípios, diretrizes, normatizações e também os setores responsáveis pela condução do fazer extensionista desta instituição bem como descrever o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), de forma a identificar seu histórico na instituição, seus objetivos, funcionamento e estrutura;
- Segundo: identificar em que medida a política extensionista da UFT, por meio da análise dos projetos contemplados com bolsas de extensão do PIBEX Acadêmico do ano de 2016, tem fomentado a interação da universidade com outros setores da sociedade;
- Terceiro: averiguar a percepção dos discentes bolsistas do PIBEX Acadêmico do ano de 2016 sobre as práticas de extensão universitária desenvolvidas na UFT.

A estrutura desta dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos antecedidos desta passagem de caráter introdutório, onde foram apresentadas as considerações iniciais acerca da extensão universitária, situando o leitor junto ao problema de pesquisa, a hipótese, o objetivo geral, os específicos e a justificativa pela escolha deste campo a ser pesquisado.

No segundo capítulo, aborda-se o percurso metodológico que possibilitou a construção desta pesquisa.

O terceiro capítulo, por sua vez, dedica-se à revisão de literatura e é o momento em que se apresenta o recorte bibliográfico voltado ao desenvolvimento do conceito de extensão universitária no país, com o propósito de contextualizar e compreender as vertentes e os percursos históricos que, direta e indiretamente, contribuíram com o processo de construção e formação do conceito de extensão universitária em voga no ambiente acadêmico. Ainda neste capítulo, procurou-se também, identificar os principais marcos legais e políticas públicas que, ao longo dos anos, culminaram com a institucionalização da extensão universitária como dimensão acadêmica conforme preconizada hoje: indissociável do ensino e da pesquisa e intimamente ligada ao estabelecimento da dialogicidade entre universidade e sociedade.

No quarto capítulo, após percorrer os principais marcos indicativos legais e históricos que constituíram o processo de extensão universitária no Brasil, traça-se um panorama institucional da UFT além de descrever e analisar a política extensionista praticada no âmbito na universidade em estudo, nosso *locus* de pesquisa, juntamente com suas principais diretrizes e concepções. Em seguida, o objeto de estudo desta pesquisa, o PIBEX, é caracterizado a fim de compreendê-lo como um programa institucional e situá-lo frente às atuais políticas públicas de extensão do país. Já no quinto capítulo, passa-se à análise da percepção do discente bolsista junto às práticas de extensão universitária para em seguida adentrar ao universo de análise dos projetos de extensão selecionados pelo PIBEX Acadêmico do ano de 2016.

Por fim, nas considerações finais, realizou-se um apanhado geral da pesquisa, apresentando conclusões dos resultados deste estudo, propondo reflexões gerais acerca daquilo que se foi objetivado nesta pesquisa bem como sugestões para trabalhos futuros.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo encontram-se descritos os caminhos e procedimentos metodológicos trilhados no sentido de possibilitar a construção da presente pesquisa. Dessa maneira, procurou-se detalhar, principalmente, aqueles aspectos relacionados quanto ao tipo de pesquisa; à população selecionada para análise; os instrumentos e procedimentos de coleta de dados bem como os procedimentos adotados para a análise dos dados coletados.

2.1 Tipo de pesquisa

Na presente pesquisa, utilizou-se uma abordagem do tipo qualitativa através de um estudo de caso, de natureza exploratória e descritiva. De forma secundária, fez-se uso da abordagem do tipo quantitativa, de forma a propiciar o levantamento e tratamento de dados que possibilitaram subsidiar parte da análise aqui proposta.

Para Bogdan e Biklen (1994, p. 11) a pesquisa do tipo qualitativa prioriza procedimentos e técnicas voltadas para a “descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais”. Segundo Michel (2009, p. 36-37) a pesquisa do tipo qualitativa parte do pressuposto que “há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo. Por isso, carece de uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto, do tempo, dos fatos”. Nesta perspectiva, Richardson (1999, p. 90) enfatiza que: “A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados [...]”. Já Lavige e Dionne (1999, p. 43) discorrem sobre a aplicação conjunta das pesquisas do tipo quantitativa e qualitativa e mostram-se favoráveis quanto ao seu uso:

A partir do momento em que a pesquisa centra-se em um problema específico, é em virtude desse problema específico que o pesquisador escolherá o procedimento mais apto, para chegar à compreensão visada e, poderá ser um procedimento quantitativo, qualitativo ou uma mistura de ambos.

Para Yin (2001, p. 19) os estudos de caso, de forma geral, representam:

[...] a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Pode-se complementar esses estudos de casos "explanatórios" com dois outros tipos - estudos "exploratórios" e "descritivos".

Ventura (2007, p. 383) afirma que “[...] em relação aos estudos de caso, deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso”. Neste sentido, optou-se por fazer uso do estudo de caso por se tratar da exploração intensa de um determinado objeto, neste caso o PIBEX Acadêmico do ano de 2016, possibilitando também a aquisição de conhecimentos de um fenômeno contextualizado e maior, neste caso, a política extensionista da UFT.

Vergara (2007), afirma que as metodologias de pesquisa podem ser classificadas quanto aos meios e aos fins a que se propõem. Nesse sentido, a pesquisa aqui proposta encaixa-se, quanto aos seus fins, como exploratória e descritiva, visto que uma das finalidades deste estudo é a de adentrar o universo extensionista da UFT no sentido de descortiná-lo e compreendê-lo, a partir do envolvimento da Universidade com outras instâncias sociais e, também, da atuação de um dos interlocutores da extensão universitária: os discentes participantes de um programa institucional de extensão, gerando assim, conhecimento acerca daquilo que se foi observado.

A pesquisa exploratória, de planejamento mais flexível, permite ao pesquisador maior proximidade junto ao problema de pesquisa, de forma a torná-lo mais explícito ou, ainda, proporcionando a oportunidade de aferir novas hipóteses frente àquilo que se pretende pesquisar. A pesquisa exploratória envolve, na maioria dos casos: levantamento bibliográfico; entrevistas com os sujeitos que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que fomentem a compreensão do objeto de pesquisa (GIL, 2009).

Nesta acepção, considera-se o estudo aqui proposto como uma pesquisa do tipo exploratória, visto que se pretende: aplicar questionários com discentes bolsistas envolvidos no PIBEX e analisar, sob a ótica da relação dialógica (Universidade-sociedade) os projetos de extensão submetidos pelos docentes, aprovados pelo referido programa institucional. Neste sentido, há o contato com dois interlocutores da extensão universitária: os docentes, por meio da análise dos projetos de extensão por eles submetidos e os discentes bolsistas, por meio da aplicação de questionários no sentido de buscar a percepção destes indivíduos quanto às práticas extensionistas da UFT.

Considera-se também como uma pesquisa do tipo descritiva. Segundo Rudio (2007) as pesquisas do tipo descritivas possibilitam ao pesquisador a observação de fenômenos, buscando descrevê-los, classificá-los e, por fim, interpretá-los.

Utilizou-se de pesquisa documental para conhecer a política de extensão bem como as suas diretrizes e estratégias no âmbito da UFT. Desta maneira, foi possível levantar as bases normativas (Estatuto, Regimento Geral, Relatórios de Gestão e de Avaliação Institucional) e documentos que expressam a política de extensão adotada pela UFT, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Planejamento Estratégico Institucional, SIGProj, site institucional da Proex, dentre outros. O mesmo procedimento foi realizado também com relação ao PIBEX. Foram analisados os Editais de Seleção compreendidos entre os anos de 2012 a 2016, as ações de extensão contempladas pelo PIBEX referentes ao ano de 2016. Espera-se que com esta pesquisa nos documentos institucionais, seja possível traçar características do Programa, de seu público-alvo e, principalmente, da relação estabelecida pela universidade com a sociedade por meio da extensão universitária. Desta análise, foram coletados dados que serão apresentados posteriormente em forma de tabelas e gráficos no capítulo destinado à análise dos projetos selecionados pelo PIBEX Acadêmico do ano de 2016. Para Sá-Silva e Guindani (2009, p. 3) o uso da pesquisa documental se faz:

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos.

Uma parte do problema de pesquisa aqui proposto, centra-se em avaliar em que medida um programa institucional da UFT, o PIBEX, tem fomentado práticas de interação da universidade com os demais setores da sociedade. Tal avaliação ocorreu por meio da análise dos projetos contemplados pelo PIBEX no ano de 2016. Diante disso, fez-se uso da análise de conteúdo de Bardin (2009) destes projetos para se chegar à resposta a esta indagação.

A pesquisa bibliográfica muito se assemelha à pesquisa documental. Para Gil (1999, p. 45) a diferença consiste na natureza das fontes:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Quanto aos objetivos da pesquisa bibliográfica, Köche (1997, p. 122) entende que “é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável em qualquer tipo de pesquisa”. Desta maneira, realizou-se pesquisa bibliográfica que objetivou a construção de um referencial teórico que possibilitou melhor compreensão acerca do objeto de estudo desta pesquisa. Neste sentido, para subsidiá-la, foram utilizados como referencial teórico autores já consagrados nos estudos a respeito da extensão universitária no país, tais como Fagundes (1986), Gurgel (1986), Botomé (1996), Souza (2000), Melo Neto (2001), Nogueira (2005) e Cunha (2007). Realizou-se também, entre outras referências, ampla pesquisa de artigos científicos junto à base de dados *Scielo*, além de dissertações e teses nos repositórios institucionais de universidades que tratam da extensão universitária.

2.2 População selecionada para análise e Instrumentos de Coleta de Dados

Após a compreensão dos aspectos ligados à política de extensão praticada na UFT, através de pesquisa documental, selecionou-se, como sujeitos desta pesquisa, os discentes bolsistas contemplados pelo Edital PIBEX Acadêmico do ano de 2016. A seleção destes partícipes possibilitou compreender a percepção destes a respeito das práticas extensionistas da UFT. Inicialmente, a proposta de pesquisa visava abarcar todos os discentes bolsistas que já haviam participado do PIBEX. Porém, verificou-se que grande parte destes sujeitos, principalmente aqueles que atuaram entre os anos de 2012 a 2015, não pertenciam mais ao quadro discente da Universidade, dificultando, desta forma, o contato para a aplicação do questionário. Cumpre ressaltar ainda que foram excluídos da pesquisa os discentes bolsistas do ano de 2017, visto que estes sujeitos encontram-se ainda desenvolvendo suas atividades junto aos projetos extensionistas, optando-se, dessa forma, por aqueles que já haviam finalizado suas atividades juntos ao PIBEX.

Com o intuito de delimitar a amostra de pesquisa, foram selecionados, com o objetivo de identificar em que medida as ações de extensão promovem a interação da UFT com a sociedade, os projetos aprovados pelos Editais de Seleção do PIBEX Acadêmico referentes ao ano de 2016. A escolha destes projetos para a análise aqui proposta foi motivada pelo fato de que ao passarem pelo crivo avaliativo da Proex e serem selecionados, tais projetos estejam pautados na política de extensão da universidade.

O acesso ao conteúdo dos projetos aprovados se deu por meio da Plataforma SIGProj. Ressalta-se que o processo de seleção do PIBEX Acadêmico do ano de 2016 foi realizado através do Edital (Anexo A), onde constam as normas, bem como o número de bolsas e demais informações pertinentes.

Tem-se, portanto, um universo de dezoito projetos que foram analisados no sentido de identificar a existência de envolvimento destes com outros setores da sociedade e, ainda, identificar quais setores são estes. Cabe destacar que cada projeto dispõe de uma equipe executora e, para fins de recorte, tomaremos como população para a análise aqui proposta os docentes coordenadores e os discentes bolsistas. Neste caso, têm-se a seguinte amostra a ser pesquisada:

- 18 projetos de extensão aprovados pelo PIBEX Acadêmico do ano de 2016 a serem analisados sob a ótica de envolvimento destes com outros setores sociais;
- 18 discentes bolsistas que atuaram nos projetos selecionados pelo PIBEX Acadêmico do ano de 2016.

A escolha pela análise destes projetos de extensão se deu, primeiramente, por serem eles de autoria dos docentes e, nesse sentido, abre-se a possibilidade de averiguar a visão destes sujeitos de pesquisa sobre práticas de extensão, ao mesmo tempo em que se torna possível compreender em que medida a Proex utiliza os critérios da política extensionista por ela estabelecidos no que tange à concepção de avaliação dos referidos projetos.

2.3 Instrumentos e procedimentos de coleta e análise dos dados

O questionário foi elaborado a partir da adaptação de ferramentas já existentes, realizando a eliminação e inserção de determinadas questões a fim de contextualizá-lo com os objetivos propostos nesta pesquisa. Neste sentido, foi considerada para este fim, a pesquisa desenvolvida por Barbosa (2012) onde a autora desenvolveu e validou um instrumento de avaliação da percepção dos discentes em relação à extensão universitária. O questionário (Apêndice A) é composto de duas partes, onde a primeira contém trinta e nove itens (sendo um aberto, onde verifica-se a capacidade do discente bolsista em definir o que é extensão universitária, seguido de trinta e oito itens fechados) divididos em três categorias a saber: (I) *Percepções quanto à participação discente na extensão da UFT*; (II) *Percepções quanto às ações de extensão (programas, projetos, eventos e cursos) da UFT* e, por fim, (III) *Percepções*

quanto à participação do discente no projeto de extensão aprovado pelo PIBEX; a segunda parte contém oito questões fechadas que visam identificar o perfil sócio demográfico dos respondentes. Realizou-se análise das questões fechadas através da escala Likert⁸ de quatro pontos (não, nunca; pouco, às vezes; frequentemente; sim, sempre) e, quanto à questão discursiva, fez-se uso da análise descritiva com a finalidade de averiguar se estes sujeitos coadunam com as perspectivas da política extensionista da UFT.

Os questionários foram enviados para o *e-mail* dos discentes bolsistas juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice B). Após o envio, foi realizado contato telefônico junto aos sujeitos da pesquisa, os discentes bolsistas, no sentido de explicar o sentido da pesquisa e sensibilizá-los a participar, ficando a amostra assim definida por acessibilidade e conveniência. O questionário ficou disponível no período de 02 de outubro de 2017 à 18 de dezembro do mesmo ano e, após a aplicação, utilizou-se de estatística descritiva para colaborar com a análise dos dados quantitativos. Para o processamento destes dados, utilizou-se o software *Statistical Package for Social Science for Windows* - SPSS.

Para o cumprimento do objetivo de identificar em que medida a política extensionista da UFT tem fomentado a interação da universidade com outros setores da sociedade, analisou-se o conteúdo dos dezoito projetos selecionados de modo a identificar em cada um deles se há previsão de envolvimento de outros setores sociais e identificar quais setores são esses.

⁸ A escala de Likert é baseada em uma escala de pontos, onde se demonstra a concordância ou discordância em relação às questões relacionadas ao objeto de estudo.

3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

3.1 A extensão universitária e seu surgimento: percursos e conceitos.

Para se compreender a gênese da extensão universitária no Brasil, dada suas peculiaridades, torna-se imprescindível abordar e situar os primeiros modelos e vertentes históricas que, ao longo do tempo, influenciaram e direcionaram a prática extensionista universitária no país. Cabe aqui destacar as pesquisas de Gurgel (1986) que dedicou parte de seus estudos a respeito da extensão universitária no Brasil no sentido de identificar e contextualizar as fases percorridas pela extensão ao longo de sua constituição em território brasileiro. De forma didática e pertinente, para fins de compreensão daquilo que se objetiva neste capítulo, destaca-se então, ainda nas palavras deste teórico, as três etapas que marcam a extensão universitária no Brasil:

Na análise histórica da extensão pôde-se constatar a existência de três momentos históricos bem definidos: o período das experiências pioneiras; o período das experiências isoladas, da disseminação de ideias e do desenvolvimento de ações a partir dos movimentos sociais; e o período de maior institucionalização da extensão universitária (GURGEL, 1986, p. 171).

Botomé (1996, p. 52) enfatiza esse pensamento ao refletir a importância deste recorte crítico e histórico no sentido de fomentar a compreensão do caminho trilhado pela extensão universitária, desde sua concepção até os dias de hoje, ao caracterizá-lo como “condição inicial para um exame mais profundo do conceito e das atividades reunidos sob esse nome”.

Desta maneira, ao longo deste capítulo serão tratados os marcos históricos juntamente com as principais legislações e políticas públicas desenvolvidas no campo extensionista ocorridas no decorrer das três fases descritas por Gurgel (1986), compreendidas entre os anos de 1912 a 1976. Após este período, verifica-se o descortinar de um novo momento para a extensão no Brasil, impulsionado, principalmente a partir da década de 1980 (marcada pelo período pós-ditadura e de lutas pela redemocratização do país), pela atuação dos movimentos estudantis e da sociedade civil que passaram a cobrar das universidades uma postura diferenciada no que se refere ao seu compromisso social que culminaria posteriormente com a legitimação da extensão como dimensão acadêmica pela CF de 1988, marcando assim uma nova fase para a dimensão extensionista brasileira.

Em um primeiro momento, necessário se faz destacar as atividades desenvolvidas na Europa, principalmente na Inglaterra, durante o século XIX, onde, segundo Nogueira (2001) foram observadas as primeiras atividades extensionistas advindas das chamadas Universidades Populares. Ligadas às ideias de educação continuada – ofertadas por meio de cursos – voltadas, principalmente, para aqueles que não faziam parte do ambiente acadêmico. Sob este prisma, Valois (2000), destaca o contexto histórico do surgimento das atividades extensionistas na Inglaterra, situando-o junto a um período de grandes transformações socioeconômicas e de criação das Universidades Modernas. Este paradigma de extensão iria influenciar e se fazer presente também no início das atividades extensionistas no Brasil.

Diferenciando-se do modelo inglês – voltado precipuamente para a oferta de cursos – o modelo extensionista norte-americano atuou principalmente sob o viés de prestação de serviços, tendo como vertentes a extensão cooperativa e a extensão universitária. Para Gurgel (1986), aquela de cunho cooperativo, desenvolvida por meio de parcerias entre o governo, universidades (as chamadas *Land Grant Colleges*⁹) e municípios, promovia a realização de capacitações e socialização de pesquisas entre agricultores e seus familiares. A segunda vertente, de caráter universitário, foi concebida por professores no ambiente acadêmico e estavam voltadas, inicialmente, para a oferta educacional direcionada para adultos e, se distinguiu, da extensão cooperativa, principalmente pelo fato de fomentar o processo de extensão como vertente acadêmica:

A extensão universitária, ao contrário da extensão cooperativa, realiza cursos de duração variada que, em sua grande maioria, contam créditos acadêmicos, constituindo-se em atividades autofinanciadas. Como *feedback* de sua atuação, a extensão universitária tem levado à identificação de necessidades de pesquisa, à criação de cursos regulares em áreas onde os mesmos são necessários, perdendo cada vez mais o caráter de educação supletiva, assumindo uma perspectiva de profissionalização regular (GURGEL, 1986, p. 62).

Em síntese, na concepção deste estudioso, as universidades populares europeias disponibilizavam cursos de curta duração que objetivavam disseminar o conhecimento de caráter técnico para públicos externos ao seu meio acadêmico; já o movimento extensionista norte-americano voltou-se para duas linhas de trabalho: uma tinha por foco ações de caráter

⁹ Para Gurgel (1986, p. 60): “As Universidades *Land Grant* são os mecanismos responsáveis pela operacionalização e execução mais direta das atividades de extensão subsidiadas pelos próprios governos estaduais. Os governos municipais são normalmente os terceiros participantes, fornecendo as condições físicas e de pessoal de apoio. A estrutura operacional do sistema conta com os especialistas vinculados à universidade e com os agentes de extensão, elementos de contato direto com o grande público”.

rural, ligadas às cooperativas e a outra direcionada ao meio acadêmico, ambas voltadas para a perspectiva de prestação de serviços (GURGEL, 1986).

Botomé (1996) enfatiza ainda como cada vertente seguiu tipos distintos de orientação: a inglesa ligada à concepção culturalista, trabalhava no sentido de ilustrar o homem ignorante, a fim de colocá-lo em contato com o conhecimento através daquilo que a universidade poderia oferecer; já a norte-americana, trabalhava no sentido de proporcionar e inserir o conhecimento de caráter técnico ao cotidiano do cidadão e à sua rotina de trabalho através da prestação de serviços. Posto isso, esse autor argumenta ainda que “as duas vertentes vão combinar-se de formas variadas para compor a experiência da extensão universitária nas mais variadas instituições da América Latina” (BOTOMÉ, 1996, p. 52).

Diante desta abordagem histórica sobre os movimentos que influenciaram o nascer extensionista brasileiro, mister se faz pontuar também os ideais advindos do contexto latino-americano. Diferentemente das abordagens dos movimentos ingleses e norte-americanos de extensão, o movimento surgido na Argentina, em 1918, conduzido por líderes estudantis, conhecido como Movimento de Córdoba, foi o principal expoente latino-americano no sentido de buscar reformas universitárias e, também, em sustentar a concepção de um novo tipo de relacionamento entre as instituições superiores de ensino e outros setores sociais. No Brasil, os ideais deste movimento serão encabeçados tardiamente pelos movimentos estudantis a partir da década de 1940 (GURGEL, 1986).

Desta forma, apresentadas as características básicas dos modelos inglês e americano de extensão e dos ideais advindos do Movimento de Córdoba, torna-se necessário contextualizar em que medidas tais movimentos de vanguarda influenciaram e se viram presentes no fazer extensionista no Brasil. Neste sentido, Bedim (2006, p. 38) corrobora sublinhando que:

É pertinente ressaltar, para fins de esclarecimentos, que a vertente inglesa, enfatizando a realização de ‘cursos’ e a americana, acentuando a ‘prestação de serviços’, estiveram presentes, com maior ou menor intensidade, nas ações extensionistas nas universidades brasileiras.

3.2 A extensão universitária no Brasil: de sua gênese à atualidade

No Brasil, a Universidade Livre de São Paulo, em 1911, foi a primeira instituição de ensino superior a trabalhar atividades de extensão por meio da oferta de cursos e conferências gratuitos para a comunidade, influenciada pelo então modelo inglês de extensão no que tange à

promoção de pequenos cursos às camadas populares: “O que há de especial na universidade popular de São Paulo é o seu surgimento diretamente relacionado a uma instituição de ensino superior, sendo, portanto, a primeira experiência de extensão universitária surgida no país” (GURGEL, 1986, p. 32). Na concepção desse autor, esta universidade foi também pioneira na formulação dos primeiros modelos de ação extensionista: os cursos de extensão, cujas atividades representam, ainda nos dias de hoje, a maior parcela da prática extensionista nas universidades.

Já na década de 1920, observou-se o desenvolvimento da extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa-MG e na Escola Agrícola de Lavras-MG, ambas voltadas para a prestação de serviços na área rural com o intuito de capacitação dos trabalhadores deste segmento (NOGUEIRA, 2001). Ainda sobre a influência do modelo de extensão cooperativo norte-americano em solo brasileiro, Gurgel (1986, p. 62-63) destaca que:

Teve-se como modelo os *Land Grant Colleges* e a Escola de Viçosa foi inaugurada em 1926. Já em 1929, foi realizada uma experiência no sentido de levar assistência técnica aos agricultores, sendo realizada a Primeira Semana do Fazendeiro. Esta experiência representa a primeira forma de extensão sistematizada de acordo com o modelo norte-americano, na linha de prestação de serviços ao meio rural, desenvolvida no Brasil.

Salienta-se que, apesar do início das atividades de extensão no Brasil datar das décadas de 1910 e 1920, foi apenas em 1931 o estabelecimento da primeira legislação oficial a referenciar de forma específica a extensão universitária no país. Trata-se do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931¹⁰, emitido no Governo Provisório do então Presidente Getúlio Vargas e, de seu Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. O contexto histórico vivenciado pelo país logo no início da referida década foi marcado por tensões de cunho social e sobre este momento, recorre-se a Cunha (2000, p. 163):

A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, determinou o início de uma nova era na História do Brasil, só terminada em 1945, quando ele foi deposto por um golpe militar. Durante esses 15 anos, Vargas foi chefe do Governo Provisório, garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército (1930-34); depois, presidente eleito pelo Congresso Nacional (1934-37); e, por último, ditador sustentado pelo Exército depois do golpe de Estado que instituiu o Estado Novo (1937-45).

¹⁰ O referido Decreto, segundo Gurgel (1986) também conhecido por Reforma Campos, dispôs sobre a organização do ensino superior no país e é considerado o primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras.

Fagundes (1986) reflete sobre a maneira pela qual a extensão foi utilizada pelo então regime da época como forma de propagar a ideologia de uma classe então dominante:

Diante de um regime forte e autoritário, defendido por Francisco Campos, o povo deveria ser adestrado para aceitar valores e princípios que o sustentavam. E aqui entra a função da extensão, que seria a de propagar 'idéias e princípios' para salvaguardar os altos interesses nacionais, ou seja, difundir entre o povo a ideologia da classe dirigente (FAGUNDES, 1986, p. 40).

O Decreto trouxe, ao longo de seu texto, artigos que se referiam à concepção oficial de extensão no Brasil àquela época. Torna-se pertinente destacar como o Estatuto institucionalizou a função da extensão ao frisar em seu Art. 109 que ela “[...] destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo” e, em seu Art. 42, abordou-se a maneira pela qual ela se efetivaria “por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário” (BRASIL, 1931).

Gurgel (1986) reconhece a dimensão atingida pelo movimento extensionista norte-americano na sua influência junto ao início das atividades de extensão praticadas no âmbito das universidades brasileiras ao mesmo tempo que atribui ao Estatuto das Universidades uma importância ímpar como política pública à época no sentido de difusora da extensão sob a ótica de prestação de serviços:

Pelo que se pode depreender, assim como a Escola de Agricultura e Veterinária de Viçosa foi a responsável pela implementação de uma experiência de extensão seguindo o modelo norte-americano, o Estatuto das Universidades foi o principal veículo de difusão da formulação extensionista da prestação de serviços técnicos gerais, numa perspectiva mais ampla (GURGEL, 1967, p. 65).

Botomé (1996) analisa que é notório, desde os primeiros ensaios sobre extensão no Brasil, a existência de uma tentativa de aproximação mais efetiva da universidade junto à sociedade. O próprio texto do referido Decreto nº 19.851/31 é explícito nesta tentativa de aproximação ao afirmar que: “[...] as universidades devem vincular-se intimamente com a sociedade e contribuir, na esfera de sua ação, para o aperfeiçoamento do meio” (BRASIL, 1931). Começava-se então a conceber a extensão como o instrumento capaz de aproximar as universidades do ambiente ao seu redor, conforme sublinha Nogueira (2001, p. 57) “A

Extensão, é, então, resgatada como um meio pelo qual a Universidade vai cumprir sua função social”.

Nogueira (2001) faz ainda um exame sobre a concepção de envolvimento entre universidade e sociedade como uma das características advindas deste primeiro documento legal a tratar sobre extensão e cita a Exposição de Motivos do então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, encaminhada como parte integrante do Decreto aqui em debate:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível de cultura geral do povo (NOGUEIRA, 2001, p. 58).

Apesar da tentativa de aproximação da universidade junto à sociedade, Serrano (2012) observa que o Decreto acabou por institucionalizar a extensão de forma a não propiciar a troca de saberes horizontalizada e em via de mão dupla, pelo contrário “uma via de ‘mão única’ de uma ‘universidade que sabe’ para uma ‘comunidade que não sabe’”. Ainda segundo a autora o documento é marcado “pelo distanciamento do ensino e da pesquisa e reforça-se o conceito de uma universidade utilitarista, tendo a extensão uma função de difusão do conhecimento” (SERRANO, 2012, p. 91).

Nesta perspectiva, Botomé (1996) destaca que, juntamente com as primeiras menções ao termo extensão no Estatuto, verificou-se também a preocupação do legislador com questões de cunho social, ao destacar termos como “benefício coletivo”, “solução de problemas sociais” e a “vinculação íntima com a realidade”. Porém, o autor se mostra crítico ao reconhecer que todo esse conjunto de ideais inovadores seriam de responsabilidade de uma atividade, até então, “nova e inovadora”, neste caso atribuição dirigida à extensão e, apenas, através de cursos e conferências.

Era o começo de uma alteração da natureza da instituição, através da manutenção das características tradicionais da pesquisa científica e do ensino superior e da criação de uma atividade – essa sim nova e inovadora! – que redimiria a Universidade de sua alienação e de seu descompromisso com a sociedade (BOTOMÉ, 1996, p. 61).

Sobre as experiências extensionistas praticadas pós sanção do Decreto nº 19.851/31, Nogueira (2001, p. 59) reflete sobre o que seria o objetivo da extensão e tece críticas ao pontuar o que ela chama de “distanciamento entre o texto legal e a prática” ao perceber o tipo de público que de fato se beneficiou desta primeira legislação educacional com abordagem de cunho

extensionista, visto que as ações de extensão não atingiram as camadas menos favorecidas e muito menos chegaram a trilhar caminhos que extrapolassem os muros das universidades e irem ao encontro de outros atores sociais. Pelo contrário, ficaram restritas ao ambiente acadêmico, fazendo parte apenas da formação daqueles que já estavam incluídos, de alguma maneira, no universo acadêmico. “Enfim, beneficiou a classe que já tinha acesso ao ensino superior, mantendo excluídas desses benefícios as camadas populares que não tinham poder econômico nem político” (NOGUEIRA, 2001, p. 59).

Nota-se, desde sua gênese, a dificuldade da extensão em encontrar seu espaço e deixar de ser apenas figurante diante das atividades de ensino e pesquisa. Botomé (1996) enfatiza que a oferta de cursos de extensão, seria, via de regra, um instrumento eficaz para disseminar o conhecimento advindo do meio acadêmico para a sociedade no intuito de compartilhar o conhecimento que a universidade produzia para as camadas que a ela não tinham acesso. Porém, para o autor, as dinâmicas já existentes e, principalmente a ideia de superioridade do ensino frente à “nova” função social da universidade, acabaram por não potencializar o papel da extensão e, com isso, “não produziram alterações significativas no papel social da Universidade Brasileira”. O autor pontua ainda que: “o ensino superior permaneceu como algo restrito a alguns e a extensão universitária – que deveria cumprir esse papel social – foi reduzida a ‘mais ensino do mesmo tipo que já existia’” (BOTOMÉ, 1996, p. 63).

Após o ineditismo da primeira normatização a legislar, mesmo que brevemente, da extensão universitária no país, Nogueira (2001) cita ainda outro marco legal, pós Decreto nº 19.851/31, que se propôs a debater, mesmo que de forma tímida, a extensão universitária no Brasil. A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961¹¹, também referenciada por Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), fazia breve referência à extensão, caracterizando-a como uma modalidade de curso, não trazendo praticamente nenhuma inovação ou caracterização diferenciada frente aquilo que o Decreto de trinta anos atrás já havia consolidado.

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos (BRASIL, 1961).

¹¹ Cabe aqui elucidar que o processo legislativo da referida Lei foi marcado pela morosidade de sua tramitação junto ao Congresso Nacional. Nas palavras de Fagundes (1986, p. 54): “Quando promulgada, a LDB já se encontrava defasada em relação ao processo de desenvolvimento pelo qual o país passava”.

No campo político-ideológico, Fagundes (1986) ressalta que a LDB foi palco de disputas de duas alas com propósitos distintos. De um lado, encontravam-se aqueles que defendiam a educação privada (corrente de caráter mais conservador) e, do outro lado, a corrente progressista que defendia o ideal de educação pública. Ao ser promulgada, ambas correntes tiveram suas reivindicações atendidas no texto da Lei, porém, percebeu-se que àquelas advindas da ala mais conservadora acabaram tendo mais espaço nas proposições da LDB.

Ainda sobre a falta de definições, de objetivos e finalidades da extensão no texto da referida Lei, Botomé (1996, p. 65), infere que à extensão universitária eram atribuídos papéis residuais que não estavam sendo desenvolvidos nem pelo ensino e nem pela pesquisa.

Havia, paralelamente a uma tendência de dar à extensão universitária papéis que a pesquisa e o ensino não conseguiam cumprir em relação à sociedade, outra tendência que parecia conceber a extensão apenas como uma terceira categoria de atividades, como o ensino e a pesquisa até então predominantes.

O autor se mostra crítico quanto à responsabilidade vislumbrada à extensão: “aquilo que redimiria a Universidade de sua alienação e de seu descompromisso”, uma atividade até então nova e que teria a intensa tarefa de “redimir a pesquisa e o ensino universitários do descompromisso e da alienação” (BOTOMÉ, 1996, p. 65).

Gurgel (1986, p. 37) enfatiza a importância do Movimento de Córdoba não apenas pela proposição de reformas dentro das universidades àquela época, mas pela sua influência em contextos atuais e pelo seu protagonismo no contexto político da América Latina:

Sua influência ultrapassou as fronteiras da Argentina e, ainda hoje, qualquer experiência de ensino universitário mantém alguns de seus traços. Não se pode esquecer, inclusive, que seus pressupostos orientaram a formação de alianças políticas [...] representou a vanguarda do pensamento político latino-americano e da postura antiimperialista na década de 20.

Silva (2013) chama a atenção para o fato de que o movimento se pautou nas reivindicações contra o sistema vigente de distanciamento das universidades da realidade social, econômica, política e cultural da qual ela também era parte integrante. Já Melo Neto (2001, p. 2) afirma que “Nesse movimento, os estudantes argentinos enfatizam, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade”. No campo da construção do conceito e dos ideais de extensão universitária, o Movimento de Córdoba foi um expoente importante por acreditar

na extensão como a peça fundamental para viabilizar a construção do diálogo em via de mão dupla entre universidade-sociedade.

Corroborando com este entendimento, Gurgel (1986, p. 36) destaca que este movimento foi, em grande parte, responsável por se pensar a universidade sob a ótica de sua missão social e enfatiza que “a extensão universitária, no documento de Córdoba, é vista como objetivadora do ‘fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e pela maior preocupação com os problemas nacionais’”.

Finalmente, em território brasileiro, os ideais advindos de Córdoba foram sentidos apenas duas décadas depois da propagação dessas ideias nos países da América Latina e foram encabeçados, principalmente, pelo movimento estudantil brasileiro na busca pela efetividade de uma universidade que de fato estivesse a serviço dos cidadãos (GURGEL, 1986). Ainda sobre o protagonismo dos movimentos estudantis neste contexto explicitado, Rocha (2001, p. 18) destaca a importância dos discentes na propagação de novos ideais universitários e, de forma específica sobre a extensão, ao afirmar que:

O momento de grande efervescência do extensionismo universitário se dá quando ele é incorporado como uma das bandeiras de luta do movimento estudantil, ocorrido em Córdoba, em que os universitários assumem o poder da Universidade católica tradicional ali existente. [...] A ação dos estudantes, a partir de Córdoba, colocara a Extensão Universitária em evidência, com a criação de Universidades Populares em várias nações latino-americanas (ROCHA, 2001, p. 18).

Contrapondo à inércia advinda do Estado, marcada pela ausência de inovações jurídicas e legais na tratativa da extensão universitária no Brasil, que refletiram de forma direta em atuação institucionalizada pouco efetiva por parte das universidades, Nogueira (2001) evidencia também a atuação protagonista encabeçada pelo movimento discente por intermédio da UNE, tanto em matéria de proposição de debates, através dos Seminários de Reforma Universitária que ocorreram em diferentes estados da federação, como também na própria prática extensionista por meio de ações práticas realizadas por intermédio de programas.

Por outro lado, a par dessa vaga referência à Extensão, no período de 1960/64, os estudantes universitários realizaram intensa atividade extensionista, mas desvinculada da instituição universitária. A União Nacional dos Estudantes – UNE tinha uma proposta de atuação no sentido de levar o estudante a participar da vida social das comunidades, propiciando a troca de experiências entre estudantes de áreas profissionais afins, e realizava ações de atendimento a comunidades carentes (NOGUEIRA, 2001, p. 59).

Ainda sobre o papel de destaque da UNE junto a uma nova concepção de comprometimento social da Universidade e do destaque da extensão nesta empreitada, Nogueira (2001, p. 60) reitera o posicionamento dos discentes na construção de uma universidade comprometida com as classes populares:

Universidade em que a Extensão Universitária tinha papel fundamental, seja por meio de cursos ou de serviço social destinados às classes populares, seja por meio de ações de apoio aos órgãos de Governo, ou de proposta de trabalho curricular em período de férias, sob forma de estágios.

Gurgel (1986, p. 44) corrobora este entendimento ao afirmar que “A UNE, nesta época, já se apresentava como um organismo representativo dos interesses estudantis, procurando [...] desenvolver uma ação de grande amplitude no sentido de mudança social”.

Torna-se salutar trazer para o debate a conjuntura política vivenciada por países da América Latina na década de 1960, incluindo o Brasil, marcada pela presença de regimes ditatoriais onde, segundo Serrano (2012), a prática extensionista aliada a um modelo emancipador de universidade, era vista como forma de colocar em risco a ideologia pertencente ao regime militar do país.

Como contraponto, o governo militar se utilizou das ações já existentes, transformando os discentes em meros executores operacionais e, principalmente, deixando-os sob a tutela do governo militar (NOGUEIRA, 2001). Sob essa ótica, Serrano (2012, p. 88) afirma que “[...] como forma de se contrapor e cooptar os estudantes para o trabalho assistencial comunitário, o governo militar instituiu no Brasil programas de atuação esporádica, desvinculados das instituições universitárias”.

O legado atribuído aos discentes no esforço para promover a reforma universitária no país, é percebido de forma clara por Gurgel (1986) no que se refere aos esforços dispensados nos Encontros, medidos por meio dos documentos da UNE sobre a Reforma Universitária.

Na década de 1960, a Reforma Universitária foi instituída por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e, teve como ponto de destaque, a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. No que tange à extensão, basicamente houve replicação daqueles papéis a ela atribuídos e que datam do início do século: realização de cursos e ênfase na prestação de serviços (NOGUEIRA, 2001). Ao longo do texto da lei, destacam-se quatro artigos que tratam da extensão e que corroboram com o entendimento de estagnação no âmbito legal:

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:

d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.

Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.

Art. 25. Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados.

Art. 40. As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (BRASIL, 1968).

Ainda na concepção de Nogueira (2001, p. 62), a extensão evidenciada nesta lei ainda se vê influenciada pelos movimentos europeu e norte-americano de extensão, dissociada do ensino e da pesquisa, onde a universidade, por meio desta concepção, apenas comunica de forma unilateral à sociedade seus resultados:

A extensão continua sendo a maneira como a Universidade transmite às comunidades seu ensino e o resultado de sua pesquisa, de forma isolada. Não se concebe um processo em que as atividades de Ensino e Pesquisa se articulem com a Extensão, da mesma forma não se percebe a troca de saberes entre Universidade e sociedade – esta é vista como mera receptora.

Ao analisar os artigos referendados nesta Lei, Nogueira (2001, p. 62), destaca ainda a desarticulação das atividades de extensão junto ao corpo docente e pontua ainda o viés político-ideológico por trás do texto da Lei:

O Artigo 40, em especial, traz a concepção de Extensão como assistencialismo prestado por estudantes, desvinculado da participação docente e, conseqüentemente, da organização e do planejamento departamental. Consagra, ao mesmo tempo, a intenção de envolver o estudante na ideologia desenvolvimentista do Governo.

Ainda sobre os artigos da referida Lei, Gurgel (1986, p. 84) faz uma breve análise e chama a atenção para o artigo 40, onde, segundo ele “consagrou-se a ideia da extensão como um serviço social prestado por estudantes, o que levou a uma interpretação errônea por parte das universidades, acentuando seu caráter de opcionalidade ou excepcionalidade”. Silva (2001, p. 115) corrobora ao afirmar que “Este Artigo permitiu a brecha de se entender a Extensão como uma atividade opcional por parte das Universidades e muito mais uma atividade social executada por estudantes voluntários”.

Na visão de Diniz (2012), mesmo apesar da abordagem rasa e sem grandes inovações no que concerne à extensão universitária no texto da Lei nº 5.540/68, esta foi largamente utilizada pelo então governo militar à época ao fazer uso das ações de extensão no sentido de trabalharem em prol da manutenção do aparato ideológico por eles disseminados.

De fato, o que se observa é a pouca evolução no cerne das atividades extensionistas no que se refere a este período inicial de análise, principalmente, ao se avaliar as normas regulatórias emitidas pelo Estado durante o período de 1911 a 1968. Nogueira (2001, p. 62) esclarece de forma sintética o percurso trilhado pela extensão neste período em debate e elenca as três normatizações principais deste lapso temporal.

Resumindo, pois, as concepções de Extensão presentes na legislação e na prática, no período de 1911 a 1968, pode-se dizer o seguinte: quanto ao primeiro aspecto, a legislação de 1931 – conjunto articulado de três decretos e exposição de motivos – considera como função da Universidade elevar o nível de cultura do povo consagrando papel de destaque à Extensão na execução dessa função. Já a Lei nº 4.024/61 trata muito vagamente a questão da Extensão, registrando apenas que as Universidades podem oferecer essa modalidade de cursos. A Lei nº 5.540/68 assume a indissociabilidade entre as atividades de Ensino e Pesquisa, tratando a Extensão como a forma pela qual a Universidade estende à comunidade sua atividade de Ensino e o resultado de suas Pesquisas.

Vislumbra-se como fator potencializador que iria suscitar o início de um processo de ruptura deste paradigma de extensão – desarticulado do ensino e da pesquisa e oferecido apenas através de conferências, cursos e prestação de serviços – segundo Nogueira (2001, p. 62), a atuação dos estudantes universitários no início da década de 1960, onde:

É quando se vêem ações concretas na direção do compromisso com as classes populares, não de forma assistencial, mas com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos. Há ainda a preocupação de integração com órgãos governamentais, sobretudo no interior dos Estados; a percepção quanto à necessidade da interdisciplinaridade ao recomendar a atuação conjunta de estudantes de diferentes áreas; e a visão quanto às possibilidades do trabalho extensionista poder ser computado como estágio curricular, executado em período de férias.

Para Gurgel (1986, p. 80), a Lei nº 5.540/68 teve papel essencial na manutenção do campo de atuação do governo (por meio das universidades), ao afirmar que a Reforma Universitária “tem de ser vista como o instrumento legal por meio do qual a Revolução de 1964 procedeu aos reajustes necessários no sentido de que o sistema de ensino superior atendesse a seus interesses”. Ainda na concepção deste autor, necessário se faz pontuar que mesmo esta lei sendo um mecanismo que disponibilizava a educação a serviço do Estado, ela foi responsável

por traçar um novo perfil de universidade brasileira no que tange a relação da educação com a sociedade:

A extensão universitária brasileira na década de 70 não inclui somente a perspectiva colonizadora de levar serviços. Ela parece ter ido adiante, num esforço de estabelecer um processo de comunicação com as classes subalternas, tentando, a partir da iniciativa institucionalizada, dar continuidade ao que se fizera anteriormente, no início da década de 60, através das iniciativas dos estudantes, professores e outros grupos intelectuais. Vale a pena analisar algumas experiências, para um dimensionamento dos resultados conseguidos (GURGEL, 1987, p. 87).

É neste terreno fértil que, de acordo com Gurgel (1968, p. 55), evidenciaram-se experiências consideradas até então novas, comparando-se com aquelas praticadas anteriormente no que se referia ao relacionamento diferenciado da universidade com a sociedade: “Das formulações existentes que podem ser caracterizadas como extensão universitária, três assumiram maior dimensão: o Centro Popular de Cultura (CPC)¹², o Serviço de Extensão Cultural (SEC)¹³, e a Universidade Volante¹⁴”.

A exemplo dessas experiências, cabe aqui destacar dois programas de grande expressão no panorama extensionista brasileiro: o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon. Desenvolvidos durante a década de 1960, no ápice do período de maior institucionalização da extensão no país, tais programas, de caráter assistencialista, foram incorporados sob a ideologia de desenvolvimento e segurança do governo militar como forma de envolver os estudantes universitários com as camadas socialmente desfavorecidas (NOGUEIRA, 2001).

O CRUTAC, criado em 1966 e desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tinha por objetivo estabelecer o contato do estudante universitário com as

¹² Nos dizeres de Gurgel (1986, p. 55): “O CPC surgiu em 1962, quando foi lançado um manifesto, redigido por Carlos Estevan Martins, onde se procurava lançar ideias no sentido de conquistar a intelectualidade brasileira para a causa da revolução, de acordo com as formulações apresentadas pela UNE, que representavam especialmente o pensamento do grupo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. No presente estudo considera-se o CPC como uma tentativa no campo da extensão universitária, a partir da iniciativa dos estudantes, que, contando com o apoio de artistas e intelectuais, procuravam levar a universidade à classe dominada”.

¹³ Ainda segundo Gurgel (1986, p. 57): “Do mesmo modo como se considera as ações do CPC como de extensão universitária, não se pode deixar de considerar como tal as ações do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco. Se aquele representava uma iniciativa do segmento estudantil, este surge de uma iniciativa institucional da própria universidade, através de professores e técnicos que, conjuntamente com estudantes conseguiram levar a cabo uma das mais ricas experiências de alfabetização de adultos, empregando uma metodologia de aprendizagem, que, em função de seu sistematizador, tomou nome de ‘método Paulo Freire’”.

¹⁴ A respeito das Universidade Volante, Gurgel (1986, p. 58) aponta que “Foi outra das experiências surgidas na trilha da influência das universidades populares. Era bastante questionada pelo movimento estudantil e, por ser uma proposta reconhecida oficialmente pelos níveis de direção da universidade, foi, indubitavelmente, uma das experiências mais aproveitadas pelo governo, depois de 1964”.

comunidades rurais. Inicialmente, o programa era voltado basicamente para os discentes dos cursos da área de saúde. À medida que o programa foi se desenvolvendo, houve abertura para os estudantes de todas as áreas e, também, para docentes e técnicos, tornando-se, inclusive, estágio obrigatório na UFRN (NOGUEIRA, 2001).

Já o Projeto Rondon, instituído por meio do Decreto nº 62.927, de 23 de junho de 1968, diferentemente do CRUTAC, foi encabeçado pelo Ministério do Interior com o apoio das Forças Armadas e tinha por objetivo principal realizar o intercâmbio dos universitários, principalmente dos oriundos das regiões Sul e Sudeste para as regiões Norte e Nordeste, no intuito de colocá-los a par da realidade social vivenciada e engajá-los nos ideais desenvolvimentistas do governo militar (NOGUEIRA, 2001). A crítica a respeito do Projeto Rondon, deve-se, principalmente, ainda nos dizeres de Nogueira (2001, p. 60) pelo fato dos estudantes serem “recrutados sem a participação da Universidade, não havendo envolvimento de seus departamentos, nem de seus docentes”. Gurgel (1986, p. 116) chama a atenção para as intenções do governo com a manutenção de programas, tais como o Rondon e pontua que:

Com o Projeto Rondon, apresentava-se ao Estado uma alternativa viável aos esquemas modernizantes. O universitário podia conhecer outras realidades, comprometendo-se com o governo na solução de problemas em áreas estratégicas de seu interesse, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. Além disso, era fundamental a conversão ideológica às propostas oficiais e o trabalho possibilitava mudanças no “campo psicossocial”.

Já na década de 1970, observou-se o fortalecimento da dimensão extensionista motivado, principalmente, pelos debates realizados pelo Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)¹⁵ que dedicou parte de seus esforços no delineamento das Diretrizes de Extensão Universitária com o objetivo de despertar o interesse em se debater extensão no ambiente acadêmico sob novas perspectivas (NOGUEIRA, 2001). Neste sentido, a autora sublinha que o CRUB propunha que a universidade “deveria ter interligadas as suas funções de Ensino, Extensão e Pesquisa. E assim, considerando a Extensão um desdobramento natural da atividade didática, estabelece que as três funções constituem o tripé sobre o qual se firma a Universidade” (NOGUEIRA, 2001, p. 64).

Outra importante conquista, no que se refere à delimitação do campo conceitual de extensão, se dá também na década de 1970 e diz respeito à elaboração da primeira política de

¹⁵ Gurgel (1986) enfatiza que a criação Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) foi diretamente influenciado pelo modelo norte-americano de extensão e pelos ideais de construção de um modelo universitário pautado na relação integral entre ensino, pesquisa e extensão.

extensão universitária do país, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, encabeçado pela Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Para Reis (1996) o Plano ainda apresenta características ligadas ao modelo de extensão baseado no viés de atendimento, mas ressalta que inovou ao trazer na letra da lei o componente ligado a retroalimentação do ensino e da pesquisa.

[...] a extensão é a forma através da qual a instituição de ensino superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de **retro alimentação aos demais componentes**, ou seja, o ensino e a pesquisa (BRASIL, 1975, p. 1, grifo nosso).

O Plano foi concebido, conforme Nogueira (2001, p. 65) em uma fase de disputas de poder envolvendo o MEC e outros ministérios, no sentido de busca por uma “demarcação de espaço de atuação, pois vários deles também coordenavam programas de Extensão envolvendo estudantes universitários, muitas vezes sem a participação das Universidades e do próprio MEC”. A importância da vitória do MEC nesta disputa de competências se materializa com a legitimidade deste órgão em ser a proponente da política de extensão para as universidades brasileiras.

A década de 1980 foi marcada pela queda do regime militar, pelo período de redemocratização do país e pela promulgação da CF de 1988, abrindo assim espaço para o debate proposto pelas instituições de ensino e sociedade civil a respeito do papel social das universidades. Desta forma, o cenário encontrava-se favorável para o diálogo e para a proposição de mudanças e, com isso, despontam importantes atores que promoviam proposições de uma nova extensão universitária.

Segundo Reis (1996), observou-se, a partir da década de 1980, a ascensão de um novo quadro de forças, principalmente no seio das universidades com a ocorrência de eleições para seus dirigentes realizadas através do voto direto da comunidade acadêmica, possibilitou o surgimento de uma nova concepção de extensão universitária, onde, segundo Silva (2001, p. 117): “O compromisso com a população passou a ser eixo das atividades, e a Extensão passou a ser entendida como articuladora do Ensino e da Pesquisa, vinculando-as ao exercício de transformação da sociedade [...] Será justamente nesse período que vamos assistir à criação de vários fóruns e, entre eles, o de Extensão”.

Neste contexto, o FORPROEX surge, em 1987, da articulação destes debates que ocorriam nas universidades públicas onde a pauta principal estava voltada para a elaboração

das políticas de extensão no país. Nogueira (2000) destaca que os trabalhos deste fórum foram responsáveis por grande parte dos debates conceituais e políticas para as universidades e, que dessas proposições, foram criados, com a participação do MEC, o Programa de Fomento à Extensão Universitária e o Plano Nacional de Extensão Universitária além, segundo a autora, do conceito de extensão elaborado pelo Fórum em 1987. Para Silva (2001, p. 117): “A Extensão passou a ser buscada além de sua compreensão tradicional de disseminar conhecimentos, prestar serviços ou difundir cultura”.

Diniz (2012) reconhece o protagonismo exercido pelo FORPROEX ao destacar sua colaboração nas elaborações que exerceram influência direta na institucionalização da extensão universitária no país. Dentre elas, o Plano Nacional de Extensão (PNEX) que, segundo o autor, representa uma das principais conquistas atribuídas ao Fórum.

O FORPROEX apresenta uma concepção até então inédita para a extensão universitária no Brasil e Diniz (2012, p. 31) a caracteriza como “o conceito mais elaborado, complexo e abrangente de extensão universitária, já construído no Brasil. É resultado de um longo processo de construção conceitual, muitas vezes contraditório e conflituoso”.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

É importante destacar que o FORPROEX encontra-se ativo nos debates acerca da extensão universitária do país, inclusive promovendo encontros semestrais, com foco na proposição de debates acerca das políticas acadêmicas de extensão no Brasil.

No transcorrer deste capítulo, apresentou-se a trajetória da extensão universitária no Brasil desde sua gênese até os dias de hoje. Ao longo de mais de um século de percurso histórico, evidenciou-se diferentes concepções acerca da extensão, perpassou-se pelos marcos legais que a acompanharam e observou-se a lenta evolução do conceito na legislação brasileira.

Ao longo de cada período, percebeu-se também os retrocessos, avanços e novos delineamentos da forma como a extensão é concebida hoje.

A partir deste ponto, no capítulo a seguir, passa-se a vez para a pesquisa acerca dos aspectos relacionados à extensão universitária praticada na UFT, o *locus* de pesquisa, afim de identificar e descrever as suas características.

4 PANORAMA INSTITUCIONAL

Este capítulo encontra-se subdividido em três partes de forma a atender a dois dos objetivos específicos propostos nesta pesquisa, sendo eles: (I) o objetivo específico de conhecer a política extensionista da UFT, bem como seus princípios, diretrizes, normatizações e setores responsáveis pela condução desta política na universidade.

4.1 Breve histórico da UFT

Inicialmente, antes de adentrarmos no campo de pesquisa que trata da política extensionista da UFT e do programa aqui em estudo – o PIBEX, se faz necessário, a fim de contextualizar o nosso *locus* de pesquisa, traçar um breve panorama histórico da UFT, perpassando pelo seu período de criação até os dias atuais. Em maio de 2017, a instituição completou 14 anos de existência e encontra-se hoje consolidada como a maior instituição de ensino superior do Estado do Tocantins e eleita em 2015 como a terceira melhor Universidade da Região Norte¹⁶ pelo Ranking Universitário Folha, divulgado pelo jornal Folha de São Paulo.

O momento histórico brasileiro que antecedeu a criação da UFT, ocorrido no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, foi marcado por alterações na ordem política, social, econômica e educacional do país. Arelado a isso, o momento foi caracterizado também pela introdução de novas práticas administrativas influenciadas pelo modelo gerencialista de administração pública. Em nível estadual, frisa-se que a criação da UFT esteve intimamente ligada ao momento pelo qual passava a então Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Diante disso, Souza (2007, p. 80) aponta que “[...] a UFT tem suas raízes embrenhadas na Universidade Estadual do Tocantins, a Unitins”. A UFT possui como ponto basilar de existência o processo de federalização perpassado pela única instituição pública do Tocantins à época: a Unitins.

Criada pelo Decreto Estadual nº 252/90, de 21 de fevereiro de 1990, a Unitins passou a ser efetivamente instituída pela Lei nº 136/90, de 21 de fevereiro de 1990 e, por fim, teve sua autorização de funcionamento instituída pelo Decreto nº 2.021/90 de 27 de dezembro de 1990.

¹⁶ Reportagem do dia 13/09/2016, disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/ultimas-noticias/14610-uft-e-3-melhor-universidade-da-regiao-norte>>.

Um salto temporal nos conduz ao ano 1996, período em que o governo estadual editou atos normativos com proposituras de alteração do regime jurídico da Unitins e que acabou por desencadear o seu processo de privatização:

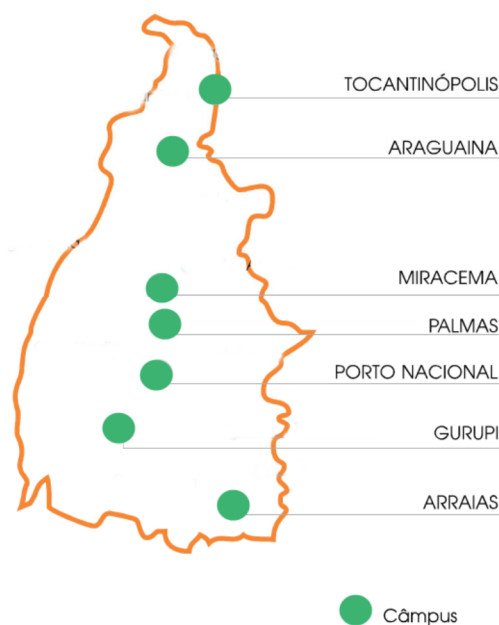
[...] foi iniciada uma nova reestruturação com a aprovação da Lei 872/96, de 13 de novembro de 1996, que determinou o processo de extinção da forma autárquica e indicou sua posterior transformação para o regime de uma Fundação de direito privado. Essa transformação foi efetivada com a sanção da Lei nº. 1.126/00, de 01 de fevereiro de 2000. Nesse momento, essa universidade passou por novas mudanças que implicaram num processo de privatização da única universidade pública do Estado do Tocantins. Novas medidas legais ajudaram a evidenciar os rumos e contornos que a Unitins foi assumindo. Nas mudanças implementadas, o Estado começou a distanciar-se de suas obrigações como gestor, propondo a assinatura de contratos de gestão com a iniciativa privada, pública e órgãos não-governamentais e implementando o pagamento de mensalidades pelos alunos (UFT, 2007, p. 5).

Deste modo, cumpre ressaltar que a gênese da UFT se iniciou a partir das reestruturações sinalizadas pelo governo estadual ao alterar o regime jurídico da Unitins e, como consequência disso, desencadeou uma série de reivindicações de seu corpo discente, surgidas diante do contexto vivenciado no final da década de 1990: a cobrança de mensalidades por parte da instituição contribuiu para o desencadeamento de movimentos discentes que suscitavam o fim destas cobranças e acabou por impulsionar também a luta para a federalização da Unitins, movimento este conhecido por SOS Unitins (OLIVEIRA; BRITO; MEDEIROS, 2013).

Nesta perspectiva, a Fundação Universidade Federal do Tocantins, entidade com personalidade jurídica de direito público, foi instituída a partir da publicação da Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Vinculada ao MEC e com sede na cidade de Palmas, capital do mais novo estado da federação, a UFT foi implementada efetivamente apenas em maio de 2013 no mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), momento este que se viu acompanhado pela posse dos primeiros professores efetivos da instituição (UFT, 2016).

A UFT, de estrutura multicampi, possui 07 (sete) câmpus universitários distribuídos estrategicamente em todos os pontos cardeais do Tocantins nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis (Figura 1). As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvem-se pautadas na realidade de cada cidade, mediante oferta de cursos de graduação (presenciais e a distância), além de mestrados e doutorados, bem como atividades de extensão, permitindo assim o acesso à educação superior de qualidade de norte a sul do Tocantins nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Educação, Humanas, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde (UFT, 2016).

Figura 1 – Distribuição Geográfica dos Câmpus da UFT



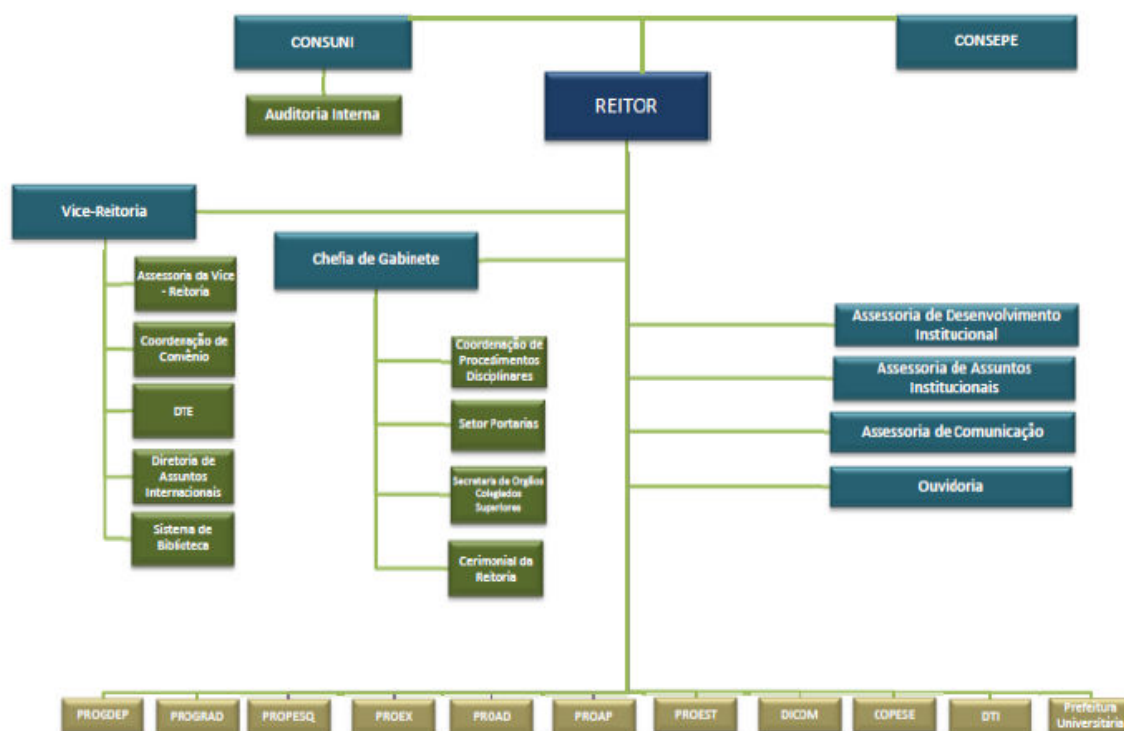
Fonte: Relatório de Gestão UFT – Exercício 2016 / Site Institucional.

Como missão, a UFT tem se empenhado, principalmente, na formação de profissionais e na produção de conhecimentos pautados em inovação e qualidade de forma a contribuir no desenvolvimento socioambiental do Tocantins e também da Amazônia Legal (UFT, 2013). Quanto ao cumprimento de sua missão, Leite (2016, p. 84) destaca os avanços da UFT e a situa hoje como “a maior e mais estruturada instituição de ensino superior do Estado”.

Segundo dados disponibilizados pelo Relatório de Avaliação Institucional da UFT de 2016, a universidade possui mais de 20 mil alunos matriculados e distribuídos entre os 53 cursos de graduação presenciais, 04 cursos na modalidade à distância e 34 programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados profissional e acadêmico, como também doutorado) (UFT, 2016).

Atualmente, a organização administrativa da UFT encontra-se dividida entre os Órgãos da Administração Superior (Assembleia Universitária; Conselho Universitário; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Reitoria e o Conselho de Desenvolvimento da UFT), Órgãos de apoio às atividades acadêmicas (Reitoria; Vice-Reitoria; Gabinete do Reitor e Pró-Reitorias) e os Órgãos Complementares (Prefeitura Universitária; Diretoria de Comunicação; Diretoria de Tecnologia da Informação; Diretoria de Tecnologias Educacionais; Diretoria de Assuntos Internacionais; Diretoria de Acessibilidade e Educação Inclusiva; Ouvidoria; Copese e Comissão Própria de Avaliação) (UFT, 2016), conforme organograma a seguir:

Figura 2 – Organograma da Gestão Superior da UFT¹⁷



Fonte: PDI (2016).

As Pró-Reitorias integram os órgãos de apoio às atividades acadêmicas. Segundo o PDI (2016-2020) são sete Pró-Reitorias, sendo elas: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Proest; Pró-Reitoria de Graduação – Prograd; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Propesq; Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – Proex; Pró-Reitoria de Administração e Finanças – Proad; Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento – Proap e, por fim, a Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Progedep.

4.2 Documentos institucionais e extensão universitária na UFT: o que eles nos revelam?

As discussões teóricas em torno da extensão universitária discorridas ao longo do Capítulo 3, revelam que o tema, apesar de presente no cotidiano acadêmico, encontra-se em processo permanente de discussão, ressignificação e implementação por conta de seu caráter

¹⁷ Apesar de não figurarem no referido organograma, cabe ressaltar que no ano de 2017 novas Diretorias vinculadas à Vice-Reitoria da UFT foram criadas, tais como a Diretoria de Gestão Documental.

inacabado e ainda em construção. Trata-se ainda de um processo que se vê rodeado de dúvidas e questionamentos que suscitam da universidade um comprometimento efetivo para que suas práticas sejam bem delineadas e compreendidas por parte dos diferentes atores que a conduzem, como também na busca pela eficácia e efetividade desta política institucional de extensão universitária. Neste sentido a UFT, desde sua criação no ano de 2003, vem instituindo, através da emissão de documentos institucionais, os conceitos e diretrizes (detalhados ainda no decorrer deste capítulo) a respeito da extensão universitária no sentido de legitimá-la e de estabelecer a organização e prática desta dimensão em seu âmbito acadêmico.

Percebe-se não ser uma tarefa simples estabelecer a política de extensão de uma universidade tendo em vista a complexidade que envolve a delimitação desta dimensão acadêmica que se encontra também vinculada às dimensões de ensino, da pesquisa e da própria conjuntura em que a universidade se encontra. Recorremos aos dizeres de Silva (2001, p. 91) para retratar essa dificuldade:

[...] a tarefa revelava-se ainda mais instigante quando percebi que não seria possível “isolar” a Extensão para estudá-la, ou seja, o foco, necessariamente, precisava ser ampliado também para os horizontes do Ensino, da Pesquisa, do currículo, da missão da universidade na sociedade e do seu projeto institucional, da situação socioeconômica do país, das políticas educacionais...

Neste sentido, cabe aqui, por meio de uma pesquisa descritiva, com levantamento de dados e com base nos documentos institucionais elencar os principais marcos legais que tratam da política extensionista da UFT e, por meio dela, compreender as nuances e peculiaridades desta política que, possivelmente, irão refletir na prática entre os atores que a conduzem na universidade.

No Decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002, publicado no DOU de 24 de junho de 2002, encontra-se disciplinada a organização administrativa da UFT e dentre os seus artigos, destaca-se a atribuição dada ao ensino, à pesquisa e, principalmente, à extensão como um dos pilares constitutivos da universidade: “Art. 1º [...] §1º A Fundação Universidade Federal do Tocantins terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e **promover a extensão universitária**” (BRASIL, 2002, s/p, grifo nosso).

O Decreto atribuiu ainda como responsabilidade da Fundação Universidade de Brasília a elaboração e submissão do Estatuto da UFT para aprovação do MEC (BRASIL, 2012). Nos dizeres de Souza (2007, p. 103): “[...] atribuindo à UnB competências de tomar as providências

necessárias para a implementação da UFT, e, posteriormente, foi celebrado um Acordo de Cooperação entre a UFT, o estado do Tocantins, a Unitins e a UnB” (SOUZA, 2007, p. 103).

Em 2004, homologa-se, através da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, publicada no DOU de 18 de março de 2004, pelo então Ministro da Educação, Tarso Genro, o Estatuto da UFT, onde, entre outros, encontram-se elencados os fins¹⁸ da UFT, tornando-se então possível a criação e instalação dos primeiros Órgãos Colegiados Superiores da universidade, o CONSUNI e o CONSEPE (UFT, 2013). Em seu Artigo 1º, o Estatuto atribui a UFT sua autonomia didático-científica e administrativa: “uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, e dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente” (UFT, 2013, p. 3).

Além disso, o Estatuto trouxe as concepções iniciais de extensão universitária no âmbito da UFT sob os ideais de difusora dos conhecimentos produzidos por ela, além de estabelecer o vínculo desta dimensão acadêmica com aqueles que não se encontravam efetivamente pertencentes ao seu quadro “VII - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição” (UFT, 2013, p. 3).

O Estatuto prevê ainda, mesmo que de maneira breve, a função atribuída à UFT em oferecer “cursos de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em regulamento” (UFT, 2013, p. 8-9). Já em seu Artigo 46, o Estatuto traz em seu bojo uma das funções basilares da extensão universitária ao estabelecer que é função da Universidade contribuir, através das atividades de extensão, para o desenvolvimento da comunidade na qual

¹⁸ I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;
IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição (UFT, 2003, p. 3).

encontra-se inserida e, finaliza em seu Artigo 47, ampliando o âmbito da extensão universitária tanto para a coletividade como também para pessoas ou instituições públicas e particulares, realizada por meio de cursos e serviços (UFT, 2013). Posto isso, vale destacar que o Estatuto foi o primeiro documento legal da UFT a tratar de forma direta, mesmo que brevemente, sobre as atividades extensionistas na instituição e é notória a influência da concepção de extensão universitária defendida pelo FORPROEX neste primeiro marco legal extensionista da UFT.

O Regimento Geral da UFT¹⁹, também publicado em agosto de 2003, institui em seu Capítulo I as competências e atribuições da administração universitária da UFT, incluindo-se aí as pertencentes às Pró-Reitorias. As atribuições do Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários²⁰ encontram-se definidas no Artigo 22 do referido regimento e, dentre elas, vale destacar aquelas voltadas para a gestão estratégica da política de extensão, de modo a pensá-la, avaliá-la e, quando necessário, modificá-la; à dinâmica voltada para a distribuição de bolsas aos estudantes, bem como em incentivar o envolvimento do corpo discente junto à comunidade:

- [...] IV - proceder à avaliação permanente das atividades de extensão e estudantis, sugerindo alterações quando necessário;
- X - propor critérios para a distribuição de bolsas de trabalho e de monitorias aos estudantes, procedendo à supervisão e avaliação permanente;
- XII - incentivar e orientar o desenvolvimento de programas ou atividades que visem à integração, compromisso e participação dos alunos com a comunidade;
- X - propor critérios para a distribuição de bolsas de trabalho e de monitorias aos estudantes, procedendo à supervisão e avaliação permanente;
- XIX - elaborar atos normativos em sua esfera de competência (UFT, 2013, p. 7-8).

Já o Artigo 96 do Regimento Geral da UFT, no que tange à extensão universitária, estabelece a maneira como será desenvolvida na UFT, através de cursos e serviços, além de estender de forma ampla o público ao qual ela se encontra destinada:

- Artigo 96 - A extensão, na Universidade, será desenvolvida sob a forma de cursos e serviços realizados no cumprimento de programas específicos.
- § 1º - Os cursos de extensão serão oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com o seu conteúdo e o sentido que assumam em cada caso.
- § 2º - Os serviços de extensão serão prestados sob formas diversas de atendimento de consultas, realização de estudos e elaboração e orientação de projetos em matéria

¹⁹ Trata-se do documento que disciplina os aspectos de organização e funcionamento comuns aos vários órgãos e serviços da Fundação Universidade Federal do Tocantins, completando seu Estatuto (UFT, 2013, 3). Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/index.php/gestao/103-institucional/10875-regimento-geral>>.

²⁰ Esta nomenclatura atribuída ao Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários encontra-se no Regimento Geral da UFT do ano de 2003. Em alguns momentos do texto a nomenclatura se altera devido às reestruturações do nome da própria Pró-Reitoria que passou por modificações desde 2003 até os dias atuais. Frisa-se que, atualmente, a nomenclatura atribuída é a de Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

científica, técnica, educacional, artística e cultural, bem como de participação em iniciativas de qualquer destes setores (UFT, 2003, p. 20).

O Planejamento Estratégico²¹ (PE 2014-2022), aprovado pela Resolução Consuni nº 27, de 24 de setembro de 2014, redefiniu a missão, a visão e os valores²² da UFT, a fim de promover a adequação da universidade às diferentes realidades perpassadas ao longo dos anos de sua existência. Destaca-se a intenção da UFT em tornar-se referência nacional no que tange à excelência das atividades indissociáveis da tríade acadêmica como ponto basilar de atuação de sua política institucional:

Missão da UFT: Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal;

Visão da UFT: Ser reconhecida nacionalmente, até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão;

Valores da UFT: Para a promoção da missão a UFT declara e promove os seguintes valores: Respeito à vida e à diversidade; Transparência; Comprometimento com a qualidade; Criatividade e inovação; Responsabilidade social; Equidade (UFT, 2014, s/p).

Além disso, o PE (2014-2022) inovou ao instituir os “grandes pilares estratégicos” da instituição, assim definidos: 1. Atuação Sistêmica; 2. Articulação com a Sociedade; 3. Aprimoramento da Gestão e 4. Valorização Humana. O pilar “Articulação com a Sociedade” possui como função: “Promover maior interação da Universidade e Comunidade. Promover comunicação consistente e acessível que transmita as informações necessárias que sejam de interesse público” (UFT, 2016). A criação deste pilar estratégico reforça e ratifica ainda mais a intenção e o compromisso da universidade na promoção do diálogo com aqueles que não se encontram efetivamente como parte integrante do ambiente acadêmico.

²¹ O Planejamento Estratégico é um processo que consiste na análise sistemática dos pontos fortes e fracos da instituição, assim como as ameaças e oportunidades do meio, com o intuito de estabelecer objetivos, estratégias e ações que possibilitem uma melhoria na relação entre a instituição e o ambiente em que ela encontra-se inserida. Esta ferramenta auxilia no estabelecimento de diretrizes e ações prioritárias a fim de se alcançar os objetivos, quando bem elaborado e articulado, propicia condições para o alinhamento do desenvolvimento e a construção do futuro da instituição. O Planejamento Estratégico 2014-2022 foi elaborado pelo Comitê de Planejamento da UFT, nomeado por meio da Portaria nº 565 de 16 de abril de 2014, a partir da sistematização dos planejamentos encaminhados pelos sete câmpus e organizados também pela Oficina de Planejamento Estratégico ocorrida nos dias 13 e 14 de agosto de 2014 (UFT, 2014).

²² A Missão deve traduzir o propósito da instituição, e dizer o que ela produz e o modo que esta contribui para a comunidade na qual está inserida. A Visão deve representar o futuro desejável da instituição e traduzir o consenso da comunidade acadêmica sobre a projeção da autoimagem de futuro, independente da sua limitação atual, mas com a crença, de que é possível torná-la real. Desse modo, a visão reflete a ideologia da instituição. Os Valores referem-se às crenças e princípios que devem orientar as ações, a cultura, a estruturas e explicitam a ideologia da instituição (UFT, 2014).

O PE (2014-2022) traz ainda as dez dimensões temáticas ligadas ao desenvolvimento institucional, segundo as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)²³. Por fazer clara alusão à política de extensão, se faz necessário um olhar atento ao que diz o documento. Para cada uma das dimensões institucionais²⁴, são atribuídas as respectivas políticas, programas e projetos, possivelmente, a eles pertencentes.

O que se percebe é que as funções atribuídas para cada dimensão não estão distribuídas conforme as atribuições destinadas às atividades correlatas. Na dimensão temática “Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão” (categoria nº 2), à Extensão é atribuída apenas uma política, sendo ela vagamente descrita em “Incremento à política de extensão na graduação e pós-graduação”. Enquanto para as outras dimensões acadêmicas, como o Ensino e a Pesquisa, são atribuídas um número bem maior de políticas bem como a descrição de objetivos mais elaborados, claros e específicos a serem alcançados para o cumprimento dos programas. Há, nitidamente, uma carência de informações referentes às políticas de extensão universitária no PE (2014-2022) ao contrário das dimensões de ensino e pesquisa, por exemplo. Fica evidente a dificuldade de planejamento da política extensionista no PE ao se perceber a ausência de informações a ela referentes justamente no documento institucional responsável por traçar o planejamento a longo prazo.

²³ Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

²⁴ Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior” (BRASIL, 2004, s/p).

Outro elemento importante a ser analisado é a dimensão institucional de avaliação que diz respeito à Responsabilidade social da Instituição (categoria nº 3). Destaque para algumas ações atribuídas a esta dimensão:

Criar programas de articulação com a sociedade nas mais diversas áreas, como: saúde, educação, meio ambiente, cultura, transporte, segurança moradia;
 Incentivar programas e ações afirmativas;
 Fomentar práticas sustentáveis;
 Efetivação de diagnóstico das produções científicas, técnicas, culturais da UFT que apresentem maior inserção e demanda social e identificação de meios para torná-las mais acessíveis para setores específicos da sociedade;
 Promoção de intenso debate sobre a concepção de Extensão presente na UFT;
 Incentivo à proposição de projetos de extensão nas áreas: extensão rural, de empreendedorismo, comunitária, social, dentre outras;
 Ampliação do diálogo entre as áreas dos cursos de graduação e programas de pós-graduação na perspectiva de inserção, inclusão da comunidade e sociedade em geral, por meio dos egressos;
 Incentivo a criação de cursos e/ou espaços que beneficiem a comunidade, tais como: cursinho pré-vestibular, núcleo de cidadania e direitos humanos, cursos de leitura e escrita, etc.;

Estabelecimento de parceria com a Secretaria de Estado da Educação a fim identificar estudantes indígenas do Ensino Médio - potenciais candidatos ao vestibular pelo sistema de cotas da UFT - para a formação de grupos de orientação pré-vestibular, sob a monitoria dos alunos indígenas da UFT; Implantação de empresas juniores e incubadoras de empresas nos diversos *campi* da UFT (UFT, 2016).

Ao se observar as políticas, programas e projetos a ela atribuídas, nota-se uma aproximação quase que direta com as atribuições inerentes às atividades de extensão, de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, conforme consta no PDI (2016-2020): “A responsabilidade social de inclusão no âmbito econômico e cultural concentram-se majoritariamente na Proex, mesmo sendo de ciência de todos que a responsabilidade social abrange desde questões de ensino até condições físicas de uma IES” (PDI, 2016, p. 54). Ocorre que no PE (2014-2022), as atividades relacionadas à responsabilidade social, que, conforme o PDI (2016-2020), são majoritariamente da Proex, ficaram a cargo de toda a universidade, sendo que, conforme exposto anteriormente, as atividades atribuídas à extensão universitária ficaram delimitadas apenas em uma política isolada, pouco descrita, ampla e que se resume apenas em incrementar a política de extensão tanto na graduação como na pós-graduação. Outro ponto a ser debatido é que grande parte das atividades relacionadas à Responsabilidade Social da Instituição já encontra-se desenvolvida, por meio de ações, principalmente na categorias de Programas, coordenadas pela Proex. Desta forma, é notório como parte das políticas de extensão encontram-se, de certa forma, atribuídas a outros setores e há a ausência de atribuição à própria extensão.

Ainda no PE (2014-2022), constatou-se, por meio da utilização de análise SWOT, que o “distanciamento entre universidade e comunidade” figura entre uma das dezoito fraquezas da instituição. Estaria esse distanciamento provocado, em partes, pela carência de uma política institucional de extensão universitária mais efetiva? Como apresentado anteriormente, o mesmo documento onde foi diagnosticada esta fraqueza institucional, não é claro nas definições de responsabilidade da condução das práxis extensionista tampouco atribui a responsabilidade social da instituição como parte integrante da política extensionista.

Nos PDIs analisados (2007-2011; 2011-2015 e 2016-2020), a palavra “extensão” é amplamente mencionada ao longo dos documentos – observada principalmente ao tratar da relação “ensino, pesquisa e extensão” e, diante disto, optou-se por analisar principalmente as tratativas que abordavam as “Políticas de Extensão e Cultura” dos referidos planos, buscando-se assim compreender de que maneira a política extensionista da UFT vem se desenvolvendo e planejando sua atuação para o futuro.

No tocante à missão da Proex, observou-se que os PDIs 2007-2011 e 2011-2015, evidenciaram o compromisso da universidade com a sociedade através da construção mútua do conhecimento e, destaca-se que no PDI 2011-2015, houve um ligeiro acréscimo na missão da Proex, sendo inserido parte do conceito de extensão universitária formulado pelo FORPROEX, evidenciando assim a concordância da UFT com este conceito de extensão, enquanto o PDI 2016-2020 não abordou em seu texto nenhuma informação relativa à missão da Proex:

Missão da Proex: Proporcionar condições para que a comunidade tenha acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando com a construção de novos conhecimentos e com a integração da universidade com a sociedade em geral (PDI, 2007, p. 19).

Missão da Proex: Proporcionar condições para a realização de atividades de extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, estabelecendo o vínculo entre o conhecimento acadêmico, a intervenção social e o comprometimento com o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade (PDI, 2011, p. 33).

O PDI 2016-2020, no que se refere à política de extensão, apresentou, dentre os PDIs analisados, poucas informações relevantes sobre a condução da política extensionista da UFT. Não foram encontrados, diferentemente dos PDIs anteriores, informações relativas à missão da Proex, tampouco a descrição das atividades pretendidas para o futuro, mas apenas um breve relato das atividades desenvolvidas por parte da gestão que esteve à frente da Proex neste período. Porém, o documento ratificou o alinhamento da política extensionista da UFT junto

às políticas nacionais de extensão, demonstrando mais uma vez ser signatária da política desenvolvida pelo FORPROEX:

A extensão universitária, na UFT, está alinhada às diretrizes nacionais de extensão, pactuadas desde 1999 pela Política Nacional de Extensão, expressão do consenso e reformulações do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Federais de Ensino (Forproex) (PDI, 2016, p. 50).

O PDI 2016-2020 coaduna-se com o Plano Nacional de Extensão Universitária e com as diretrizes de extensão definidas pelo FORPROEX também no que tange à definição do conceito de extensão universitária, como também nas diretrizes de orientação para implementação da política:

As estratégias locais, referenciais aos processos seletivos e mecanismos de acompanhamento, consideram a macro definição de Extensão, neste sentido: “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (PDI, 2016, p. 50).

As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuados no Forproex são as seguintes: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, Impacto e Transformação Social (PDI, 2016, p. 50-51).

Tanto no PDI 2007-2011 e no PDI 2011-2015 as áreas de atuação da extensão foram citadas e divididas em oito grandes áreas. Apesar do PDI 2016-2020 não fazer alusão às áreas da extensão universitária, cumpre ressaltar que estas não passaram por mudanças, permanecendo as mesmas, sendo elas: 1. Comunicação; 2. Cultura; 3. Direitos Humanos e Justiça; 4. Educação; 5. Meio ambiente; 6. Saúde; 7. Tecnologia; 8. Trabalho.

As políticas de Extensão e Cultura bem como suas diretrizes e estratégias traçadas no PDI 2007-2011, encontram-se divididas em cinco grandes eixos, conforme o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Políticas, Diretrizes e Estratégias de Extensão e Cultura (PDI 2007-2011)

Eixo	Diretrizes	Estratégias
Promoção da Cidadania	Alfabetizar jovens e adultos; Elaborar e acompanhar projetos para o fortalecimento do trabalho de educação de jovens e adultos no Tocantins;	Ampliar o compromisso social; Fortalecer a articulação entre a universidade e a sociedade;

	<p>Incentivar a participação dos acadêmicos nos programas de inclusão social nacionais, regionais e institucionais;</p> <p>Acompanhar os projetos de extensão propostos pela comunidade acadêmica.</p>	<p>Fomentar os projetos de extensão que tratam da inclusão;</p> <p>Propor maior participação de docentes e discentes nas atividades de extensão.</p>
Apoio à diversidade étnico-racial	<p>Garantir a permanência e o sucesso dos alunos beneficiados pelas cotas étnicas;</p> <p>Garantir a permanência e o sucesso dos alunos que ingressaram na Universidade mediante o convenio estabelecido com os países africanos de língua portuguesa;</p> <p>Promover políticas de igualdade racial na Instituição.</p>	<p>Promover, em parceria com o MEC e a FUNAI, debate em torno da situação dos estudantes indígenas da UFT;</p> <p>Articular ações com a Diretoria de Assuntos Internacionais para garantir mecanismos de permanência dos alunos africanos;</p> <p>Realizar eventos para discutir, com docentes e discentes, temas relacionados a diversidade;</p>
Apoio ao desenvolvimento estudantil	<p>Apoiar a realização das semanas acadêmicas;</p> <p>Divulgar editais do PROEXT (Programa de Apoio a Extensão Universitária) voltados para políticas públicas;</p> <p>Fomentar a participação dos diversos atores da Instituição em eventos regionais e nacionais para discutir a extensão nas IES;</p> <p>Promover debate sobre os critérios de avaliação da extensão universitária.</p>	<p>Oferecer apoio logístico para a realização das semanas acadêmicas;</p> <p>Estimular a participação da comunidade acadêmica nos fóruns de extensão, com apresentação de propostas da UFT;</p> <p>Construir, juntamente com a CPA, indicadores de avaliação das ações de extensão.</p>
Apoio à permanência acadêmica	<p>Propiciar o exercício da competência técnica na UFT;</p> <p>Buscar, em outras instituições, oportunidades para a inserção dos alunos no mercado de trabalho;</p> <p>Desenvolver entre os alunos o compromisso profissional.</p>	<p>Estruturar políticas de acesso, permanência e acompanhamento estudantil, propondo-se novas formas de acesso aos cursos de graduação da UFT, além do vestibular;</p> <p>Promover políticas de assistência estudantil na Instituição;</p> <p>Melhorar a política de assistência social e estudantil enquanto mecanismo de democratização das ações institucionais, por meio de bolsas de estudo, bolsas-</p>

		estágio, moradia, transporte, etc.
Apoio à arte e à cultura	Desenvolver ações no sentido de fazer da UFT um polo de referência na criação e difusão da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura no estado do Tocantins. Estimular o ensino, a fruição e a prática da arte; Divulgar eventos nacionais e internacionais nas áreas supracitadas, incentivando-se a participação da comunidade acadêmica.	Ampliar para todos os campi os projetos “Café Literário” e “Corredor Cultural”; Estimular a formação do GT de Cultura em todos os campi para a construção de uma agenda cultural de acordo com a realidade local; Criar as condições físicas e humanas adequadas para o desenvolvimento dos projetos culturais.

Fonte: Elaboração do autor a partir das informações extraídas do PDI (2007-2011).

No PDI 2011-2015 houve sutis alterações apenas na nomenclatura de alguns eixos referentes à extensão universitária – não havendo assim necessidade de explicitar aqui tais diferenças, visto que a política atribuída a esses eixos não sofreu modificação, permanecendo basicamente a mesma já destacada no quadro anterior. Porém, houve a criação de uma importante nova dimensão voltada para a ampliação, divulgação e visibilidade da política extensionista.

Quadro 2 – Eixo, Diretrizes e Estratégias (PDI 2011-2015)

Eixo	Diretrizes	Estratégias
Ampliar a divulgação dando visibilidade da extensão.	Valorizar a extensão no ambiente interno e externo; Consolidar a extensão como articuladora fundamental da responsabilidade social da Universidade; Garantir maior participação da comunidade acadêmica nas atividades de extensão; Consolidar a política de extensão da UFT, em consonância com as políticas nacionais de extensão.	Criar e implementar o plano de comunicação para a extensão; Institucionalizar as ações de extensão por meio de sistema informatizado de cadastro, acompanhamento e avaliação; Criar um fundo de apoio a extensão; Realizar fóruns de extensão; Criar Bolsa de Extensão – PIBEX; Ampliar os editais internos de apoio a atividades de extensão;

		Desenvolver um relatório anual das atividades de extensão; Consolidar a identidade visual do programa UFT Comunidade, com o objetivo de divulgar a UFT nas atividades de extensão realizadas nas comunidades.
--	--	--

Fonte: Elaboração do autor a partir das informações extraídas do PDI (2011-2015).

Deste eixo vale destacar, dentre suas diretrizes, os pontos que tratam da responsabilidade social da UFT, no sentido de consolidar a extensão como principal articuladora junto à sociedade, bem como em pactuar a política de extensão praticada na universidade com as políticas nacionais de extensão, além da intenção em envolver a comunidade acadêmica nas atividades de extensão.

Dentre as estratégias traçadas para o alcance das diretrizes estabelecidas, frisa-se aquela referente à institucionalização das ações de extensão por meio de sistema informatizado, ocorrida em 2011 com a adoção da plataforma SIGProj pela UFT e, principalmente, cabe destacar a estratégia adotada para o cumprimento da diretriz que visa garantir a maior participação da comunidade acadêmica nas atividades de extensão, cumprida com a criação em 2011 do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), nosso objeto de estudo.

Os Relatórios de Gestão de 2011 a 2016 da UFT mostraram-se fontes de consulta eficazes no que diz respeito aos macroprocessos²⁵ finalísticos da extensão universitária da Instituição. De maneira clara e concisa, são apresentados os programas, ações, produtos e clientes da Proex beneficiados pela execução das principais políticas de extensão universitária da UFT. Cumpre ressaltar que ao longo do período compreendido entre os anos de 2011 a 2016, foram identificados nos Relatórios de Gestão um total de sete macroprocessos finalísticos executados pela Proex, conforme o Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos: Extensão (2011 a 2016)

²⁵ Os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente/cidadão/usuário. Destarte, os macroprocessos finalísticos referem-se ao cerne da organização, caracterizam a atuação da organização e estão diretamente relacionados aos seus objetivos estratégicos e à geração de produto/serviço para o cliente interno ou externo (UFT, 2016, p. 14).

Macroprocessos Finalísticos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<p>Edital PROEXT MEC/SESu - Programa de Apoio à Extensão Universitária</p>	<p>Trata-se de um programa interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, mediado por alunos de graduação orientados por um ou mais professores, dentro do princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa. Dentro deste contexto, o PROEXT gera, principalmente: Impacto social, pela ação de superação dos problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e à ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação, além da relação multilateral com os outros setores da sociedade, e a contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das</p>	<p>Projetos e programas aprovados no Edital MEC/SESu de Apoio a Extensão Universitária.</p>	<p>Os alunos de graduação envolvidos (bolsistas ou voluntários), a comunidade envolvida diretamente na ação, e a longo prazo a resultante contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional.</p>

	políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional.		
Edital de Fluxo Contínuo de Registro de Ações de Extensão	Edital que regulariza, por fluxo contínuo, o desenvolvimento de ações de extensão no âmbito da Universidade Federal do Tocantins representando significativa articulação entre ensino e pesquisa com as demandas da sociedade e do desenvolvimento regional do Estado do Tocantins. As ações são apresentadas sob as modalidades Programa, Projeto, Curso ou Evento e devem atender à Política de Extensão Universitária da UFT, atendendo ao PDI e o Planejamento Estratégico em vigor.	Ações desenvolvidas que atendam os preceitos da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, da natureza acadêmica, e da relação com a sociedade. Produtos resultantes destas ações são: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente com o impacto na formação do estudante e na geração de novo conhecimento; interdisciplinaridade; Impacto social; relação dialógica com a sociedade; contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional.	A comunidade acadêmica envolvida; os setores da sociedade impactados com as ações desenvolvidas; e a contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional.
Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX	É um programa que visa a articulação com o ensino e a pesquisa, baseando-se nos processos educativo, científico, cultural e de interação da universidade com outros setores da sociedade. Tem por objetivo conceder bolsa de extensão para alunos de graduação matriculados na UFT e vinculados a projetos/programas	Bolsas de extensão ofertadas aos alunos de graduação envolvidos na extensão universitária. Serviços gerados: Promoção da cidadania; fortalecimento das ações de inclusão social; apoio a diversidade étnico-cultural; promoção da arte e cultura; fortalecimento do tripé pesquisa-ensino-extensão; assegurar a cooperação entre	Os alunos bolsistas, e os setores da sociedade impactados com as ações desenvolvidas. Além da IES como um todo partindo do fortalecimento da extensão.

	de extensão cadastrados na PROEX.	professores, técnico-administrativos e acadêmicos para o desenvolvimento de atividades de extensão da Universidade.	
Programa de Acesso Democrático à Universidade e Acompanhamento Pedagógico - PADU	O Programa de Acesso Democrático à Universidade e Acompanhamento Pedagógico (PADU) é um cursinho pré-vestibular criado pela Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEX em 2010. O cursinho tem duração de um semestre, aproximadamente com quatro horas de aulas diárias semanais, de segunda-feira a sábado. Desde sua concepção, comprometera-se, com a reparação das distorções históricas que afastam a maior parte da população brasileira da graduação em instituições públicas de ensino. Inicialmente, concentrou-se em preparar os candidatos com perfis de vulnerabilidade socioeconômica.	Cursinho Pré-vestibular ofertado. (Promoção do diálogo entre as experiências dos acadêmicos e as necessidades/demandas dos candidatos ao ingresso na educação superior, fomentando estratégias administrativas e pedagógicas coerentes com esse diagnóstico. Implementação de uma política permanente de colaboração na formação continuada dos docentes da rede pública estadual, com uma agenda positiva de ações e contributos pela Universidade Federal do Tocantins).	Alunos e egressos da rede pública, seguindo a lógica da composição étnico-racial e vulnerabilidade social determinada pela Lei de Ações Afirmativas e sua regulamentação.
Programa Universidade da Maturidade - UMA	É um programa de extensão da Universidade Federal do Tocantins vinculado ao Colegiado do Curso	Oferta de atividades físicas, culturais e sociais).	Pessoas acima de cinquenta anos.

	<p>de Pedagogia. A UMA surge como uma proposta pedagógica inovadora sobre o ser velho, evidenciando um olhar diferenciado sobre o velho impactando diretamente no estilo de vida de pessoas acima de cinquenta anos. O programa tem como um de seus objetivos contribuir para elevação dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas acima de cinquenta anos, proporcionando atualização e reciclagem, informação e orientações práticas bem como a valorização do ser humano perante a sociedade.</p>		
<p>Edital de Semanas Acadêmicas e Intercursos</p>	<p>As Semanas Acadêmicas e Intercursos possibilitam a integração da comunidade acadêmica, especialmente na troca de vivências entre os discentes de diferentes etapas dos cursos, propiciando a articulação de grupos de afinidade, ação, habilidade e competência, consolidando ainda mais a integração dos cursos, dos Câmpus e da comunidade externa, na</p>	<p>Semanas Acadêmicas e Intercursos realizados. Promoção de intercâmbio entre os cursos e os Câmpus, estimulando diálogos e intervenções entre as diversas realidades e suas compreensões; Fomenta a integração por meio de atividades de cunho cultural dentro da temática proposta; Compartilha experiências entre os diferentes saberes, entre as comunidades interna e externa; Promove a discussão de temas relevantes para a</p>	<p>Toda a comunidade acadêmica, e todos os setores da sociedade envolvidos nas temáticas que por sua vez são pluri e multidisciplinares abrangendo todos os cursos da Universidade e por consequente todas as áreas do conhecimento por elas englobadas.</p>

	<p>perspectiva de que a Universidade, sendo um espaço plural, deve promover a diversidade de saberes, não somente os da comunidade acadêmica, mas também difundindo e assimilando os saberes da comunidade externa. As atividades das Semanas Acadêmicas são organizadas por acadêmicos e professores com o objetivo de discutir temas de relevância para a formação dos alunos.</p>	<p>sociedade tocantinense e sua articulação com contextos regionais e globais).</p>	
<p>Programa dialógico de Acesso e Permanência das Comunidades Indígenas e Quilombolas na Universidade - PADIQ</p>	<p>O Programa Dialógico de Acesso Indígena e Quilombola à Universidade busca promover uma interação midiática e imagética, pela extensão universitária, entre os saberes locais e aqueles exigidos ao concluinte do ensino médio, procurando-se articular o processo educacional à busca de alternativas de conteúdo educacional e recursos didáticos que estejam presentes na realidade das populações tradicionais tocantinenses. Espera-se a produção dos módulos interativos das grandes áreas do</p>	<p>Oferta de reforço (aulas) nos conteúdos exigidos nos vestibulares e ENEM.</p>	<p>Jovens concluintes e egressos do ensino médio das comunidades tradicionais tocantinenses (comunidades indígenas e quilombolas).</p>

	conhecimento em fascículos e temas transversais, para plataformas móveis e off-line, priorizado aos alunos matriculados e egressos de ensino médio das comunidades quilombolas e indígenas tocantinenses.		
Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão	Apresentação das ações de ensino, pesquisa e extensão nos câmpus da UFT. Os produtos advindos do PIBEX são apresentados pelos discentes bolsistas durante a realização do Seminário.	Produtos advindos das ações aprovadas pelo Edital de Seleção do PIBEX.	Comunidade interna e externa.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos Relatórios de Gestão referentes aos anos de 2011 a 2016.

O Quadro 3 sintetiza os principais macroprocessos desenvolvidos pela Proex no que diz respeito à extensão universitária da UFT como forma de cumprir a política institucional desta dimensão acadêmica. Frisa-se que não se faz necessário aprofundar o estudo acerca de todos os macroprocessos, visto que não se trata de um dos objetivos desta pesquisa. Porém, cabe frisar algumas peculiaridades, por serem pertencentes à própria política de extensão da universidade.

Neste sentido, ressalta-se que entre os anos de 2010 a 2016, a UFT teve aprovada um total de 29 propostas (sendo 11 Programas e 18 Projetos) contempladas com recursos financeiros pelo Editais ProExt MEC/SESu - Programa de Apoio à Extensão Universitária. As propostas são, obrigatoriamente, coordenadas por um docente pertencente ao quadro efetivo da UFT e são previamente selecionadas pela Proex para posteriormente serem submetidas a concorrerem ao Edital Nacional. Em 2014, a UFT despontou como a universidade da Região Norte com maior número de ações aprovadas pelo ProExt. O recurso financeiro oriundo do MEC para a execução e desenvolvimento destas ações foi de aproximadamente R\$ 1,4 milhão. As ações aprovadas enquadravam-se principalmente nas áreas de Educação, Saúde e Ciência, Tecnologia e Inclusão Social. Outro ponto a ser observado é o envolvimento dos discentes nos programas e projetos aprovados pelo ProExt, onde a participação dos alunos é realizada por

meio de seleções organizadas pelos coordenadores das ações com objetivo de contribuir na formação acadêmica e cidadã, podendo se dar de forma remunerada através do pagamento de bolsas²⁶, de acordo com a previsão orçamentária do programa ou projeto.

A avaliação das propostas submetidas ao Edital ProExt é realizada por comissão designada especificamente para este fim pelo MEC, onde são observadas as diretrizes de natureza acadêmica (cumprimento da indissociabilidade extensão, ensino e pesquisa; interdisciplinaridade; impacto na formação do estudante; geração de produtos; integração com o ensino de graduação); de relação com a sociedade (impacto social; relação multilateral com os outros setores da sociedade; contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional).

O ProExt, apesar de ser um programa inicialmente desenvolvido pelo MEC, encontra-se articulado também com outros ministérios do executivo federal, mostrando-se assim, preocupado em contribuir com políticas públicas mais abrangentes e em áreas diversas, argumento este corroborado pela diversidade das Linhas Temáticas²⁷ disponíveis para submissão das propostas.

Tabela 1 – Ações aprovadas pelo Edital ProExt 2010 MEC/SESu

Categoria	Linha	Valor
Projeto	Educação	R\$ 46.520,00
Projeto	Educação	R\$ 50.000,00
Projeto	Cultura e Arte	R\$ 49.967,52
Projeto	Promoção da Saúde	R\$ 29.334,73
Projeto	Redução das desigualdades sociais	R\$ 46.520,00
Projeto	Geração de Trabalho e Renda	R\$ 49.973,20
Projeto	Geração de Trabalho e Renda	R\$ 49.588,43
Projeto	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	R\$ 49.996,00
	Total	R\$ 371.899,88

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados extraídos do Edital de Resultado Final ProExt 2010 MEC/SESu.

²⁶ Em 2014, foram disponibilizadas 89 bolsas de extensão para os discentes participantes do ProExt. Frisa-se que as bolsas de extensão disponibilizadas pelo ProExt não possuem relação com as bolsas de extensão disponibilizadas pelo PIBEX.

²⁷ Ao todo são dezenove Linhas Temáticas, divididas em: 1. Educação; 2. Cultura e Arte; 3. Pesca e aquicultura; 4. Promoção da saúde; 5. Desenvolvimento urbano; 6. Desenvolvimento rural; 7. Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza; 8. Geração de trabalho e renda por meio do apoio e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários; 9. Preservação do patrimônio cultural brasileiro; 10. Direitos Humanos; 11. Promoção da igualdade racial; 12. Mulheres e relações de gênero; 13. Esporte e lazer; 14. Comunicação; 15. Desenvolvimento regional: inclusão produtiva, defesa civil e acesso à água; 16. Justiça e direito do indivíduo privado de liberdade; 17. Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social; 18. Meio Ambiente e Recursos Naturais; 19. Relação entre Estado e Sociedade, Promoção da Participação Social e Políticas para a Juventude (PROEXT, 2015).

Tabela 2 – Ações aprovadas pelo Edital ProExt 2011 MEC/SESu

Categoria	Linha	Valor
Programa	Pesca artesanal e agricultura familiar	R\$ 148.275,60
Projeto	Educação	R\$ 50.000,00
Projeto	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	R\$ 49.997,00
Projeto	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	R\$ 49.846,43
Total		R\$ 298.119,03

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados extraídos do Edital de Resultado Final ProExt 2011 MEC/SESu.

Tabela 3 – Ações aprovadas pelo Edital ProExt 2014 MEC/SESu

Categoria	Linha	Valor
Programa	Educação	R\$ 150.000,00
Programa	Educação	R\$ 149.968,40
Programa	Desenvolvimento Rural	R\$ 149.968,00
Programa	Geração de trabalho e renda	R\$ 119.452,00
Programa	Direitos Humanos e Justiça	R\$ 147.942,20
Programa	Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social	R\$ 137.956,00
Programa	Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social	R\$ 129.285,81
Programa	Articulação e Participação Social	R\$ 140.658,50
Projeto	Educação	R\$ 49.999,92
Projeto	Cultura e Arte	R\$ 48.759,20
Projeto	Promoção da Saúde	R\$ 49.997,98
Projeto	Promoção da Saúde	R\$ 49.999,88
Projeto	Esporte e Lazer	R\$ 42.539,50
Total		R\$ 1.366.527,39

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados extraídos do Edital de Resultado Final ProExt 2014 MEC/SESu.

Tabela 4 – Ações aprovadas pelo Edital ProExt 2015 MEC/SESu

Categoria	Linha	Valor
Programa	Educação	R\$ 192.883,70
Programa	Desenvolvimento Urbano	R\$ 193.925,00
Total		R\$ 386.808,70

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados extraídos do Edital de Resultado Final ProExt 2015 MEC/SESu.

Tabela 5 – Ações aprovadas pelo Edital ProExt 2016 MEC/SESu

Categoria	Linha	Valor
Programa	Participação Social e Políticas para a Juventude	R\$ 99.778,60
Programa	Educação	R\$ 99.789,00
Total		R\$ 199.567,60

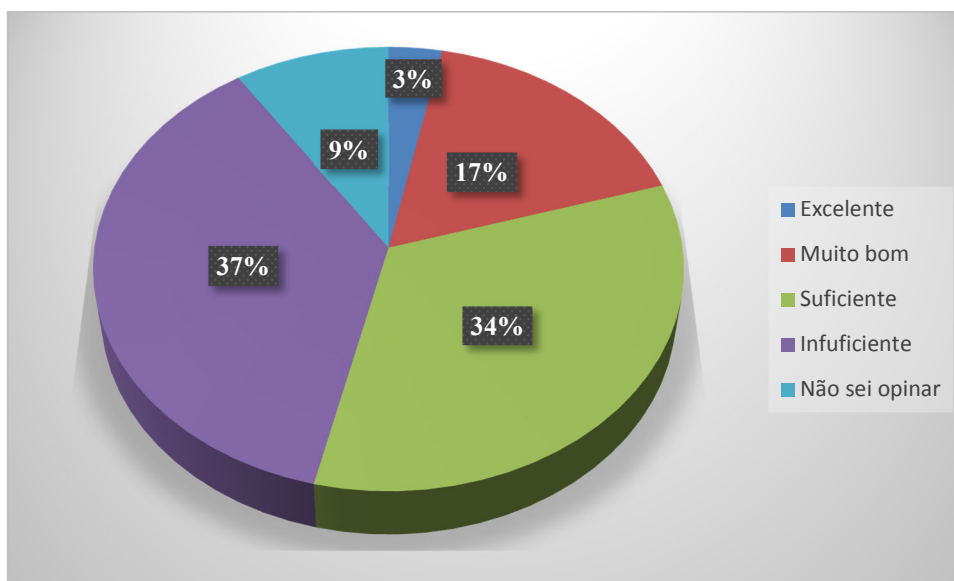
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados extraídos do Edital de Resultado Final ProExt 2016 MEC/SESu.

Sob a perspectiva da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em 2013, a Proex, em parceria com a Propesq, lançou o Edital de Apoio a Projetos Integrados de Pesquisa e Extensão, uma ação até então inédita no país, com o objetivo de financiar projetos integrados nas dimensões de pesquisa científica e extensão. O recurso financeiro destinado ao Edital foi de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) divididos de forma igualitária entre trinta projetos selecionados e aprovados. Foram distribuídas dezesseis bolsas de extensão destinadas aos discentes. Apesar do ineditismo desta proposta não houve continuidade nos anos seguintes, encerrando assim as atividades ligadas a esta ação.

Ainda para divulgação e visibilidade da extensão, a Proex realiza, em conjunto com a Prograd e Propesq, os Seminários Integrados de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tal evento mobiliza a comunidade universitária em cada campus para apresentação de trabalhos e resultados de ensino, pesquisa e extensão, num espaço de interação entre a comunidade interna e a externa (UFT, 2012).

O Relatório de Avaliação Institucional da UFT – Exercício 2016, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) dentro das diretrizes do Sinaes, instituído pela Lei nº 10.861/2014, e com base nos dados coletados por meio dos questionários de autoavaliação institucional, respondidos pela comunidade universitária, questionou: “Como você avalia as políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para as atividades de extensão”, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Avaliação de Políticas e Ações acadêmico-administrativas de Extensão/2016



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados presentes no Relatório de Avaliação Institucional da UFT (2016).

Os resultados apresentados demonstram que 3,2% avaliaram como excelente; 17,1% como muito bom; 33,4% como suficiente; 37% como insuficiente e 9,3%, não souberam opinar. Tais percentuais, principalmente os avaliados negativamente, requerem atenção por parte da gestão no sentido de propor melhorias na política voltada para a extensão, de forma a atender o eixo “Ampliar a divulgação dando visibilidade da extensão”.

Por fim, a normativa de cunho extensionista mais atual²⁸ emitida pela Proex, trata-se da Resolução CONSEPE nº 15, de 22 de março de 2017 que regulamenta as ações de extensão da UFT. Esta normatização torna-se um importante instrumento legitimador para o desenvolvimento de ações extensionistas que estejam alinhadas às diretrizes, estratégias e políticas estabelecidas pela Proex. Ao analisar a referida resolução, logo em seu início, percebe-se o compromisso e necessidade em adequar a práxis extensionista da UFT junto ao Plano Nacional de Educação bem como à Política Nacional de Extensão Universitária definida pelo FORPROEX:

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunido em sessão ordinária no dia 22 de março de 2017, e: **CONSIDERANDO** a necessidade de adequação à Política Nacional de Extensão Universitária conforme definição do FORPROEX;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, especialmente a Estratégia 12.7;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010, que regulamenta os Artigos 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de Ensino e Extensão Universitária;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento das Ações de Extensão da Universidade Federal do Tocantins, conforme documento em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação (UFT, 2017).

Os princípios norteadores da extensão universitária da UFT também trazem como referência as diretrizes concebidas pelo FORPROEX, apresentadas pelo Plano Nacional de Extensão, e apresentam a maneira como devem ser desenvolvidas as ações de extensão na UFT:

I - impacto social e transformação de forma a estabelecer relação entre a Universidade Federal do Tocantins - UFT e os demais segmentos da sociedade por meio de uma ação transformadora com ênfase na formação acadêmica e nas demandas da sociedade;

II - atuação dialógica de maneira a estabelecer interlocução entre a UFT e demais setores da sociedade na promoção da troca de saberes;

²⁸ Até a data de 29 de novembro de 2017 a Proex não havia emitido nenhum outro tipo de normativa que tratasse da extensão universitária no âmbito da UFT.

- III - estabelecimento da interação de conhecimentos e inter-relação entre disciplinas e áreas de conhecimento e metodologias, como estratégia para atender as demandas da formação e demandas sociais por meio de um processo interdisciplinar;
- IV - indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (UFT, 2017).

As atividades de extensão encontram-se classificadas na UFT em Programas, Projetos e Atividades²⁹ conforme a Resolução CONSEPE nº 15, de 22 de março de 2017. Torna-se necessário ressaltar, mesmo que de forma sucinta, as especificidades que envolvem o trâmite de submissão, análise e aprovação das ações de extensão junto à universidade. Anualmente, a Proex lança os Editais de Fluxo Contínuo das Ações de Extensão da UFT como forma de regularizar o desenvolvimento destas ações e, também, fomentar a prática extensionista na universidade. Estes editais, além das demais normativas internas, tornam-se importantes instrumentos no sentido de delinear e conduzir que as propostas se enquadrem na concepção de extensão da instituição. Enfatiza-se que nos Editais de Fluxo Contínuo não há previsão de dotação orçamentária para o financiamento das ações:

- 1.1. O presente Edital tem por objetivo regularizar, por fluxo contínuo, o desenvolvimento de ações de extensão sem ônus para a Universidade Federal do Tocantins (UFT), representando significativa articulação entre ensino e pesquisa com as demandas da sociedade e do desenvolvimento regional do Estado de Tocantins.
- 1.2. Este edital não se destina ao financiamento de Ações de Extensão por parte da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Todas as ações de extensão desenvolvidas no âmbito da UFT devem, obrigatoriamente, ser encaminhadas para a avaliação e aprovação da Proex, obedecendo aos seguintes critérios e normas:

²⁹ I - Programas: devem ser entendidos como um conjunto de projetos de caráter orgânicos institucionais gerenciados com a mesma diretriz e voltados a um objetivo comum;
 II - Projetos: devem ser entendidos como ações processuais contínuas de caráter educativo, cultural, científico, político e tecnológico;
 III - Atividades: devem ser entendidas como ações esporádicas, de caráter educativo, cultural, científico, político ou tecnológico, a exemplo de: cursos, eventos, prestações de serviços, produções e publicações, podendo ser incorporadas aos projetos e programas.
 § 1º. Curso: ação pedagógica de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 08 horas, critérios de avaliação definidos e certificação, nos termos das normatizações vigentes da UFT.
 § 2º. Evento: ação que implica na apresentação ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico/acadêmico, político ou tecnológico desenvolvido ou reconhecido pela universidade.
 § 3º. Prestação de serviços: ação de transferência à comunidade do conhecimento gerado e instalado no interior da Universidade, mediante contrato de terceiros (comunidade ou empresa) poderão ser realizadas pelos servidores docentes e ou técnicos administrativos (UFT, 2017, s/p).

1. A equipe executora contará com, no mínimo, um Coordenador (podendo ser docente ou técnico-administrativo pertencente ao quadro efetivo permanente da UFT) e um discente. A equipe executora deverá ser composta, por no mínimo 2/3 de pessoas vinculadas à universidade e poderá contar com a participação de membros externos à UFT;
2. Inicialmente, as propostas de ações de extensão universitária serão apreciadas pelo Colegiado (caso seja coordenada por docente) ou pelo Setor (em casos de coordenação atribuída ao técnico-administrativo) e deverão dispor de declaração de ciência destas Unidades de Origem;
3. Após a emissão da declaração de ciência pelo Colegiado ou Setor, o coordenador realiza o cadastro de sua proposta de ação em formulário próprio encontrado na plataforma online específica para este fim, o SIGProj. Todas as ações deverão ser cadastradas no SIGProj. A Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 15, de 22 de março de 2016, que dispõe sobre o Regulamento das Ações de Extensão da UFT, prevê a obrigatoriedade de preenchimento dos seguintes campos no que se refere à submissão de qualquer proposta de extensão. Dentre esses campos, vale destacar o que se refere à caracterização do público-alvo da ação de extensão. Um dos objetivos centrais desta pesquisa é o de verificar se há previsão do relacionamento da universidade com outros setores sociais por meio das ações de extensão. Na análise dos projetos, este item demonstrará para qual tipo de comunidade o projeto procura se envolver, nos permitindo assim, descrever e compreender quem são esses atores.

I - nome da ação;
II - setores envolvidos;
III - justificativa - demonstração da sua relevância acadêmica e social;
IV - objetivos;
V - metodologia;
VI - caracterização do seu público-alvo;
VII - indicação do coordenador e dos possíveis participantes ou colaboradores;
VIII - a carga horária dos participantes;
IX - recursos financeiros potencialmente envolvidos;
X - cronograma de execução da ação;
XI - resultados a serem alcançados ou produtos esperados;
XII - descrição do local onde será realizada a ação;
XIII - apresentar termo de ciência e compromisso de instituições parceiras (UFT, 2016, s/p).

4. As propostas deverão estar enquadradas nas seguintes Áreas Temáticas e definições, classificação definida no Plano Nacional de Extensão Universitária, adotada pela UFT, conforme especificadas no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Áreas Temáticas da Extensão Universitária da UFT

Denominação	Definições
Comunicação	Comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.
Cultura	Desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; rádio universitária; capacitação de gestores de políticas públicas do setor cultural; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; cultura e memória social.
Direitos Humanos e Justiça	Assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de direitos humanos; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de grupos sociais; organizações populares; questão agrária.
Educação	Educação básica; educação e cidadania; educação à distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de educação; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.
Meio Ambiente	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental; gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais.
Saúde	Promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas.
Tecnologia e Produção	Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; pólos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciências e tecnologia; cooperação

	interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes
Trabalho	Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados constantes no Plano Nacional de Extensão Universitária.

5. As propostas deverão atender às diretrizes de: a) natureza acadêmica (indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interdisciplinaridade; envolvimento de no mínimo um discente da UFT na equipe de execução da ação); b) da relação com a sociedade (impacto social; relação dialógica com a sociedade ou contribuir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional;
6. Após a submissão, o Comitê de Extensão terá o prazo de no máximo vinte dias para analisar a proposta e emitir o parecer de enquadramento. Frisa-se que este é um importante momento no que tange à avaliação de uma proposta extensionista: aqui é o momento da análise destas propostas de extensão, podendo a ação receber as seguintes situações: recomenda; não recomendada; a reformular.
7. Cadastrada e aprovada, a ação poderá ser então iniciada. Os processos avaliativos das atividades extensionistas são realizados por meio da análise dos Relatórios Parciais e Finais, emitidos pelo coordenador da ação.
8. Ao final da ação de extensão, o coordenador deverá encaminhar, no máximo em trinta dias úteis após o término previsto da ação, o Relatório Final para apreciação da Proex.
9. A ação encerra-se com a expedição dos certificados de participação que são emitidos pelo Coordenador da ação através do Módulo de Emissão de Certificados disponível na Intranet da UFT.

De modo geral, mesmo a UFT ainda sendo uma instituição muito nova, quando comparada com as demais universidades brasileiras, percebe-se uma evolução nos documentos institucionais, que demonstram que a universidade vem melhorando suas práticas de gestão relativas à extensão universitária, principalmente no sentido de buscar a consonância entre a sua política extensionista com as políticas nacionais de extensão e também com as formulações advindas do FORPROEX, principal formulador da política nacional de extensão, do qual a UFT

é signatária. Verificou-se também, que existe uma gama de programas institucionalizados voltados especificamente para o fomento da extensão universitária, bem como uma grande quantidade de ações de iniciativa do corpo acadêmico voltadas para a prática extensionista bem como a participação da UFT em editais nacionais de extensão universitária, como o ProExt, através da aprovação de programas e projetos.

4.3 O PIBEX

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) da Universidade Federal do Tocantins, instituído por meio da Resolução nº 16/2010/CONSUNI/UFT, de 22 de setembro de 2010, é, assim como as demais políticas e diretrizes da extensão, executado, acompanhado e avaliado no âmbito da UFT pela Proex e visa “a excelência da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa e baseada no processo educativo; científico; cultural; **de interação da universidade com outros setores da sociedade**” (UFT, 2011).

As bolsas de extensão concedidas pelo PIBEX são destinadas exclusivamente para os discentes dos cursos de graduação da UFT previamente indicados pelos coordenadores das ações de extensão. O programa tem por objetivos aqueles elencados no Art. 2º da Resolução que aprovou suas normas:

Art. 2º O Programa Institucional de Bolsa de Extensão da Universidade Federal do Tocantins tem os seguintes objetivos:
I – promover a cidadania;
II – fortalecer as ações de inclusão social;
III – apoiar a diversidade étnico-cultural;
IV – promover a arte e a cultura;
V – fortalecer o tripé ensino-pesquisa-extensão;
VI – assegurar a cooperação entre professores, técnico-administrativos e acadêmicos para o desenvolvimento de atividades de extensão da Universidade (UFT, 2011, s/p).

Observa-se a consonância estabelecida entre os objetivos do PIBEX com as normatizações extensionistas, tais como aquelas advindas do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras e também de legislação federal pertinente à extensão universitária. Cabe aqui citar a Lei nº 12.155/09, de 23 de dezembro de 2009 que confere às universidades a prerrogativa de concessão de bolsas de extensão e, vai além, ao delinear que estas atividades possuem como finalidade principal estreitar os laços da universidade junto à sociedade:

Art. 10. Ficam as instituições federais de educação superior autorizadas a conceder bolsas a estudantes matriculados em cursos de graduação, para o desenvolvimento de atividades de ensino e **extensão**, que visem:

I - à promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e

II - ao desenvolvimento de atividades de **extensão universitária destinadas a ampliar a interação das instituições federais de educação superior com a sociedade** (BRASIL, 2009, s/p, grifo nosso).

Já o Decreto nº 7.416/10, de 30 de dezembro de 2010, trouxe regulamentação para a Lei nº 12.155/09, principalmente no que se refere às rotinas a serem observadas por parte dos setores responsáveis pela condução da política extensionista nas instituições de ensino, bem como as condutas a serem desenvolvidas por parte dos discentes contemplados.

Art. 6º. A concessão das bolsas de extensão referidas no art. 1º, inciso II, observará disciplina própria da instituição, aprovada pelo órgão colegiado competente para a extensão e por seu órgão colegiado superior, para fomentar a extensão, **em articulação com o ensino e a pesquisa, visando a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, por meio de processo interdisciplinar educativo, cultural e científico.**

Parágrafo único. As atividades de extensão devem, preferencialmente, estar inseridas em programas e projetos estruturados, com base em linhas de trabalho acadêmico definidas e que integrem áreas temáticas estabelecidas pela instituição, garantindo a continuidade das atividades no tempo e no território, sempre com a participação de estudantes, articulando-se com as práticas acadêmicas de ensino e pesquisa (BRASIL, 2010, s/p, grifo nosso).

Quadro 5 – Relação dos Editais de Seleção PIBEX

Edital nº	Categoria PIBEX	Quantidade de bolsistas selecionados	Duração da bolsa de extensão PIBEX
16/2016/Proex/UFT de 29/08/2016	Acadêmico	18	Até 06 meses
15/2016/Proex/UFT de 29/08/2016	Artes	08	Até 06 meses
33/2016/Proex/UFT de 29/08/2016	Comunitário	04	Até 06 meses
04/2015/Proex/UFT de 04/02/2015	Acadêmico	29	De 01 a 05 meses
05/2015/Proex/UFT de 04/02/2015	Artes	09	Até 04 meses

11/2013/Proex/UFT de 23/04/2013	Acadêmico	58	Até 12 meses
27/2013/Proex/UFT de 09/07/2013	Artes	18	Até 12 meses
25/2012/Proex/UFT de 25/05/2012	Acadêmico	12	Mínimo de 04 meses e máximo de 12 meses

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados extraídos dos Editais de Seleção PIBEX 2012 a 2016.

Observa-se, a partir dos dados constantes no Quadro 5, que no decorrer de pouco mais de cinco anos de sua criação, o PIBEX ofertou um total de 156 bolsas de extensão, sendo o ano de 2013 o ápice no que se refere ao número de bolsas concedidas, chegando a um total de 76 (setenta e seis). Cumpre destacar que o número de bolsas concedidas e sua duração é ato discricionário do gestor que encontra-se à frente da Proex e encontra-se ligado também à disponibilidade orçamentária da própria instituição.

5 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PERCEPÇÕES E PROJETOS DE EXTENSÃO EM ANÁLISE

Este capítulo tem por objetivo ir ao encontro de respostas junto à problemática de pesquisa aqui proposta, a partir de duas perspectivas: (I) a percepção dos discentes bolsistas do PIBEX Acadêmico – Ano 2016 e (II) da análise dos projetos aprovados pelo referido programa, no sentido de identificar se estes encontram-se pautados na busca de construção de uma relação dialógica entre a UFT e a sociedade, característica esta compreendida como uma das diretrizes basilares da extensão universitária.

5.1 Análise e discussão dos resultados

Neste item encontram-se organizados e apresentados os resultados da pesquisa. Em um primeiro momento, no primeiro tópico serão apresentadas e analisadas as percepções dos discentes bolsistas do PIBEX Acadêmico do ano de 2016 referentes à prática extensionista da UFT, obtidas por meio da aplicação de questionário junto aos discentes do referido programa institucional. Posteriormente, no segundo tópico, serão expostos e analisados os dados coletados por meio de análise documental nos dezoito projetos de extensão aprovados pelo PIBEX Acadêmico no ano de 2016.

5.1.1 Os discentes bolsistas do PIBEX: descrição e análise das percepções a respeito da extensão universitária da UFT

Neste tópico serão apresentados, com a finalidade de identificar a percepção dos discentes bolsistas do PIBEX a respeito da extensão universitária praticada na UFT, os resultados oriundos dos questionários a eles submetidos. Inicialmente, com relação às questões fechadas, optou-se por organizar os dados quantitativos em forma de tabelas e quadros. Para a questão aberta do questionário, a organização dos dados se fez de forma descritiva, realizada por meio das transcrições das respostas a eles atribuídas.

Cumpramos ressaltar a dificuldade encontrada pelo pesquisador em obter o retorno dos questionários junto aos discentes bolsistas. O formulário, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi enviado por *e-mail* em 02 de outubro de 2017 via *Google Docs*, utilizando-se a ferramenta *Google Drive*, para cada um dos discentes. Após três semanas de envio e com a baixa taxa de retorno da devolutiva dos questionários, buscou-se, junto à Proex, o contato telefônico de cada um dos participantes. De posse destes contatos, fez-se ligação telefônica para cada um deles, explicando a importância do preenchimento do questionário para o prosseguimento desta pesquisa. Após as ligações telefônicas, obteve-se um total de respostas, até o dia 18 de dezembro de 2017, de dez respondentes, equivalente a uma taxa de retorno de 56% em relação ao total de dezoito discentes bolsistas participantes do PIBEX Acadêmico 2016 e, com isso, atingiu-se um percentual de representatividade válido para uma amostra de pesquisa, proposto por Barbetta (2008).

A primeira parte aqui apresentada encontra-se composta pelas questões que abordam os aspectos sócio-demográficos dos participantes de maneira a definir o perfil geral dos sujeitos participantes da pesquisa, encontrando-se assim representado:

Tabela 6 – Perfil geral da amostra

Categoria	Opções	Frequência	Percentual
Sexo	Feminino	09	80
	Masculino	01	20
	Total	10	100
Idade	14 a 17 anos	0	0
	18 a 21 anos	6	60
	22 a 25 anos	4	40
	26 a 29 anos	0	0
	30 anos ou mais	0	0
	Total	10	100
Nível de ensino	Médio/profissional	0	0
	Graduando	7	70
	Graduado	3	30
	Pós-graduando	0	0
	Outro	0	0
	Total	10	100
Origem escolar	Pública	7	70
	Particular	2	20
	Pública e particular	1	10
	Particular com bolsa	0	0
	Supletivo público	0	0
	Supletivo particular	0	0
	Outro	0	0
	Total	10	100

Turnos de aulas	Diurno	3	30
	Vespertino	0	0
	Noturno	1	10
	Integral	6	60
	Total	10	100
Tempo de estudo na UFT	Até 1 ano	0	0
	De 1 a 2 anos	0	0
	De 2 a 3 anos	4	40
	De 3 anos a 4 anos	6	60
	4 anos ou mais	0	0
	Total	10	100
Estado Civil	Solteiro	10	100
	Casado/união estável	0	0
	Separado/divorciado	0	0
	Viúvo	0	0
	Outro	0	0
	Total	10	100
Raça/Cor	Branca	2	20
	Negra	0	0
	Parda	7	70
	Amarela	1	10
	Indígena	0	0
	Outro	0	0
	Total	10	100

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2017).

De posse dos dados, o que logo chama a atenção é o fato de grande parte dos percentuais das categorias encontrarem-se distribuídas de forma bastante homogênea (identificado principalmente nas categorias: sexo, idade, nível de ensino, origem escolar, estado civil e raça/cor).

Em relação à representação por sexo, a amostra é basicamente composta por sujeitos do sexo feminino (90%), predominantemente com idade entre 18 a 21 anos (60%) e 22 a 25 anos (40%), o que totaliza 100% dos respondentes. Do total da amostra vale destacar que 70% são graduandos e 30% já possuem graduação. Quanto à origem escolar, observou-se a predominância dos alunos advindos de escolas públicas (70%), já os discentes oriundos de escolas privadas representaram 20% e apenas 10% responderam terem estudado em ambas, tanto públicas como privadas. Quanto ao turno em que os respondentes frequentam as aulas, 70% apontaram o período integral, 30% o diurno e 10% o noturno. Enfatiza-se que 70% dos respondentes, mesmo estudando em turno integral, disponibilizaram tempo e espaço para participarem de projetos de extensão ligados ao PIBEX. Tais discentes são pertencentes aos cursos de tempo integral, Enfermagem e Nutrição. Tal fato se explica por grande parte dos

cursos da área saúde, tais como Enfermagem e Nutrição, funcionarem em período integral. E ainda são os cursos que apresentaram o maior número de projetos de extensão no ano de 2016 aprovados pelo PIBEX Acadêmico.

Em relação ao tempo de estudo na UFT, a grande maioria (60%) afirma estudar entre 2 a 3 anos na referida instituição, seguido de 40% que afirmaram estudar entre 3 a 4 anos. É importante ressaltar que os discentes participantes dos projetos em estudo afirmaram possuir 2 ou mais anos de vínculo com a Universidade. Tal dado indica uma possível lacuna de divulgação e informações sobre extensão universitária especialmente para os universitários que estão ingressando no ensino superior, visto que, ao que tudo indica possa ser esse o motivo por não haver participantes que se encontrem nos dois primeiros anos iniciais de seus respectivos cursos. Todos os respondentes são solteiros e, por fim, quanto à raça/cor, houve predomínio dos pardos (70%), seguidos por brancos (20%) e, por fim, de amarelos (10%).

A seguir retratam-se os dados referentes aos itens do questionário que servirão como parâmetro demonstrativo da percepção dos discentes bolsistas em relação à extensão universitária praticada na UFT. Para cada uma das afirmativas avaliadas, foram dispostas uma escala de quatro opções, onde a opção “Não, nunca” seria a mais negativa no que se refere à avaliação na percepção do discente bolsista e “Sim, sempre” a mais positiva. Além disso, os itens foram dispostos em três grandes categorias de análise: (I) *Percepções quanto à participação discente na extensão da UFT*; (II) *Percepções quanto às ações de extensão (programas, projetos, eventos e cursos) da UFT* e, por fim, (III) *Percepções quanto à participação do discente no projeto de extensão aprovado pelo PIBEX*.

Na primeira categoria de análise, denominada *Percepções quanto à participação discente na extensão da UFT*, associam-se treze questionamentos que indagam ao discente bolsista, aspectos ligados à vivência e prática da extensão universitária na UFT, no sentido de acesso às informações relativas à extensão da universidade, participação nas ações de extensão, canais de comunicação e interesse nos assuntos relacionados à extensão.

Tabela 7 – Categoria: Percepções quanto à participação discente na extensão da UFT

Itens	Opções	Frequência	Percentual
2. Você frequenta(ou) espaços de cultura, ciência e tecnologia que desenvolvem atividades de extensão na UFT?	Não, nunca	3	30
	Pouco, às vezes	5	50
	Frequentemente	2	20
	Sim, sempre	0	0
	Total		10

3. Você fica(ou) sabendo das atividades sociais e culturais de extensão que são realizadas pela UFT?	Não, nunca	3	30
	Pouco, às vezes	7	70
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100
4. Você participa dos eventos de extensão da Universidade?	Não, nunca	2	20
	Pouco, às vezes	8	80
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100
5. Você participa(ou) de cursos de extensão da UFT?	Não, nunca	10	100
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100
6. Você conhece(u) alguma atividade de prestação de serviço de extensão desenvolvida na UFT?	Não, nunca	10	100
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100
7. Você recebeu informações sobre a extensão quando ingressou na Universidade?	Não, nunca	1	10
	Pouco, às vezes	9	90
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100
8. Você já foi informado ou tomou conhecimento sobre os programas, projetos, cursos ou eventos de extensão desenvolvidos na UFT?	Não, nunca	5	50
	Pouco, às vezes	3	30
	Frequentemente	1	10
	Sim, sempre	1	10
	Total	10	100
9. As informações sobre a extensão universitária na UFT atendem as suas necessidades?	Não, nunca	2	20
	Pouco, às vezes	7	70
	Frequentemente	1	10
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100
10. Você concorda que nas ações de extensão existe igualdade de acesso para a participação dos graduandos?	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	9	90
	Frequentemente	1	10
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100
11. Você recebe(u) informações dos professores sobre a extensão universitária?	Não, nunca	1	10
	Pouco, às vezes	7	70
	Frequentemente	2	20
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100
12. Você acessa o site da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (www.uft.edu.br/proex)?	Não, nunca	9	90
	Pouco, às vezes	1	10
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100

	Total	10	100
13. Você já visitou a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários?	Não, nunca	1	10
	Pouco, às vezes	5	50
	Frequentemente	4	40
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2017).

De posse dos dados tabulados da categoria *Percepções quanto à participação discente na extensão da UFT*, vislumbrou-se, principalmente, compreender se os discentes conhecem as ações de extensão da UFT, bem como se participam ou não destas. Cumpre ressaltar que tais ações aqui em análise não se enquadram àquelas vinculadas às atividades desempenhadas pelo discente bolsista junto ao PIBEX – uma terceira categoria de análise tratará de forma específica sobre as percepções quanto a esta participação. Objetiva-se com isso averiguar se o discente interessa-se e possui informações a respeito de outras ações que não estejam necessariamente ligadas ao PIBEX e, por conseguinte, à bolsa de extensão percebida.

Na primeira categoria de análise, observou-se que em todos os treze itens, houve predomínio das respostas “Não, nunca” e “Pouco, às vezes”, demonstrando assim uma avaliação negativa em praticamente toda a categoria aqui em análise, constatando-se, desta forma, pontos críticos que devem ser observados e priorizados pela gestão da universidade.

Os espaços de cultura, ciência e tecnologia que desenvolvem atividades de extensão na UFT correspondem, principalmente, aos espaços destinados dentro da Universidade para práticas que potencializem o contato do discente com o universo extensionista. Seria o contato inicial do discente frente a essas atividades sob um viés “intramuros”. Mostrou-se baixo o número de discentes que frequentam tais ambientes, onde 50% frequentam pouco e às vezes e 30% afirmaram nunca terem frequentado. Apenas 20% assinalaram a alternativa frequentemente e nenhum afirmou “Sim, sempre”. Concomitantemente, observou-se a avaliação negativa na assertiva que afere o acesso às informações sobre atividades sociais e culturais de extensão por parte dos discentes: 70% afirmaram nunca ficarem sabendo destas atividades e 30% ficarem sabendo apenas às vezes. As avaliações foram também negativas no que se refere ao contato com outras ações de extensão: a participação em eventos de extensão da UFT foi respondida com os atributos de “não, nunca” por 20% da amostra, seguida de “pouco, às vezes” por 80%. Quanto aos cursos e prestação de serviços, a totalidade dos discentes afirmou nunca ter participado. Tais dados mostram-se preocupantes principalmente

por demonstrarem o distanciamento deste importante interlocutor da extensão. Gurgel (2001, p. 27) faz uma reflexão acerca da importância do maior protagonismo discente na extensão: “É preciso repensar o extensionismo universitário em uma dimensão em que os discentes e a população sejam atores mais ativos e que o objetivo maior seja a construção de uma sociedade de paz, mais justa, mais humana e mais feliz”.

Esta análise inicial dos dados advindos da primeira categoria de análise descortina uma possível deficiência por parte da política extensionista em aproximar o discente das atividades extensionistas da UFT. A carência de informações e o baixo interesse pode estar relacionado também à falta de incentivos e informações referentes a estas ações por parte dos discentes. Os dados do questionário que se referem a estes critérios também se mostraram mal avaliados, o que pode representar um distanciamento por falta de conhecimento ou até mesmo por não despertar o interesse do discente.

Gonçalves (2004, p. 18) afirma que em relação à participação discente, as pesquisas de autores como Gurgel (1986), Santos (1986), Silveira (1987) e Souza (2000) “sugerem que ela tem sido mais por interesse próprio do que por incentivo ou orientação acadêmica”. Neste sentido, no caso em análise, ao que parece, é o próprio discente quem busca se inteirar, face à pouca divulgação e informação a respeito da prática da extensão universitária por parte da própria gestão.

Com relação ao recebimento de informações pelo discente a respeito da extensão universitária quando do seu ingresso na Universidade, os dados mostraram que os respondentes concordam que enfrentaram dificuldades para obter informações: 90% receberam pouco e às vezes e 10% afirmaram nunca ter recebido. Não houve avaliações positivas neste item. O mesmo item mostrou-se mal avaliado no que tange ao recebimento destas informações advindas do corpo docente: 70% afirmaram haver recebido pouco e às vezes; 10% afirmaram nunca haver recebido e apenas 20% afirmaram ter recebido frequentemente.

Outro ponto a ser observado foi a fragilidade dos canais de comunicação da Proex junto aos discentes. O site da Proex (www.uft.edu.br/proex) mostrou-se praticamente desconhecido por parte dos discentes: 90% afirmaram simplesmente não acessar o site. Esse alto índice de desconhecimento sobre o não acesso ao sítio institucional aponta cuidados a serem observados pela Proex, principalmente diante dos baixos índices da pesquisa no que tange ao acesso e conhecimento das práticas de extensão por parte dos discentes. O site institucional, em síntese, poderia ser um canal eficaz de comunicação junto à comunidade discente no sentido de disseminar informações e, principalmente, despertar o interesse destes sujeitos em relação à

prática extensionista, visto que, grande parte avaliou não receber informações sobre extensão por parte do corpo docente da universidade. Por outro lado, 40% dos respondentes afirmaram frequentar com assiduidade o espaço físico da Proex; 50% relataram frequentar pouco e às vezes e, por fim, 10% afirmaram nunca terem frequentado.

A segunda categoria de análise, composta por onze itens, denominada *Percepções quanto às ações de extensão da UFT*, busca analisar e compreender como os discentes bolsistas percebem a atuação da política de extensão desenvolvida através das ações, identificando as principais diretrizes da extensão universitária, a saber: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social. A tabela abaixo apresenta o compilado dos dados resultantes do questionário aplicado junto aos discentes:

Tabela 8 – Categoria: Percepções quanto às ações de extensão da UFT

Itens	Opções	Frequência	Percentual
14. Estão articuladas com a pesquisa e o ensino.	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	6	60
	Sim, sempre	4	40
	Total	10	100
15. Contribuem de alguma forma para a formação acadêmica dos alunos.	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	10	100
	Total	10	100
16. Contribuem para a democratização do ensino.	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	3	30
	Sim, sempre	7	70
	Total	10	100
17. Propiciam a articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento.	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	4	40
	Sim, sempre	6	60
	Total	10	100
18. Contribuem para inter-relação de organizações e pessoas por meio de metodologias, modelos e conceitos.	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	3	30
	Frequentemente	1	10
	Sim, sempre	6	60
	Total	10	100
19. Contribuem para a transformação e impacto social da comunidade.	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	7	70

	Sim, sempre	3	30
	Total	10	100
20. Contribuem para a superação de desigualdades e exclusão.	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	6	60
	Sim, sempre	4	40
	Total	10	100
21. Contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	10	100
	Total	10	100
22. Contribuem para a troca de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	1	10
	Sim, sempre	9	90
	Total	10	100
23. Estão interligadas a setores sociais estimulando o diálogo	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	5	50
	Sim, sempre	5	50
	Total	10	100
24. Contribui para um melhor desempenho acadêmico	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	00
	Frequentemente	2	20
	Sim, sempre	8	80
	Total	10	100

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2017).

Nesta segunda categoria de análise grande parte dos onze itens foi avaliado positivamente pelos discentes, observado, principalmente, pelo alto índice de respostas “Frequentemente” e “Sim, sempre”.

Quanto ao item de número 14, referente à articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, a maioria dos respondentes avaliaram positivamente este critério que refere-se basicamente à indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Para 60% dos discentes, este indissociabilidade ocorre frequentemente e para 40% ela ocorre sempre. Neste sentido, mais uma vez reiteramos a presença desta diretriz que subjaz à extensão universitária.

No que tange à contribuição da extensão para a melhoria da formação acadêmica (item 15) e contribuição para um melhor desempenho acadêmico (item 24) ambos os itens em questão foram avaliados positivamente pelos discentes, indicando o reconhecimento da dimensão acadêmica da extensão como propiciadora de uma aprendizagem significativa bem como uma

formação mais humana. Percebe-se aqui que as dimensões pessoais, acadêmicas como também a formação cidadã encontram-se interligadas, de modo que os discentes perceberam que a participação em um projeto de extensão contribui também com seu desempenho acadêmico e humano.

Os itens 16 (Contribuem para a democratização do ensino), 17 (Propiciam a articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento) e 18 (Contribuem para inter-relação de organizações e pessoas por meio de metodologias, modelos e conceitos) avaliados positivamente pelos discentes encontram-se interligados e contemplam a formação integral do acadêmico, levando-se em conta as dimensões pessoais, cognitivas, além de possibilitarem um diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento numa perspectiva inter/transdisciplinar. Conforme as diretrizes identificadas no Plano de Extensão Universitária (2006) urge que as modalidades de ensino indo da educação infantil até o ensino universitário e pós-graduações busquem a construção do conhecimento e a pesquisa abarcando diferentes saberes, no intuito de contribuir para a resolução das inúmeras demandas da contemporaneidade. Afinal, o conhecimento numa perspectiva do paradigma tradicional, caracterizado por uma contundente divisão entre as áreas do conhecimento, bem como o ensino de forma mecânica e descontextualizado da realidade social e do meio cultural do discente não é capaz de possibilitar uma educação mais abrangente e que leve em conta os graves problemas sociais e econômicos enfrentados atualmente.

Ressalta-se que o ensino pautado em práticas inter/transdisciplinares podem contribuir para a superação de desigualdades sociais e exclusão, bem como fomentar o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável, democrático e solidário. Nessa direção, enfatiza-se que, por intermédio dos projetos de extensão, há uma maior possibilidade de troca de saberes entre a universidade e demais setores da sociedade, de modo a privilegiar não somente a formação acadêmica do discente, mas também a relação dialógica entre a universidade e outros setores sociais. Não se pode conceber o ensino superior desvinculado de seu importante papel social e nesse sentido o ensino, a pesquisa e a extensão devem estar articulados para que esse papel seja efetivado de forma mais democrática, humana e cidadã. O Plano Nacional de Extensão Universitária, estabelece como um dos objetivos da extensão o estímulo a “atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade”

No que concerne a esta categoria de análise, é possível afirmar que foi bem avaliada pelos discentes bolsistas, conforme podemos observar em cada item de análise: no item 16

(Contribuição para a democratização do ensino) 70% responderem que ocorrem “Sim, sempre” e 30% “Frequentemente”; no item 17 (Propiciam a articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento) a amostra dividiu em 60% “Sim, sempre” e 40% “Frequentemente”; no item 18 (Contribuem para a inter-relação de organizações e pessoas por meio de metodologias, modelos e conceitos) para 60% ela ocorre “Sim, sempre”, para 10% “Frequentemente” e para 30% “Pouco, às vezes”; no item 19 (Contribuem para a transformação e impacto social da comunidade) 30% afirmaram “Sim, sempre” enquanto para a grande maioria, 70%, ela ocorre frequentemente; já o item 20 (Contribuem para a superação de desigualdades e exclusão) 40% dos discentes afirmam “Sim, sempre” enquanto 60% afirmaram ocorrer frequentemente; no item 21 (Contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável) todos os respondentes marcaram a opção “Sim, sempre”; no item 22 (Contribuem para a troca de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade) 90% assinalaram “Sim, sempre” enquanto apenas 10% “Frequentemente” e, por fim, no item 23 (Estão interligadas a setores sociais estimulando o diálogo). 50% afirmaram “Sim, sempre” e 50% “Frequentemente”.

A categoria de número três intitulada de *Percepções quanto à participação do discente no PIBEX*, teve por objetivo principal compreender a percepção destes atores a respeito referido programa institucional, buscando apreender como os projetos se efetivaram e a contribuição destes na formação do discente e quanto aos objetivos por eles traçados. Ressalta-se que a percepção destes sujeitos é de suma importância, uma vez que os discentes são sujeitos fundamentais na relação dialógica entre a Universidade e a sociedade.

A Tabela abaixo apresenta a síntese dos dados levantados:

Tabela 9 – Categoria: Percepções quanto à participação do discente no PIBEX

Itens	Opções	Frequência	Percentual
25. Proporcionou o desenvolvimento de atividades junto ao público alvo do projeto	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	10	100
	Total	10	100
26. Proporcionou a participação na elaboração de algum tipo de produto, tais como: publicação (livro, capítulo de livro, periódico, artigo, etc.); material didático (manual, cartilha, jogo, objeto educativo); trabalho apresentado em evento científico (tais como resumo,	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	10	100

pôster, banner, comunicação oral); produtor audiovisual; relatório técnico	Total	10	100
27. Possibilitou o contato com profissionais da sua e de outras áreas de formação	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	6	60
	Sim, sempre	4	40
	Total	10	100
28. Possibilitou a construção de visão crítica sobre a sua prática profissional	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	6	60
	Sim, sempre	4	40
	Total	10	100
29. Ampliou o universo de referência da atuação na área profissional	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	1	10
	Frequentemente	9	90
	Sim, sempre	0	0
	Total	10	100
30. Contribuiu para a definição da sua área de atuação profissional	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	10	100
	Total	10	100
31. Oportunizou a troca de experiências e saberes entre a equipe do projeto e o público-alvo, oportunizando o diálogo	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	1	10
	Sim, sempre	9	90
	Total	10	100
32. Você colabora(ou) nas atividades de planejamento e avaliação da ação de extensão	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	4	40
	Sim, sempre	6	60
	Total	10	100
33. Foi apresentado um plano de trabalho contendo sua forma de atuação junto ao projeto de extensão	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	0	0
	Sim, sempre	10	100
	Total	10	100
34. O objetivo proposto da ação de extensão a qual você participou foi alcançado	Não, nunca	1	10
	Pouco, às vezes	2	20
	Frequentemente	3	30
	Sim, sempre	5	50
	Total	10	100
35. Você considera que as seleções para bolsas de extensão do PIBEX são adequadas e asseguram igualdade no acesso entre os discentes da UFT	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	7	70
	Sim, sempre	3	30
	Total	10	100

36. A bolsa de extensão contribui para a permanência dos alunos na Universidade	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	5	50
	Sim, sempre	5	50
Total		10	100
37. A bolsa de extensão despertou seu interesse em participar de outras ações de extensão, mesmo não sendo de forma remunerada.	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	3	30
	Sim, sempre	7	70
Total		10	100
38. Na sua percepção, este projeto de extensão trouxe contribuições efetivas para o público alvo	Não, nunca	0	0
	Pouco, às vezes	0	0
	Frequentemente	6	60
	Sim, sempre	4	40
Total		10	100

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2017).

Diferentemente da categoria denominada *Percepções quanto à participação discente na extensão da UFT*, analisada anteriormente, a categoria aqui em análise apresentou retornos positivos, em sua grande maioria, por parte dos discentes bolsistas. Esta categoria analisa a participação do discente junto ao projeto aprovado pelo PIBEX. Trata-se da percepção do discente a respeito de sua atuação e também quanto ao alcance dos objetivos propostos por cada projeto.

O item 25: “Proporcionou o desenvolvimento de atividades junto ao público alvo do projeto” mostrou-se avaliado positivamente por todos os discentes bolsistas, chegando a 100% da amostra ao responderem “Sim, sempre”. Tal item, demonstra tanto um amadurecimento por parte dos discentes no que diz respeito às práticas “extramuros” da extensão como também a efetividade por parte dos projetos em estabelecer potenciais vínculos com outros setores sociais.

Os resultados do item 24, indicam que 100% dos respondentes concordam que a participação junto ao PIBEX possibilitou a participação na elaboração de algum tipo de produto, quer seja do tipo publicação, material didático ou algum tipo de apresentação em evento científico. Ressalta-se que os produtos oriundos dos projetos extensionistas favorecem a construção de um processo ensino-aprendizagem significativo para os discentes, como também são construídos na perspectiva interdisciplinar e que materializam os objetivos propostos pelos projetos.

Os itens 27 (Possibilitou o contato com profissionais da sua e de outras áreas de formação), 28 (Possibilitou a construção de visão crítica sobre a sua prática profissional) e 29

(Ampliou o universo de referência da atuação na área profissional), abarcam, principalmente, a diretriz da extensão universitária que trata da interprofissionalidade e foram avaliados de forma positiva pelos discentes. Neste sentido, recorre-se à Política Nacional de Extensão Universitária:

A diretriz de Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holista pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende (PNE, 2011, p. 48).

Salienta-se a importância do discente bolsista, por intermédio da participação dos projetos de extensão, terem contato com profissionais de outras áreas, como também com aqueles que já atuam profissionalmente na própria área do discente. Assim sendo, os projetos possibilitam ao discente a presença em outros *lôcus* de formação e atuação extramuros. No que tange à universidade, pode-se afirmar que os projetos de extensão alinhados à atuação dos bolsistas e dos docentes favorecem que estes profissionais e os saberes acadêmicos saiam das “torres de marfim” da universidade e se aproximem da sociedade na tentativa de minimizar e até mesmo melhorar os gargalos sociais enfrentados no seio social.

Por outro lado, para 90% dos respondentes, a participação junto ao PIBEX não contribuiu para a definição da sua área de atuação profissional. Apenas 10% dos respondentes afirmaram que “Sim, sempre”.

Os discentes apontaram de forma positiva (item 31) a maneira como os projetos de extensão oportunizaram a troca de experiências e saberes entre a equipe de execução e a comunidade envolvida nos projetos: para 90% deles a relação ocorria sempre e para 10% ocorria frequentemente. Esta interação entre os saberes acadêmico e popular é apontada pela Política Nacional de Extensão como imprescindível para a produção e disseminação e troca de conhecimento entre universidade e sociedade:

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade (PNE, 2001, p. 22).

A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública (PNE, 2001, p. 22).

Caminhando juntamente com a Política Nacional de Extensão Universitária no que tange à interação dialógica, é necessário sublinhar que:

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática (PNE, 2001, p. 45).

No que tange à atuação do discente bolsista, o item 32 (Você colabora(ou) nas atividades de planejamento e avaliação da ação de extensão) obteve uma taxa de retorno onde 40% dos discentes afirmaram que colaboraram “Frequentemente” e 60% afirmaram que “Sim, sempre”. Já no item 33 (Foi apresentado um plano de trabalho contendo sua forma de atuação junto ao projeto de extensão) toda a amostra (100%) de respondentes afirmaram terem recebido o plano de trabalho apresentando a forma de sua atuação. Quanto a este item, cumpre ressaltar que o plano de trabalho do discente é encaminhado anteriormente à seleção do projeto e compõe parte da documentação analisada para a seleção do projeto a ser contemplado. Desta forma, todos os discentes bolsistas recebem de seus coordenadores o referido plano com suas atribuições.

O item 34 questionou aos discentes se o objetivo proposto da ação de extensão a qual ele participou foi alcançado. De todos os itens dispostos nesta categoria de avaliação (de número 3) o item 34 foi o que apresentou a maior taxa de diversidade de respostas: 10% afirmaram “Não, nunca”; 20% assinalaram que “Pouco, às vezes”; para 30% ocorreu “Frequentemente” e para 50% da amostra “Sim, sempre”. Diante do exposto, verifica-se que a grande maioria avaliou o item de forma positiva, demonstrando que, para o discente bolsista, o projeto do qual ele participou, conseguiu alcançar os objetivos propostos.

Os itens 35, 36 e 37 buscaram compreender aspectos ligados à forma de acesso e critérios de seleção do PIBEX; a relação da bolsa com a permanência do discente na universidade e, por fim, se a bolsa de extensão despertou no discente o interesse em participar

da prática extensionista da universidade mesmo não sendo de forma remunerada. Cumpre destacar que todos os itens foram avaliados positivamente por parte dos discentes bolsistas. Quanto ao item 35, para 70% dos bolsistas, as seleções do PIBEX são adequadas e asseguram o acesso entre os discentes da UFT sempre; já para 30% ela ocorre frequentemente. No que tange à contribuição da bolsa para a permanência dos alunos na universidade, a amostra ficou dividida entre aqueles que acreditam que “Sim, sempre” (50%) e “Frequentemente” (50%). O item 37 mostrou-se bem avaliado e para a grande maioria dos discentes (70% “Sim, sempre” e 30% “Frequentemente”) o PIBEX despertou o interesse nos discentes em participar de outras ações de extensão, mesmo não sendo de forma remunerada.

O item 38, último item do questionário, buscou elucidar se na percepção do discente o projeto do qual ele participou contribuiu efetivamente para o público-alvo. O item se mostrou bem avaliado, onde 60% afirmaram que “Frequentemente” e 40% “Sim, sempre”. Mediante o exposto, verifica-se que os projetos de extensão, na concepção dos discentes bolsistas, cumpre seu papel social e estabelecer o diálogo entre a universidade e o público que não se encontra inseridos na comunidade acadêmica.

Quanto à questão aberta (pergunta nº 1 do questionário) indagou-se ao discente bolsista sua capacidade em definir, baseando-se em sua prática e vivência junto ao PIBEX, o que seria extensão universitária. Este item possui por objetivo avaliar a percepção do discente sobre o que ele compreende por extensão universitária e, de posse destes retornos, correlacionar com o conceito estabelecido pela UFT, a saber:

Art. 1º A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico, político e tecnológico que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade, baseado nos seguintes princípios:

I - impacto social e transformação de forma a estabelecer relação entre a Universidade Federal do Tocantins – UFT e os demais segmentos da sociedade por meio de uma ação transformadora com ênfase na formação acadêmica e nas demandas da sociedade;

II - atuação dialógica de maneira a estabelecer interlocução entre a UFT e demais setores da sociedade na promoção da troca de saberes;

III - estabelecimento da interação de conhecimentos e inter-relação entre disciplinas e áreas de conhecimento e metodologias, como estratégia para atender as demandas da formação e demandas sociais por meio de um processo interdisciplinar;

IV - indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (UFT, 2017, p. 2).

A taxa de retorno dos respondentes quanto a esta pergunta consta a seguir:

Tabela 10 – Definição quanto à extensão universitária na percepção do discente bolsista

Itens	Opções	Frequência	Percentual
1. Você pode definir o que é Extensão Universitária? Em caso positivo, defina.	Sim	8	80
	Não	2	20
Total		10	100

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2017).

Dentre a amostra pesquisada, 80% sentiu-se apta em responder à indagação e um total de 20% não se sentiu apto para responder. No Quadro abaixo constam as transcrições dos respondentes, identificados pela letra “R” e acrescido do número sequencial que o identifica, permitindo assim observar as concepções de extensão universitária por eles compreendidas.

Conforme já mencionado anteriormente, um dos objetivos do PIBEX, como um programa institucional de extensão é o fortalecimento da interação da universidade com outros setores da sociedade (UFT, 2011). Cumpre ressaltar que as afirmações dos respondentes demonstraram um nível de compreensão que vai ao encontro do que apontam os teóricos, tais como Sousa (2001), Silva (2001), Tavares (2001), bem como o que preconiza os documentos, normas e diretrizes oficiais de extensão da universidade em estudo. Assim sendo, destaca-se que os discentes participantes do PIBEX, reconhecem a importância e a necessidade do envolvimento da universidade com a sociedade que a circunda de forma dialógica e dialética. Neste sentido, Sousa (2001, p. 110) afirma que “Como instrumento mediador, a Extensão deveria propiciar o vínculo mútuo e dialético entre Universidade e sociedade, demonstrando que a existência de ambas não pode ocorrer isoladamente”.

Afinal, torna-se inconcebível pensar na educação universitária sem levar em conta o papel preponderante dessa relação dialógica e transformadora estabelecida pela universidade-sociedade, uma vez que essas relações não podem ser assimétricas e em via de mão única, onde a universidade detém o conhecimento e apenas age como transmissora. Caminhando nesta direção:

A produção do conhecimento, pela Extensão, far-se-ia na troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular – tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade (TAVARES, 2001, p. 77).

A título de ilustração, seguem as transcrições das respostas dos sujeitos discentes quanto às suas compreensões acerca da temática aqui tratada:

Quadro 6 – Percepções acerca do conceito de extensão universitária pelos discentes envolvidos no PIBEX

TRANSCRIÇÕES
<i>“São atividades realizadas fora do ambiente de sala de aula que complementam a formação acadêmica e o aprendizado” (R1).</i>
<i>“Extensão universitária é o meio de produção científica que envolve a comunidade, estabelecendo um vínculo universidade e sociedade” (R4).</i>
<i>“São projetos que são desenvolvidos dentro da comunidade onde a universidade está inserida, e eles colocam em prática as teorias apreendidas no espaço universitário e tem a capacidade de mudar a realidade das pessoas que circundam a universidade” (R5)</i>
<i>“É a aprendizagem que liga a Universidade à comunidade externa” (R6).</i>
<i>“Atividade que a Universidade faz junto à comunidade” (R8)</i>
<i>“Entendo ser a transmissão do conhecimento adquirido na universidade para quem está fora dela e também a oportunidade de aprender com o conhecimento de quem não está dentro da universidade, o conhecimento popular” (R9).</i>
<i>“Seria a troca de saberes da universidade com a comunidade”. (R16)</i>
<i>“São projetos desenvolvidos na universidade com o objetivo de atingir comunidades, propiciando a troca cultural, científica e tornando enriquecedor tanto para o aluno como para as pessoas que não tem a oportunidade de estar na faculdade” (R17).</i>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2017).

Nota-se nas respostas transcritas, a compreensão da extensão universitária como sendo articuladora entre os diferentes saberes, quer sejam os acadêmicos e sistematizados como também os populares, conforme revelam os respondentes R9, R16 e R17. A título de exemplo segue a fala do R9: *“Entendo ser a transmissão do conhecimento adquirido na universidade para quem está fora dela e também a oportunidade de aprender com o conhecimento de quem não está dentro da universidade, o conhecimento popular”*.

Infere-se que, grande parte dos discentes, conseguiu apreender os pilares básicos e fundamentais que norteiam a extensão universitária, principalmente no que tange ao desenvolvimento de uma relação dialógica e em via de mão-dupla com a sociedade (REIS, 1996). Nessa perspectiva, ao que parece, o PIBEX contribuiu com a formação crítica destes discentes quanto ao imprescindível compromisso social da Universidade. Nesta acepção, Sousa

(2001, p. 122) sublinha que “É este o papel histórico da Extensão: aproximar a Universidade da sociedade; ser o instrumento de resgate destas possibilidades”.

5.1.2 Os projetos de extensão selecionados pelo PIBEX: uma análise da relação universidade-sociedade na perspectiva da extensão universitária

Esta seção possui por objetivo descrever as características, nuances, peculiaridades e as possíveis diretrizes de extensão universitária presentes no universo dos 18 (dezoito) projetos de extensão selecionados pelo PIBEX Acadêmico no ano de 2016 da UFT. Por questões éticas, os projetos aqui em análise não serão identificados pelo seu título original tampouco pelo nome de seu coordenador – o autor da ação. Diante disso, cada projeto encontra-se identificado pela letra “P” acrescido da numeração atribuída de forma sequencial a cada um deles.

O processo de construção dos Quadros de Resumo Descritivos (Apêndice C), elencados de P1 a P18, foi concebido a partir da pré-leitura e análises iniciais realizadas nos projetos selecionados, cadastrados no SIGProj por meio do preenchimento dos Formulários para Registro das Ações Extensionistas, a fim de identificar os itens relevantes para o aprofundamento da análise e conseqüentemente na definição dos respectivos critérios de forma a sintetizar as informações necessárias e pertinentes para a condução desta etapa da pesquisa. Desta análise inicial, foram selecionados os seguintes tópicos, elencados e discutidos no Quadro 5 para fins de análise aqui proposta. Vislumbra-se identificar nos projetos, a partir deste recorte, a presença da diretriz referente à relação entre Universidade e outros setores sociais.

Quadro 7 – Critérios para análise – Formulário para Registro das Ações Extensionistas

Critério	Observações
Tipo da Ação	As ações de Extensão Universitária encontram-se em consonância com o Plano Nacional de Extensão elaborado pelo FORPROEX e são classificadas nas seguintes categorias: (1) Programa: É um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços) integradas com atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo, sendo programas institucionais recomendados e gerenciados pela universidade. É um empreendimento que se caracteriza por

	<p>uma organização estável e por disponibilizar a divulgação científica, artística e cultural da universidade;</p> <p>(2) Projeto: É uma ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Têm como objetivos o desenvolvimento de comunidades, a integração social e a integração com instituições de ensino. São projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo, podendo ser renovados no ano seguinte, mediante solicitação encaminhada e aprovada pela Pró-Reitoria da universidade. Um projeto pode ser: vinculado a um programa (forma preferencial - o projeto faz parte de uma nucleação de ações); não-vinculado à programa (projeto isolado).</p> <p>(3) Curso: É uma ação/atividade pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, planejada e organizada de modo sistemático. Pode ser predominantemente presencial, a distância ou via rede, ou pode ainda utilizar uma combinação de todas essas metodologias. Os cursos são aqueles ministrados no âmbito da universidade que respondem a demandas não atendidas pela atividade regular do ensino formal de graduação ou de pós-graduação. As ações dessa natureza com menos de 8 horas devem ser classificadas como “evento”;</p> <p>(4) Evento: É uma ação/atividade que implica na apresentação e/ou exibição, livre ou com público específico, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.</p> <p>(5) Prestação de serviços: Realização de trabalho oferecido pela IES contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.). Caracteriza-se por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem. Quando a prestação de serviços é oferecida como curso ou projeto de extensão deve ser registrada como tal (curso ou projeto).</p>
<p>Área Temática Principal Área Temática Secundária</p>	<p>Referem-se às oito áreas temáticas definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, a saber: (I) Comunicação; (II) Cultura; (III) Direitos Humanos e Justiça; (IV) Educação; (V) Meio Ambiente; (VI) Saúde; (VII) Tecnologia e Produção e, por fim, (VIII) Trabalho.</p>
<p>Linhas de Extensão³⁰</p>	<p>Referem-se às cinquenta e três linhas de extensão preconizadas no Plano Nacional de Extensão Universitária.</p>
<p>Palavras-chave</p>	<p>Palavras que caracterizam a temática da ação de extensão proposta. Máximo de cinco palavras-chave.</p>
<p>Unidade geral</p>	<p>Câmpus Universitários da UFT de origem dos projetos, a saber: (I) Araguaína; (II) Arraias; (III) Gurupi; (IV)</p>

³⁰ As linhas de extensão e suas respectivas definições se dão em concordância com a classificação definida pelo FORPROEX. Vale frisar que esta denominação surgiu em 2006 e substituiu a anterior definida por “Linha Programática”.

	Miracema; (V) Palmas; (VI) Porto Nacional e, por fim, (VII) Tocantinópolis.
Unidade de origem	Colegiados dos cursos de graduação (para as ações de extensão desenvolvidas pelos docentes) e Setor (para aquelas ações desenvolvidas por técnico-administrativos).
Tempo previsto	Previsão de início e término do projeto.
Abrangência	Refere-se à abrangência de atendimento da ação de extensão: (I) local (quando for em comunidades próximas do câmpus); (II) municipal; (III) microrregional (quando envolver duas cidades próximas); (IV) estadual; (V) regional; (VI) nacional ou (VII) internacional. Se for estadual, deve-se vincular ao Estado em que a ação será realizada e quais os municípios do Estado serão atendidos pelas atividades da proposta.
Público-alvo	Descrição do beneficiado, direta ou indiretamente, pelas ações do projeto. Importante critério para fins de análise do envolvimento universidade-comunidade.
Objetivo	Objetivo geral e específicos do projeto.
Avaliação	Trata-se de pontos avaliativos do projeto. Observar-se-á, principalmente: (I) se o projeto incentiva a integração entre docentes, discentes e técnico-administrativos na realização de ações de extensão universitária; (II) Se o projeto promove a interação da comunidade universitária com a comunidade externa na resolução de problemas, superação de dificuldades, intercâmbio de conhecimentos, saberes e serviços; (III) se o projeto promove a interação social.
Número estimado de público	Previsão do número de participantes (equipe executora) e também dos beneficiados da ação.
Parceria (interna ou externa à IES)	Descrição se a parceria é interna ou externa à UFT, sendo que para cada instituição parceira deverá ser apresentada a contra-partida (financeira, logística, etc.) na parceria. Internamente, podem participar órgãos da UFT ou grupos de pesquisa, entre outras instituições.
Equipe de execução	Descrição das pessoas que participarão como membros da equipe de execução da ação de extensão, podendo ser: docentes, discentes, técnico-administrativos e membros externos à UFT.

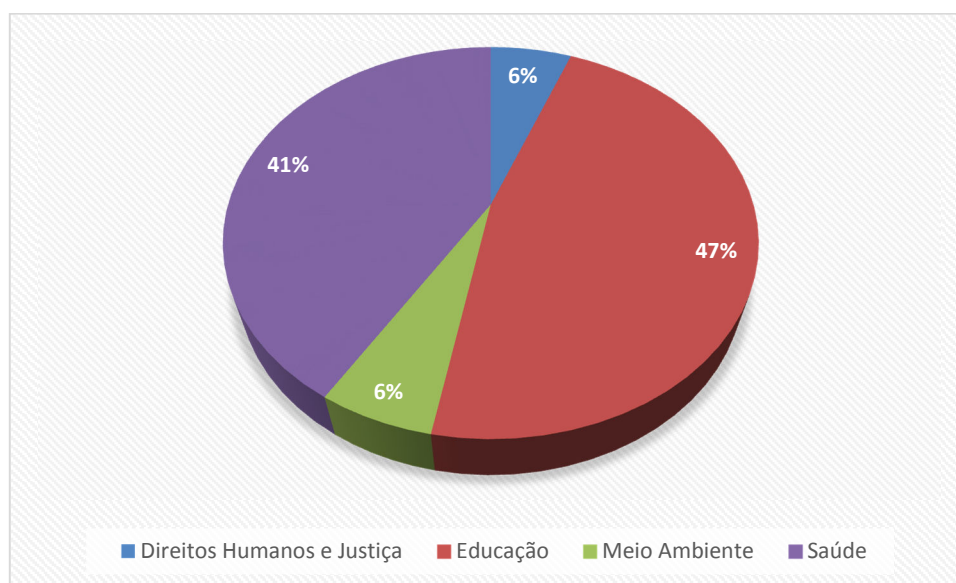
Fonte: Elaboração do autor a partir das informações extraídas do Formulário para Registro das Ações Extensionistas no SIGPROJ.

Inicialmente, salienta-se que os Editais de Seleção do PIBEX da UFT, anteriores ao ano de 2016, previam a participação no processo de seleção de ações enquadradas nas categorias de Programa, Projeto, Curso e Evento. Entretanto, o Edital de Seleção do ano de 2016, restringiu essa participação somente para aquelas enquadradas na categoria de Projetos, conforme item

6.4 do referido Edital³¹: “Para este Edital somente poderão concorrer ações designadas como **Projetos**” (PIBEX, 2016). Não foi encontrada, no Edital em questão, nenhuma informação referente ao porquê desta alteração específica. Diante do exposto, ressalta-se o elevado número de propostas não-homologadas³² no ano de 2016 (um total de oito ações, para um total de vinte propostas consideradas aptas para concorrerem ao Edital) por não terem atendido a esta alteração, até então nova, constante no Edital de Seleção. Frisa-se que no Edital de Seleção PIBEX 2017 já encontra-se prevista a participação no processo de seleção as ações nas categorias de Programa e Projetos, excluídas as enquadradas nas categorias de Curso e Evento. Mediante este contexto cumpre-se ressaltar que todas as ações aprovadas pelo PIBEX Acadêmico 2016 aqui em análise encontram-se, dessa forma, enquadradas na categoria de Projetos.

No que concerne às Áreas Temáticas dos projetos aqui em análise, cabe destacar que os projetos selecionados abrangem as seguintes áreas temáticas a saber: Educação; Direitos Humanos e Justiça; Meio Ambiente; e, por fim, Saúde, conforme verifica-se no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Área Temática / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos junto ao SIGProj.

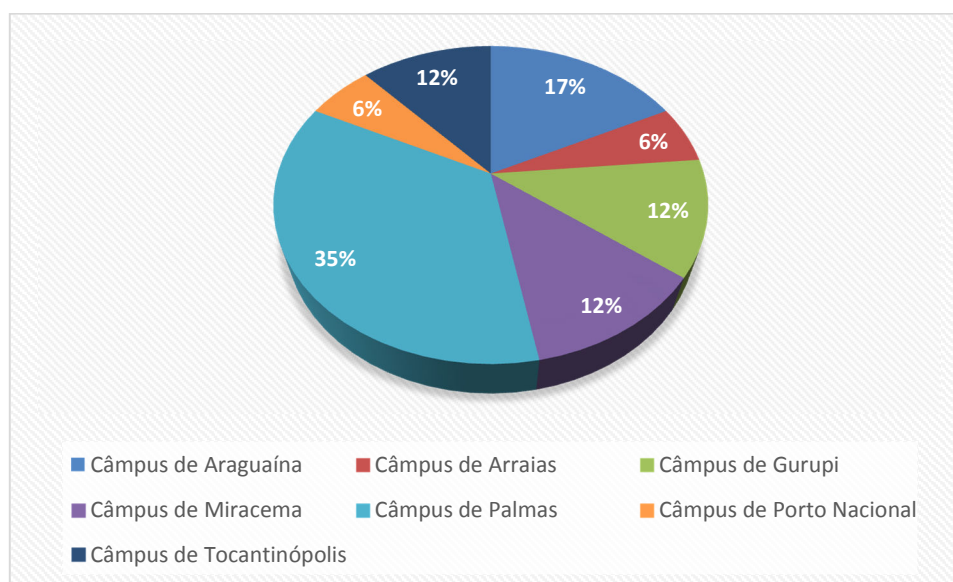
³¹ Disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/edital_blank.php?id=1301>.

³² As propostas foram não homologadas por não se enquadrarem na categoria de Projetos. Edital de homologação das propostas disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/iewb35zQQKn0tdDeolNNA>>.

Conforme verifica-se por intermédio do Gráfico 2 acima, dentre as grandes oito áreas temáticas da extensão, os projetos aprovados pelo PIBEX Acadêmico 2016 concentraram-se em apenas quatro delas. Os projetos na temática Educação representaram o maior percentual da amostra com 47%; já aqueles da área de Saúde despontaram logo em seguida com 41%, enquanto os da área de Meio Ambiente e Direitos Humanos e Justiça representaram ambos 6% dos projetos aprovados. A partir destes dados, evidencia-se que a maior parte dos projetos concentraram-se nas áreas de Educação e Saúde, já aqueles ligados às áreas de Meio Ambiente e Direitos Humanos e Justiça concentram o menor número de projetos. Enfatiza-se ainda que as áreas de Comunicação, Cultura, Tecnologia e Produção e, por fim, Trabalho, não foram contempladas com projetos no âmbito do PIBEX Acadêmico do ano de 2016.

Em relação ao critério Unidade Geral do PIBEX, como parte da política institucional de extensão universitária da UFT em levar a prática da extensão para todos os seus câmpus, cumpre-se ressaltar o seu alcance em número de projetos aprovados no ano de 2016 pelo referido programa institucional em todos os sete câmpus da UFT, conforme o Gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Unidade Geral / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos junto ao SIGProj.

Nesse contexto, percebe-se que o câmpus com maior número de projetos aprovados, o câmpus Palmas, figura também como o câmpus com maior número no que se refere à quantidade de cursos ofertados bem como também em número de discentes. O câmpus Palmas teve o maior número de projetos aprovados, sendo 6 projetos que representam 35% da amostra;

o câmpus de Araguaína aparece em seguida com 3 projetos aprovados (17%). Por outro lado, constata-se que nos câmpus de Tocantinópolis, Miracema e Gurupi foram aprovados 2 projetos para cada câmpus, assim sendo, os dados indicam o percentual de 12%, respectivamente. Por fim os câmpus de Arraias e Porto Nacional figuram cada um com o percentual de 6% da amostra, tendo cada um deles 1 projeto aprovado pelo PIBEX no ano de 2016.

Em relação às Linhas de Extensão, observa-se que a amostra em análise abrangeu 13 (treze) de um total de 53 (cinquenta e três)³³ linhas. Cabe ressaltar que 4 (quatro) destas linhas encontram-se presentes em mais de um projeto, sendo elas: Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial (02 projetos); Terceira Idade (02 projetos); Mídias (02 projetos) e Esporte e Lazer (02 projetos).

Tabela 11 – Linha de Extensão / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016

Linhas de Extensão	Quantitativo de projetos aprovados
Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	02
Saúde Humana	01
Terceira Idade	02
Mídias	02
Direitos individuais e coletivos	01
Espaços de ciência	01
Resíduos sólidos	01
Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	01
Esporte e lazer	02
Questões ambientais	01
Infância e adolescência	01
Desenvolvimento urbano	01
Segurança alimentar e nutricional	01

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos junto ao SIGProj.

No que se refere à Unidade de Origem do projeto de extensão, cumpre ressaltar, a título de esclarecimento, que o projeto encontra-se vinculado ao colegiado do curso no qual o docente (aqui entendido como coordenador) do projeto está inserido. Sendo assim, os Colegiados que tiveram projetos aprovados pelo PIBEX Acadêmico do ano de 2016 encontram-se elencados na tabela abaixo:

³³ As 53 Linhas de Extensão encontram-se elencadas no Plano Nacional de Extensão Universitária.

Tabela 12 – Unidade de Origem, Geral e Quantitativo / PIBEX Acadêmico – Ano: 2016

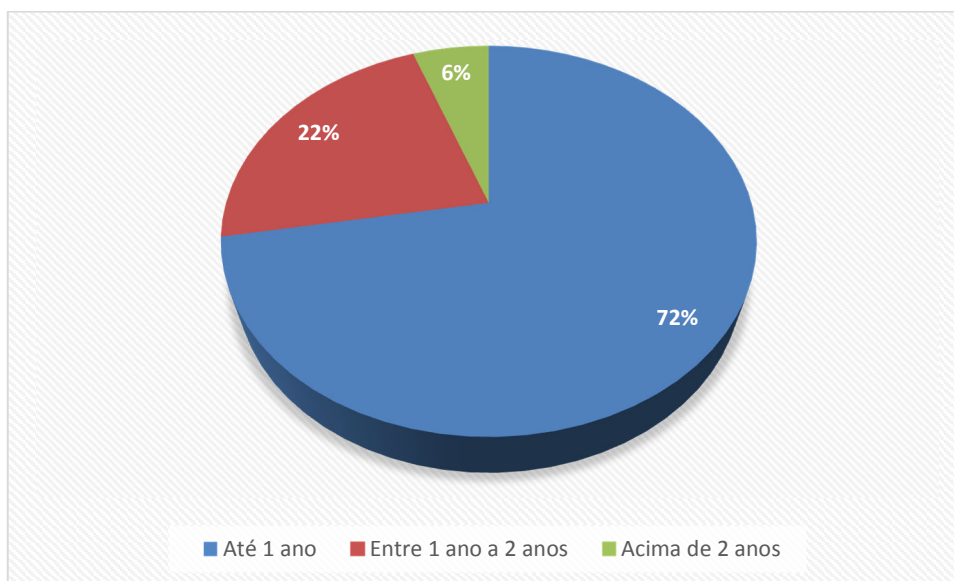
Unidade de Origem (Colegiado/Setor)	Unidade Geral (Câmpus)	Quantitativo de projetos aprovados
Arquitetura e Urbanismo	Palmas	01
Biologia (Licenciatura)	Araguaína	01
Educação Física	Tocantinópolis	02
Educação Física	Miracema	01
Enfermagem	Palmas	02
Engenharia Ambiental	Palmas	01
Engenharia Bio. e de Bioprocessos	Gurupi	01
Física (Licenciatura)	Araguaína	02
Geografia (Licenciatura)	Porto Nacional	01
Nutrição	Palmas	02
Pedagogia (Licenciatura)	Arraias	01
Serviço Social	Miracema	01
Diretoria do Câmpus de Gurupi	Gurupi	01

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos junto ao SIGProj.

A Tabela 12 evidencia a distribuição dos projetos aprovados por câmpus e seus respectivos colegiados, sendo distribuídos entre um total de doze colegiados, a saber: no câmpus **Palmas**, os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Nutrição e Pedagogia; no câmpus **Araguaína**, os cursos de Biologia (Licenciatura), Física (Licenciatura); no câmpus de **Tocantinópolis**, o curso de Educação Física; no câmpus de **Miracema**, o curso de Educação Física; no câmpus de **Gurupi**, o curso de Engenharia Biotecnológica e de Bioprocessos; no câmpus de **Porto Nacional**, o curso de Geografia (Licenciatura) e, por fim, no câmpus de Arraias o curso de Pedagogia (Licenciatura).

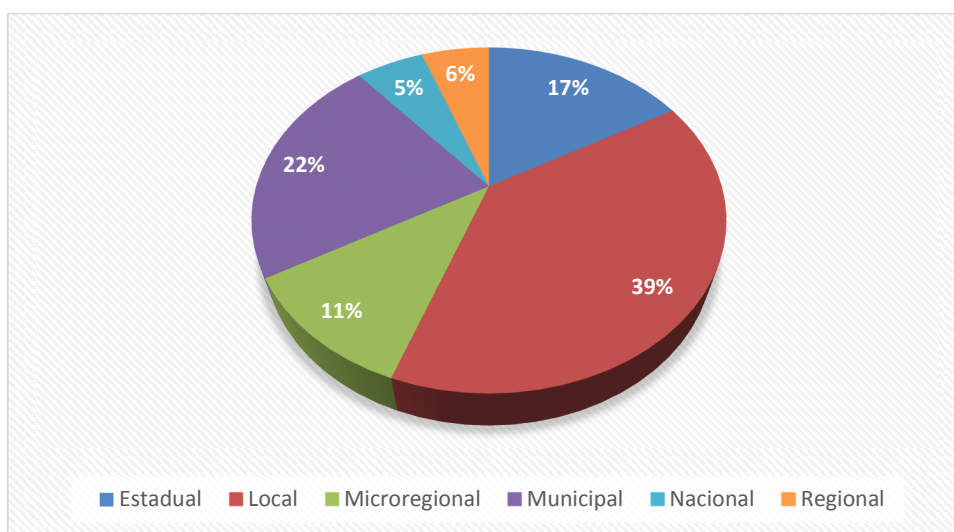
Depreende-se por intermédio da tabela acima, que somente quatro cursos foram contemplados com mais de um projeto aprovado pelo PIBEX no ano de 2016, sendo eles: o curso de Educação Física do câmpus de Tocantinópolis (2 projetos); o curso de Enfermagem do câmpus de Palmas (2 projetos); o curso de Física (Licenciatura) do câmpus de Araguaína e no câmpus de Palmas o curso de Nutrição (2 projetos).

Quanto ao critério Tempo Previsto dos projetos, a grande maioria (72%) possui até um ano de duração, enquanto 22% dos projetos possuem entre um ano a dois anos e apenas 6% acima de dois anos de duração, conforme Gráfico 4:

Gráfico 4 – Previsão de Duração / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos junto aos Projetos analisados.

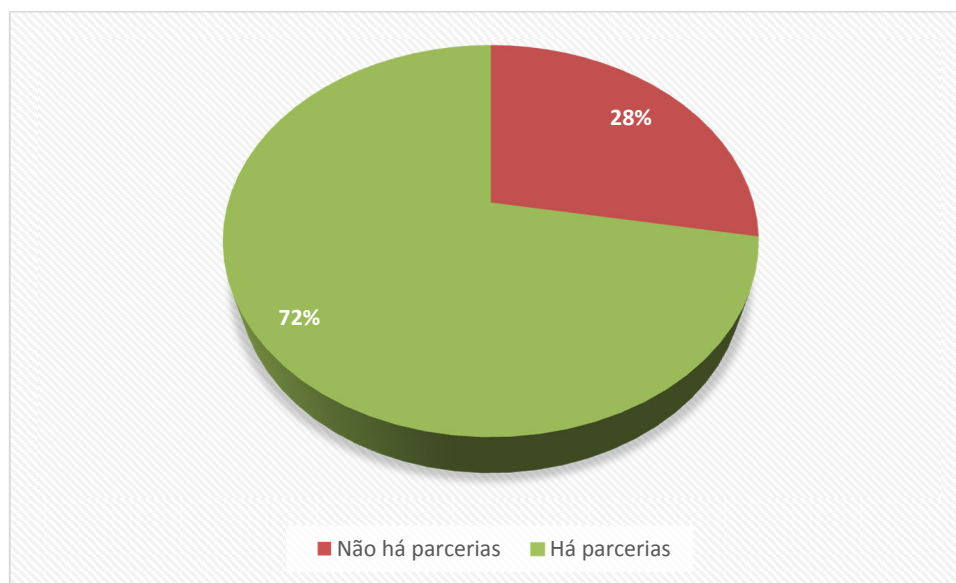
No que tange ao critério de Abrangência dos projetos, de acordo com o exposto no Gráfico 4, a abrangência a nível Local, atribuição dada àquelas ações desenvolvidas em comunidades próximas ao câmpus, destaca-se com o maior percentual dentre os projetos analisados (39%), seguido dos projetos a nível Municipal (22%), Estadual (17%), Microrregional, aqueles que envolvem duas cidades próximas (11%), Regional (6%) e, por fim, Nacional (5%). Não houve nenhum projeto de abrangência a nível Internacional.

Gráfico 5 – Abrangência / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos junto aos Projetos analisados.

No que diz respeito às possíveis Parcerias (internas ou externas à UFT) previstas nos projetos em análise, percebe-se que a maior parte prevê a participação de outros parceiros no que se refere à execução das ações previstas nos projetos: 72% prevê participação de parceiros enquanto 28% não há essa previsão, ficando a execução dos projetos restrita à equipe executora.

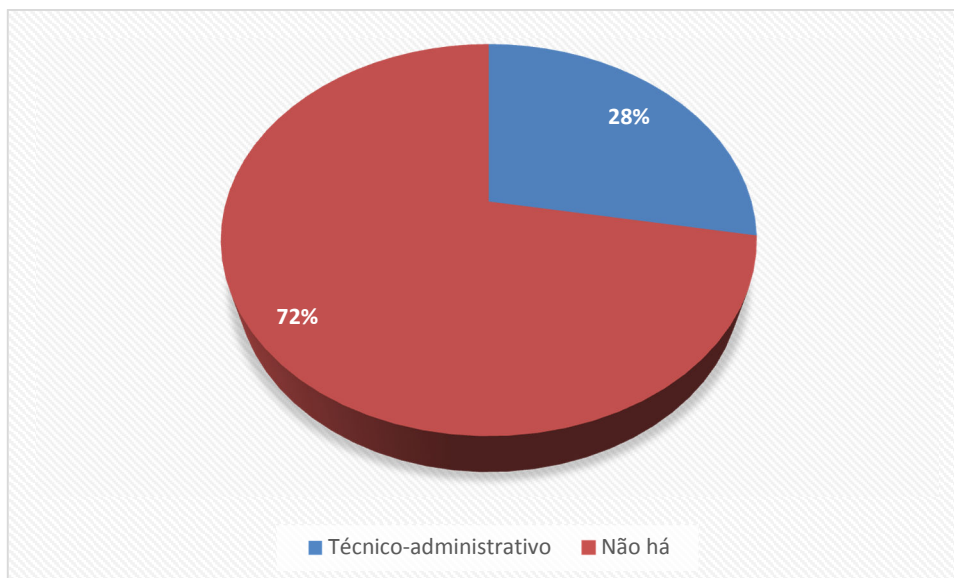
Gráfico 6 – Parcerias / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos junto aos Projetos analisados.

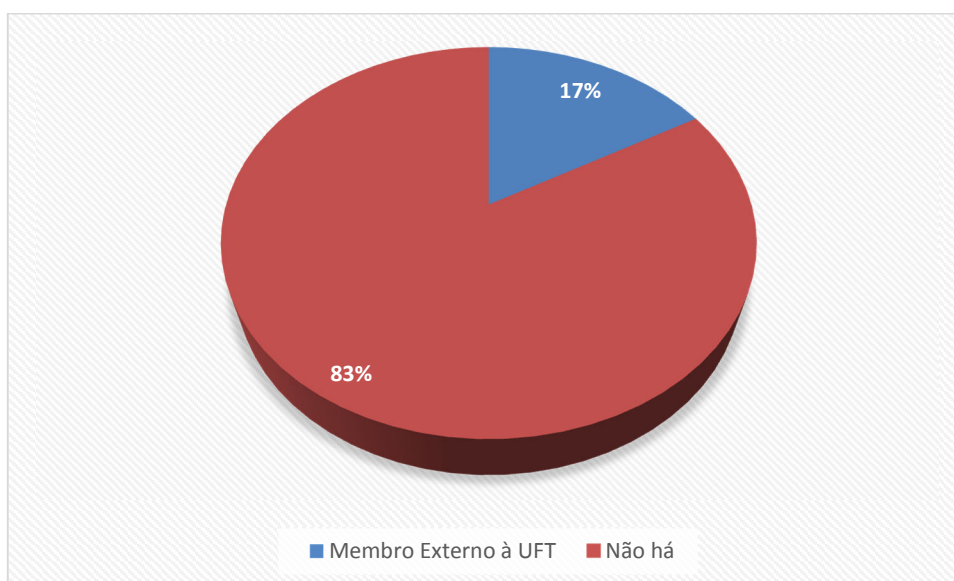
O critério Equipe de Execução diz respeito à participação de quatro diferentes atores, a saber: docentes, discentes, técnico-administrativos (todos estes pertencentes aos quadros da UFT) e membros externos à UFT. Obrigatoriamente, toda ação de extensão deve ter em sua equipe executora a participação de no mínimo um docente e um discente. Neste caso, conseqüentemente, todos os dezoito projetos aqui em análise possuem a participação destes dois sujeitos. Já, no que se refere à participação dos técnico-administrativos e dos membros externos à UFT, percebe-se pouco envolvimento, conforme demonstrados nos gráficos a seguir:

Gráfico 7 – Técnico-administrativos / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos junto aos Projetos analisados.

Gráfico 8 – Membros externos à UFT / Projetos PIBEX Acadêmico – Ano: 2016



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos junto aos Projetos analisados.

Tanto a participação dos técnico-administrativos como a de membros externos à UFT mostrou-se baixa: apenas 28% dos projetos prevê a participação do corpo técnico da universidade e o índice revela-se ainda menos no que tange a participação de membros externos, sendo identificada em apenas 17% dos projetos aqui em análise.

Este tópico contempla também a apresentação e análise dos dados qualitativos, concebidas a partir de critérios estabelecidos para análise de conteúdo, conforme Bardin (2009).

Por meio do acesso à íntegra dos projetos de extensão, elencados aqui de P1 a P18, tornou-se possível averiguar se tais projetos preveem a interação da universidade com outros setores sociais. A referida análise dos projetos possibilitou a construção de um total de duas categorias a serem expostas: público-alvo dos projetos de extensão e relação universidade-sociedade. Tais categorias temáticas encontram-se detalhadas por descrições, temas e, por fim, pelas transcrições, conforme os Quadros 8 e 9.

A investigação foi realizada em dezoito projetos de extensão selecionados pelo PIBEX Acadêmico do ano de 2016. Optou-se pela seleção destes projetos pela representatividade. Não se tem por objetivo fazer uma apreciação analítica, mas sim identificar a previsão de estabelecimento da relação entre Universidade e sociedade e seus públicos-alvo.

Quadro 8 – Categoria de análise: Público-alvo dos projetos de extensão.

CATEGORIA 1: Público-alvo dos projetos de extensão.
DESCRIÇÃO: Nesta primeira categoria de análise dos projetos de extensão aprovados pelo PIBEX Acadêmico 2016, procurou-se identificar de que maneira os docentes autores (coordenadores) descrevem a que tipo de público seus projetos encontram-se destinados, observando, principalmente, a possível relação dialógica estabelecida entre a Universidade e a sociedade.
TEMAS: Comunidade, Grupos específicos, desenvolvimento, políticas públicas, gestão pública.
TRANSCRIÇÕES
<p>P1: “[...] estudantes e professores da rede pública do ensino fundamental e médio de Araguaína e microrregião do Bico-do-Papagaio. Estudantes e professores da rede particular e federal”.</p> <p>P2: “Pacientes que fizeram ou farão cirurgia bariátrica”.</p> <p>P3: “Alunos do Câmpus Universitário de Arraias que preferencialmente morem na cidade de Arraias-TO ou que tenham disponibilidade de horário e habilidade em informática e digitação para cumprir as atividades que forem sendo encaminhadas”.</p> <p>P4: “Idosos com idade igual ou superior a 60 anos”.</p> <p>P5: “Docentes e coordenadores da Educação Básica das redes municipal e estadual”.</p> <p>P6: “Gestores(as) de políticas públicas, pesquisadores(as), estudantes e militantes do direitos humanos”.</p> <p>P7: “As atividades se destinam ao público em geral que frequenta parques e praças da cidade de Araguaína-TO e região”.</p> <p>P8: “Pessoas residentes nos bairros/setores onde ocorre coleta seletiva de resíduos sólidos. Empresas cujos resíduos sólidos gerados são potenciais candidatos a coleta seletiva”.</p> <p>P10: “Comunidade acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo (estudantes e professores) e profissionais de todo país, sociedade”.</p> <p>P11: “Alunos de escolas públicas com idade entre 12 e 18 anos de idade do município de Miracema-TO”.</p> <p>P12: “Alunos, servidores e visitantes do Câmpus Universitário de Palmas”.</p> <p>P13: “[...] será composto pelos idosos cadastrados no semestre letivo vigente na Universidade da Maturidade”.</p>

<p>P14: <i>“Diabéticos atendidos pelo Sistema Único de Saúde do Município de Tocantinópolis-TO”.</i></p> <p>P15: <i>“Docentes e discentes da Universidade Federal do Tocantins, gestores de instituições estaduais e municipais na microrregião de Palmas, líderes religiosos e comunitários, profissionais de educação e saúde, cuidadores de crianças sejam eles jovens ou adultos, homens ou mulheres, de ambientes domésticos, educacionais, tutelares, religiosos e demais ambientes comunitários em que convivam as crianças”.</i></p> <p>P16: <i>“Acadêmicos do curso de Jornalismo e áreas afins, profissionais da área da comunicação e público interessado”.</i></p> <p>P17: <i>“Conselheiros dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional; Membros da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional; Representantes da comunidade indígena; Representantes da comunidade quilombola; Acadêmicos de Nutrição; Professores da UFT; Profissionais envolvidos com a Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Tocantins”.</i></p> <p>P18: <i>“Estudantes de geografia da Universidade Federal do Tocantins; mulheres envolvidas na gestão da administração pública e privada; mulheres líderes dos movimentos sociais e parlamentares”.</i></p>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados extraídos dos projetos de extensão PIBEX Acadêmico 2016.

Quadro 9 – Categoria de análise: Relação Universidade-sociedade

CATEGORIA 2: Relação Universidade-sociedade
DESCRIÇÃO: Nesta categoria procurou-se estabelecer os vínculos dos projetos de extensão junto aos setores sociais aos quais pretendeu-se estabelecer o diálogo.
TEMAS: Sociedade, comunidade, relação dialógica, troca de saberes, via de mão-dupla
TRANSCRIÇÕES
<p>P2: <i>“Realizar atendimento e acompanhamento nutricional a nível ambulatorial aos pacientes pré e pós-operatório de cirurgia bariátrica do estado do Tocantins”.</i></p> <p>P3: <i>“Incentivar o interesse dos alunos pelo seu entorno social por meio da extensão e aproximação da prática historiográfica fomentando a busca e manipulação de documentos da história local e regional da história da educação no entorno da cidade de Arraias-TO”.</i></p> <p>P4: <i>“Implementar um Programa de Atividade Física associado à cognição para idosos no município de Tocantinópolis para melhorar a autonomia e qualidade de vida dos sujeitos, com reflexos esperados na sua saúde”.</i></p> <p>P6: <i>“Prestar assessoria aos órgãos públicos e movimento social nas áreas de diversidade sexual, questões de gênero e étnico-racial; Disseminar conhecimento em diversidade sexual, questões de gênero étnico-racial, articulando com os diferentes campos do conhecimento; Instrumentalizar agente públicos e militantes para o enfrentamento do racismo, sexismo e homofobia”.</i></p> <p>P8: <i>“Aplicação de atividades de educação ambiental, visando à conscientização da população para a importância da coleta seletiva de resíduos sólidos”.</i></p> <p>P10: <i>“O objetivo geral deste projeto é a criação do site que será alimentado com informações sobre curso de Arquitetura e Urbanismo, sendo essas informações: fotos, textos, projetos, atividades dos Laboratórios de Arquitetura e Urbanismo, Laboratório Audiovisual, Laboratório de Conforto, Maquetaria, assim como obras de arquitetos urbanistas e estudantes do Tocantins, e notícias do universo arquitetônico e urbanístico, a fim de promover um diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa”.</i></p> <p>P11: <i>“Proporcionar a iniciação esportiva do futsal às crianças e adolescentes do município de Miracema-TO, promovendo o desenvolvimento integral dos mesmos, como fator de</i></p>

formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, além de possibilitar ao acadêmico do curso de Educação Física da UFT - Campus Miracema espaço para iniciar a prática docente da modalidade”.

P12: *“Difusão de práticas e formação de redes em agroecologia”.*

P13: *“Analisar as condições e agravos de saúde dos idosos participantes da Universidade da Maturidade, Palmas (Tocantins) e propor o plano de cuidados”.*

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados extraídos dos projetos de extensão PIBEX Acadêmico 2016.

Os projetos enquadrados na Linha Temática Principal da área de Saúde (P2; P4; P11; P14 e P15) possuem características específicas, tais como: público-alvo discriminado de maneira clara e, principalmente, o caráter de facilitador de políticas públicas de promoção à saúde, realizadas especialmente através da prestação de serviços às comunidades as quais os projetos pretendem atender.

Conforme observa-se nos quadros descritivo acima, estes projetos contemplam os aspectos de envolvimento de diferentes atores sociais no que tange sua execução (há previsão de participação de membros externos à comunidade universitária) bem como prevê a confecção de produtos paradigmáticos que serão disponibilizados para a comunidade a qual o projeto abrange. Assim sendo, tais aspectos pertinentes à concepção de extensão universitária encontram-se em consonância com as diretrizes de extensão universitária tanto da UFT como também às diretrizes nacionais, principalmente aquelas expressas no Plano Nacional de Extensão Universitária.

Conforme já mencionado, o objetivo principal desta pesquisa centra-se em avaliar em que medida a política extensionista da UFT, praticada por meio dos projetos aprovados através do PIBEX, tem fomentado a interação da universidade com outros setores da sociedade. Inicialmente, em análise de todos os projetos, constatou-se a previsão, conforme especificada nos projetos, do envolvimento da universidade com diversos setores sociais. Em menor ou maior grau, houve previsão do diálogo da universidade com diversos setores sociais, dentre eles: comunidades específicas, organizações não-governamentais, outros setores públicos e também privados.

Para Silva (2001, p. 96) o “eixo universidade-sociedade representa uma discussão que acompanhou o surgimento da instituição universitária, mas, paradoxalmente, ainda hoje demonstra não estar bem resolvida”. Entretanto, nesta pesquisa, os dados apontam para uma maior proximidade entre a instituição universitária e a sociedade.

Quanto ao público-alvo, observou-se que todos os projetos apresentaram de forma clara a quem eram destinados. Os projetos da Linha Temática de Saúde destacam-se no que se refere à especificidade de seus públicos, tais como: pessoas que se submeteram à cirurgia bariátrica; idosos portadores de enfermidade; crianças, dentre outros. Assim sendo, os projetos aqui em análise estão em consonância com o que preconiza Sousa (2011), ou seja, é nítida a necessidade da relação dialógica entre a universidade e a sociedade e para a construção e disseminação do conhecimento. Afinal, não há como falar de extensão universitária sem a presença destes interlocutores, sejam eles internos ou externos à universidade. Nesse sentido, Sousa (2001, p. 110) afirma que “Como instrumento mediador, a Extensão deveria propiciar o vínculo mútuo e dialético entre Universidade e sociedade, demonstrando que a existência de ambas não pode ocorrer isoladamente”.

Quanto à percepção dos discentes bolsistas, verificou-se que estes sujeitos sinalizaram de forma positiva o envolvimento junto aos projetos e ao PIBEX. Cumpre ressaltar que os discentes apontaram lacunas principalmente no que se refere à carência de informações a respeito da extensão da universidade, principalmente por parte dos docentes. Salienta-se também que os discentes bolsistas reconheceram o papel preponderante da extensão universitária em sua formação acadêmica bem como nas possíveis transformações sociais propiciadas pelos projetos de extensão dos quais eles participaram.

A partir do exposto, compreende-se que nos projetos de extensão aqui analisados, a articulação da universidade com a comunidade encontra-se em processo de construção, porém com sinais visíveis de amadurecimento, bem como encontram-se em consonância com as normativas, diretrizes e práticas da extensão universitária da instituição em estudo como também com as políticas nacionais de extensão, principalmente aquelas oriundas do Plano Nacional de Extensão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve sua gênese nas inquietações deste pesquisador a respeito da tão famigerada relação universidade-sociedade sob a ótica da extensão universitária e, também, na tentativa de compreender a maneira pela qual um dos interlocutores desse relacionamento, os discentes bolsistas, percebem e vivenciam tais práticas. Na tentativa de busca por respostas e, diante da necessidade de delimitação do objeto a ser estudado, escolheu-se então um programa institucional de extensão da UFT – o PIBEX – juntamente com os projetos extensionistas por ele selecionados para, a partir daí, definir a problemática deste estudo: *Como o PIBEX tem contribuído no desenvolvimento da política extensionista da UFT, no sentido de fomentar a interação da universidade com outros setores da sociedade? Como encontra-se a percepção dos discentes bolsistas sobre as práticas da extensão universitária praticadas na UFT?*

Ao longo do caminho percorrido no desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se a complexidade que permeia tanto as concepções e, como uma consequência disto, às práticas ligadas à dimensão acadêmica da extensão universitária. A “caçula” da tríade acadêmica ensino-pesquisa-extensão divide opiniões dentre aqueles estudiosos que se propuseram a estudá-la: há quem questione a indissociabilidade da tríade e até mesmo a existência “separada” da dimensão acadêmica da extensão, ao afirmarem que ela seria o resultado efetivo da própria prática do ensino e da pesquisa. Embates teóricos à parte, um ponto comum que merece ser destacado é o papel articulador desempenhado pela extensão universitária no sentido de dar efetividade ao compromisso social da universidade com a sociedade e, acima de tudo, comprometida com as problemáticas e necessidades sociais de seu tempo.

Neste sentido, buscou-se compreender em que medida a política extensionista da UFT, praticada por meio dos projetos aprovados através de um programa institucional, o PIBEX, tem fomentado a interação da universidade com outros setores da sociedade e, bem como, em averiguar a percepção dos discentes bolsistas sobre as práticas da extensão universitária praticadas na UFT.

A consecução do objetivo geral deste estudo foi viabilizada a partir da pesquisa documental junto aos documentos institucionais que tratavam da extensão universitária, bem como pelas respostas concedidas pelos discentes bolsistas do referido programa e, por fim, por meio da análise dos projetos aprovados.

Nesta pesquisa, optou-se por realizar uma análise de três dimensões da extensão universitária, que deram suporte a todo o trabalho, quais sejam: a política de extensão brasileira e a da universidade em estudo; identificar a existência de relação estabelecida da universidade com a sociedade através dos projetos de extensão e a percepção do interlocutor discente quanto a estas práticas. Através da pesquisa da política de extensão da UFT, possibilitou compreender como a Extensão é normatizada pela gestão da universidade e, observou-se a consonância entre a política extensionista da UFT frente às políticas nacionais de extensão. Criada posteriormente ao início dos trabalhos do FORPROEX em 1987, fórum que formula a política de extensão brasileira do qual a UFT é signatária.

A partir do levantamento dos documentos institucionais que tratam da extensão universitária na UFT foi possível analisar e identificar suas características e seu desenvolvimento na universidade.

Os objetivos específicos, definidos na fase inicial desta pesquisa, tinham por objetivo contemplar aspectos ligados ao histórico da política extensionista no Brasil e, por conseguinte, os princípios, diretrizes, normatizações do *locus* desta pesquisa, a UFT, bem como compreender a percepção dos discentes sobre tais práticas e, por fim, analisar a relação universidade-sociedade nos projetos de extensão aprovados pelo PIBEX.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa centrou-se em conhecer a política extensionista da UFT bem como seus princípios, diretrizes, normatizações e também os setores responsáveis pela condução do fazer extensionista desta instituição. Neste sentido, em primeiro lugar, após a análise dos documentos institucionais publicados pela UFT, fica evidente a existência de diretrizes específicas e claras no que concerne à prática de extensão universitária que coadunam-se com a política extensionista nacional. Tais norteadores encontram-se presentes nos primeiros documentos institucionais (Estatuto, Regimento Interno da UFT) perpassando documentos que caracterizam-se pela sua constante evolução (PDI's, PE's, Relatórios Institucionais, dentre outros) demonstrando a constante busca por melhorias por parte da gestão da universidade no que diz respeito à extensão universitária.

A percepção dos discentes, a partir dos questionários a eles submetidos, permitiram, através de análise criteriosa, verificar como estes sujeitos compreendem a extensão universitária praticada por eles através dos projetos aprovados pelo PIBEX. Desta análise, foi possível averiguar, lacunas – principalmente no que diz respeito à divulgação da extensão por parte dos docentes e, também, baixa procura dos discentes a respeito da extensão – bem como permitiu compreender que, determinados pontos, tais como a compreensão do que é extensão,

da relação dialógica, da importância da extensão como função social da universidade, encontram-se amadurecidas por parte destes importantes interlocutores da extensão universitária.

O fomento para o relacionamento da universidade-sociedade mostrou-se presente. Todos os projetos analisados demonstraram o envolvimento da universidade com aqueles que não encontram-se efetivamente como parte da comunidade acadêmica. Cumpre destacar que alguns dos projetos analisados mostraram-se mais abrangentes envolvendo um público maior e outros apresentaram-se para públicos-alvo mais específicos – a título de ilustração podemos citar os projetos da Área Temática de Saúde – que delimitam o público de atuação de maneira mais clara, tais como aqueles voltados para pessoas idosas, bariátricos, crianças, dentre outros.

Por fim, conclui-se que o PIBEX é um importante programa institucional de extensão da UFT no sentido de articular e fomentar, através dos projetos de extensão, o relacionamento da universidade com diversos setores sociais e, além disso, em possibilitar o protagonismo do discente como interlocutor de tais práticas. Além disso, verificou-se também que as diretrizes de extensão universitária, principalmente as que dizem respeito à dialogicidade encontram-se presentes, tanto na análise dos projetos bem como na “voz” dos discentes analisadas por intermédio dos questionários por eles respondidos. Mesmo diante das dificuldades orçamentárias enfrentadas por essa instituição, seria salutar, para o maior alcance do PIBEX junto aos discentes, o aumento do número de concessão de bolsas e também um maior esforço por parte tanto da gestão universitária como dos docentes em promover a extensão universitária junto aos discentes no sentido de fortalecimento de suas práticas no ambiente acadêmico. É preciso plantar a semente da extensão junto aos discentes para que os frutos sejam colhidos e, principalmente, compartilhados junto a todos: universidade, comunidade e cidadãos.

Deste modo, no que se refere aos percursos e (de)limitações desta pesquisa, cumpre-se ressaltar que a opção por selecionar apenas dois sujeitos interlocutores da extensão universitária (docentes e discentes), possa, talvez, ter limitado o conhecimento relativo a outras práticas, vivências, experiências e contextos, principalmente, na perspectiva da percepção dos sujeitos advindos das comunidades as quais os projetos pretendiam estabelecer o diálogo. No entanto, acredita-se que um primeiro passo foi dado. Faz-se aqui uso das palavras de Sousa (2001, p. 108) onde a autora sublinha que: “Concordo que precisamos de manter esta discussão, pois a concepção de nosso objeto de trabalho – a Extensão Universitária – é uma construção permanente, e que não a devemos considerar acabada, finalizada e imutável. E, mesmo correndo o risco de ser repetitiva e enfadonha, coloco-me ao lado daqueles que, a todo momento, querem

aproveitar as possibilidades para, de novo, discutirem ‘o que é Extensão Universitária?’”. Neste contexto, espera-se que esta pesquisa possa despertar indagações, percepções e, acima de tudo, o desejo em aprofundar ainda mais e, até mesmo em outras nuances, as pesquisas a respeito da extensão universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Maristela. **Extensão universitária e sua eficácia: estudo de caso do UnB Idiomas**. 2015. 134 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21035/1/2015_MaristelaAbad.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

BARBOSA, Valeska Cristina. **Extensão universitária: proposição e validação de um Instrumento de avaliação da percepção dos discentes**. Dissertação (mestrado) – Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Empresariais, 2012. Disponível em: <<http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/valeska-cristina-barbosa.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5 ed. revista e atualizada. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BEDIM, J. G. L. **Uma Proposta de Metodologias Participativas na Extensão Universitária: o ensino de idiomas como uma vertente instrumental**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/jucarabedim.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BOGDAN, R.; BLIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, São Carlos: Editora UFSCar; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931. **Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 11 jan. 2016.

BRASIL. Lei n. 5.540 de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 11 jan. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino superior e a universidade no Brasil.** In: LOPES, E. M. T. et al. 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã. O ensino superior, da Colônia à era Vargas.** 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DINIZ, Flávio Pereira. **A extensão universitária como instrumento de política pública.** 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/1614/1/Flavio%20Pereira%20Diniz.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social.** Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.** Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Brasília: UnB, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação.** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 20. ed. atualizada. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1992.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

METO NETO, José Francisco de. **Extensão Universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: UFPB. Editora Universitária, 2001.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 232 p.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual**. In: FARIA, Dóris Santos de (org). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; BRITO, Eliseu Pereira de; MEDEIROS, Messias Rodrigues. *Universidade Federal do Tocantins - UFT e sua Inserção Regional: uma abordagem da Teoria dos Lugares Centrais*. **Revista Interface (Porto Nacional)**, [S.l.], n. 06, jun. 2013. ISSN 2448-2064. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/513>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

PAULA, João Antônio de. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. *Interfaces, Revista de Extensão da UFMG*, v.1, nº 1, jul/dez 2013.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PNE). Brasília: MEC/SESu, 2001. Coleção Extensão Universitária; v.1.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo Atlas: 1999.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **A construção do conceito de extensão universitária na América Latina**. In: FARIA, Dóris Santos de (org). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

REIS, Renato Hilário dos. Histórico, tipologias e proposições sobre a extensão universitária no Brasil. Linhas Críticas. Brasília, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1996.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SERRANO, Maria. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em:

<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

SOUZA, Raquel Aparecida. **Da Unitins à UFT: modelos e práticas gestoriais na educação superior do estado do Tocantins no limiar do século XXI**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Uberlândia, 2007. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14030/1/RASouzaDISSPRT.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT**. 2003. Disponível em:

<http://download.uft.edu.br/?d=beea3bb-468b-43cd-93eb37d513dd411f:estatuto_uft_2003.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Planejamento Estratégico 2006-2010**.

2006. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/FIHafM6NRuuzJ27B7UaMcw>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Planejamento Estratégico 2014-2022**.

2014. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/IEdq3JCiRcedbs8lm2B-gg>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) 2007-2011**. 2007. Disponível em:

<http://docs.uft.edu.br/share/s/hDQp6bYPRoOgewiXjIEq_Q>. Acesso em: 20 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) 2011-2015**. 2010. Disponível em:

<<http://docs.uft.edu.br/share/s/p6whIbBTTIa54k6gcc7K9w>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) 2016-2020**. 2016. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/Bu0fAqZjT66B-rTgwt53LQ>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins**. 2003. Disponível em: <http://cajui.uft.edu.br/quimicaambiental/images/Documentos/regimento_geral_da_uft_2003.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Regulamento das Ações de Extensão da Universidade Federal do Tocantins**. 2017. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/DrPLjI72SiyBIHwpcJvyEg>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT - 2011**. 2011. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/At3MmlxXTZy9DTCRA28S8g>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT - 2010**. 2010. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/rEAKUCf0SLW3CgAcV0LHbQ>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT - 2011**. 2011. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/At3MmlxXTZy9DTCRA28S8g>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT – 2012**. 2012. Disponível em: <http://docs.uft.edu.br/share/s/-K_Ruu1YRAO-CX9dpDk_hA>. Acesso em: 23 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT – 2013**. 2013. Disponível em: <http://docs.uft.edu.br/share/s/t4hNg4QfRxWwHC4M_mdo4w>. Acesso em: 23 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT – 2014**. 2014. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/mLuNHh5yQjGAvqbYmK2VGg>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT – 2015**. 2015. Disponível em:
<http://docs.uft.edu.br/share/s/lretw_fFQruXkNq4uLjluw>. Acesso em: 23 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT – 2016**. 2016. Disponível em:
<<http://docs.uft.edu.br/share/s/0QFtxo0PQaWf7ehb8B9MRA>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT - 2010**. 2010. Disponível em:
<<http://docs.uft.edu.br/share/s/rEAKUCf0SLW3CgAcV0LHbQ>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão – Exercício 2011 da Universidade Federal do Tocantins**. 2012. Disponível em:
<<http://docs.uft.edu.br/share/s/XPSrtOiOQPeAHu04YbvVw>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão – Exercício 2012 da Universidade Federal do Tocantins**. 2013. Disponível em:
<<http://docs.uft.edu.br/share/s/E0lO11-jQdumIrm41s-QWA>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão – Exercício 2013 da Universidade Federal do Tocantins**. 2014. Disponível em:
<<http://docs.uft.edu.br/share/s/5OnfB6D9R-2LRNVnHoSREA>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão – Exercício 2014 da Universidade Federal do Tocantins**. 2015. Disponível em:
<<http://docs.uft.edu.br/share/s/8cOCTIg4QeuZRccTNRg1Eg>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão – Exercício 2015 da Universidade Federal do Tocantins**. 2016. Disponível em:
<<http://docs.uft.edu.br/share/s/VeLSPQJBQyyHzgPRsYmcTA>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão – Exercício 2016 da Universidade Federal do Tocantins**. 2016. Disponível em:
<http://docs.uft.edu.br/share/s/r_YZnwNITYigX50BMFuaFg>. Acesso em: 24 ago. 2017.

VALOIS, Ovídio. **A extensão universitária no Brasil: Um resgate histórico**. Organização de Marta Vieira Cruz et Maria Elisa da Cruz São Cristóvão, Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira. 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

**ANEXO A – EDITAL UFT/PROEX N° 16/2016 – SELEÇÃO PIBEX ACADÊMICO –
ANO: 2016**

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) torna público que estão **abertas as inscrições de solicitação de Bolsas de Extensão** vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) da Universidade Federal do Tocantins, aprovado pela Resolução do Conselho Universitário – CONSUNI – nº 16/2010 de 22 de setembro de 2010, de acordo com as seguintes normas:

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) da Universidade Federal do Tocantins visa a excelência da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa baseando-se nos processos educativo, científico, cultural e de interação da universidade com outros setores da sociedade.

2. DA FINALIDADE

2.1 A Bolsa de Extensão destina-se exclusivamente a alunos de graduação da UFT regularmente matriculados, conforme item 10.1.

2.2 A Bolsa de Extensão está vinculada à Ação de Extensão (Projeto), cadastrada no Edital nº 01/2016/UFT/PROEX – Fluxo Contínuo das Ações de Extensão e contemplada no presente Edital **com vigência de 06 (seis) meses, a partir de 15 de setembro de 2016.**

3. DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO

3.1 De **16 de agosto a 28 de agosto de 2016.**

4. DA VIGÊNCIA DO EDITAL

4.1 O Edital para solicitação de bolsas estará vigente no interstício de 15 de setembro de 2016 a 15 de fevereiro de 2017.

4.2 A duração da bolsa está vinculada à ação de extensão, conforme item 2.2.

5. DOS PRÉ-REQUISITOS PARA AVALIAÇÃO

5.1 A inscrição para a solicitação de Bolsa(s) de Extensão para o ano de 2016 atenderá propostas elaboradas no SigProj, no Edital nº 01/2016/UFT/PROEX – Fluxo Contínuo das Ações de Extensão, disponível em <http://sigproj1.mec.gov.br/> para o presente Edital.

5.2 Serão homologadas as inscrições que cumprirem os seguintes requisitos:

a) Projetos cujos coordenadores não apresentem pendências na PROEX (de relatórios ou documentos) no ano 2015 até a presente data de publicação deste Edital.

b) Projetos que tenham sido enviados à PROEX respeitando o cronograma, item 7 do presente Edital.

c) Os proponentes devem ser docentes efetivos, preferencialmente sob o regime de trabalho de dedicação exclusiva, em efetivo exercício na instituição.

5.3 A avaliação ocorrerá nas propostas homologadas e será realizada pelo Comitê Institucional do Programa de Bolsa de Extensão (Comitê PIBEX) e classificadas de acordo com a pontuação obtida.

5.4 As etapas de execução das ações discriminadas deverão constar a participação e atuação dos alunos a serem selecionados, segundo as orientações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) de 2007.

6. DA INSCRIÇÃO

6.1 Cada proponente poderá concorrer com uma única proposta, pleiteando **01 (uma)** bolsa.

6.2 Somente serão contemplados com recursos os Projetos homologados e classificados. Será considerado como critério para distribuição das bolsas a ordem de pontuação (da maior para a menor).

6.3 Somente poderão submeter proposta os servidores docentes do quadro permanente da Universidade Federal do Tocantins.

6.4 Para este Edital somente poderão concorrer ações designadas como **Projetos**.

6.5 Poderão submeter propostas de Bolsas de Extensão os docentes que possuam Projetos devidamente cadastrados na PROEX via SigProj (Edital nº 01/2016/UFT/PROEX – Fluxo Contínuo das Ações de Extensão). No momento do preenchimento da proposta deverá ser indicado o título e o nº de protocolo de cadastro da ação a que se vinculará a bolsa.

6.6 A proposta deve ser encaminhada pelo sistema até às **23:59 do dia 28 de agosto de 2016**. Nela será indicado e preenchido o plano de trabalho para 01 (um) bolsista que deverá cumprir os requisitos descritos no item 10.1.

6.7 A comprovação dos requisitos descritos no item 10 será avaliada no ato de assinatura do Termo de Compromisso. O não atendimento dos requisitos no ato da assinatura do Termo de Compromisso desclassificará a proposta.

6.8 Caso o primeiro bolsista não comprove os requisitos do item 10.1 o mesmo não assinará o Termo de Compromisso e poderá ser chamado outro bolsista selecionado pelo professor, de acordo com o item 9.1 do Edital.

6.9 Na hipótese do bolsista desistir da bolsa poderá ser chamado o próximo classificado de acordo com os critérios de avaliação (item 10.1) para que o bolsista proceda à assinatura do Termo de Compromisso.

7. DO CRONOGRAMA

ETAPAS	DATAS
Inscrição da solicitação da bolsa	16 de agosto até 28 de agosto de 2016
Homologação das solicitações	29 de agosto de 2016
Resultado provisório	02 de setembro de 2016
Recursos	05 de setembro de 2016
Análise dos recursos	06 de setembro de 2016
Divulgação do resultado final	08 de setembro de 2016
Interstício de vigência das bolsas	15 de setembro de 2016 a 15 de fevereiro de 2017

8. DA DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS

8.1 A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura nomeará o Comitê Institucional do Programa de Bolsa de Extensão (Comitê PIBEX) que será responsável pela análise das inscrições e resultados das propostas encaminhadas. O comitê poderá ser constituído por professores e por técnicos administrativos de nível superior pertencentes ao quadro de servidores da UFT, de acordo com as áreas temáticas da extensão definidas pelo FORPROEX.

8.2 Serão distribuídas até **18 (dezoito) bolsas**, de acordo com o Comitê Institucional de Programa de Bolsa de Extensão. Será considerado como critério para distribuição das bolsas a ordem de pontuação da classificação (da maior para a menor).

8.3 Na avaliação para distribuição das bolsas serão consideradas as informações constantes nos Projetos.

8.4 A distribuição das bolsas levará em conta a pontuação atribuída na avaliação de cada solicitação, que corresponde à média das avaliações dos pareceristas.

8.5 O membro do Comitê PIBEX que possuir inscrições de solicitação de bolsas de extensão não poderá participar do processo de avaliação do referido Edital.

8.6 Os integrantes do Comitê PIBEX deverão manter sigilo sobre as suas atividades e identidades dos avaliadores de cada ação extensionista.

9. DO COORDENADOR DA AÇÃO

9.1 Cabe ao orientador:

a) elaborar plano de atividades do bolsista.

b) selecionar o bolsista que atenda o item 10 do presente Edital, por meio do encaminhamento do Termo de Compromisso devidamente assinado e a documentação do aluno bolsista à PROEX via e-mail (pibex@uft.edu.br).

- c) acompanhar o registro de frequência dos bolsistas e encaminhar à PROEX até o dia 15 de cada mês da vigência da bolsa.
- d) preencher e submeter relatório parcial de execução da ação no SigProj. O relatório parcial deverá ser entregue até 90 (noventa) dias após o início das ações de projetos.
- e) participar de eventos de extensão com apresentação de trabalho.
- f) solicitar o cancelamento da bolsa no caso de: conclusão do curso de graduação; desempenho acadêmico insuficiente, trancamento de matrícula, desistência da bolsa ou do curso e abandono do curso.
- g) preencher e encaminhar o formulário de avaliação proposta e encaminhado pela PROEX (professor, aluno e comunidade) até 30 dias após o término da ação.

10. DO BOLSISTA

10.1 São requisitos do bolsista:

- a) estar regularmente matriculado em curso de graduação da UFT.
- b) apresentar coeficiente de rendimento superior a 5,0 (cinco) e não apresentar reprovação no semestre anterior. Este caso não se aplica aos alunos ingressantes da UFT.
- c) não receber qualquer outra bolsa paga por programas oficiais.
- d) ter disponibilidade de 20 horas semanais para exercer as atividades, apresentando, assinada, a Declaração de Disponibilidade de tempo, bem como assinar a frequência, de acordo com suas atividades e horários.
- e) não ter vínculo empregatício e dedicar-se integralmente às atividades de extensão.

10.2 A comprovação dos requisitos descritos no item 10 será avaliada no ato da assinatura do Termo de Compromisso. O não atendimento dos requisitos desclassificará o aluno bolsista.

10.3 Caso o bolsista aprovado no Processo Seletivo não comprove os requisitos do item 10.1 o mesmo não assinará o Termo de Compromisso e será chamado outro bolsista selecionado pelo professor, de acordo com item 9.1 do Edital.

10.4 São atribuições do bolsista:

- a) iniciar suas atividades após ter assinado o Termo de Compromisso.
- b) participar das atividades de extensão do orientador que estejam em consonância com o plano de atividades.
- c) manter as atividades conforme previsto no cronograma de atividades mesmo no período de greve.
- d) comprometer-se, quando necessário, a desenvolver atividades pertinentes ao bom desempenho das atividades de extensão da UFT, tais como participação em eventos internos e externos.

- e) exercer suas atividades conforme o Plano de Atividades encaminhado pelo coordenador.
- f) cumprir, 20 (vinte) horas semanais de atividades, conforme horários pré-estabelecidos com seu orientador.
- g) redigir relatório parcial e relatório final de atividades, com anuência do professor.
- h) não ter vínculo empregatício remunerado e dedicar-se as atividades de extensão.
- i) nas publicações e trabalhos apresentados, fazer referência a sua condição de bolsista de extensão da UFT.
- j) preencher e encaminhar a avaliação (bolsista) até 30 dias após o término da ação.
- k) apresentar no seminário de extensão, realizado pela UFT, sua produção na forma de pôster, resumo ou comunicação oral, conforme orientação desta Pró-Reitoria.

11. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

11.1 Os critérios de avaliação das inscrições são os seguintes:

11.1.1 Justificativa do projeto e da necessidade de participação do bolsista (0,2).

11.1.2 Relação ensino, pesquisa e extensão (0,2).

11.1.3 Plano de Trabalho do bolsista (0,3).

11.1.4 Objetivos e atividades propostas (0,1).

11.1.5 Avaliação da ação pelo público e pela equipe (0,1).

11.1.6 Público alvo envolvido (0,1).

11.2 No caso de empate serão aplicados como critério de desempate à sequência dos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5 e 11.1.6. Permanecendo empate haverá sorteio.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O resultado das etapas do Edital de Bolsas de Extensão será disponibilizado na página oficial da UFT, cabendo ao proponente acompanhar o processo.

12.2 Todos os trabalhos inscritos deverão relatar o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura para o seu desenvolvimento.

12.3 O pagamento mensal do bolsista estará condicionado à frequência que deve ser encaminhada pelo coordenador de ação ao e-mail pibex@uft.edu.br até o vigésimo dia de cada mês.

12.4 O valor da bolsa de extensão é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.

12.5 A Bolsa de Extensão não cria nenhum vínculo empregatício entre o aluno e a UFT.

12.6 Maiores informações pibex@uft.edu.br ou (63) 3232-8063.

12.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Palmas-TO, 15 de agosto de 2016.

MARIA SANTANA FERREIRA DOS SANTOS
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

DENILSON BARBOSA DE CASTRO
Diretor de Extensão

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES BOLSISTAS DO PIBEX

Introdução: Por meio deste questionário, busca-se identificar a percepção dos discentes bolsistas participantes do PIBEX a respeito das práticas extensionistas desenvolvidas no referido programa no decorrer de suas participações. Este questionário faz parte do projeto de dissertação desenvolvido no Mestrado Profissional de Gestão de Políticas Públicas, pelo servidor Geraldo José Ferreira Júnior, com orientação da Prof^ª. Dr^ª. Juliana Ricarte Ferraro. Informamos que sua participação é fundamental para o prosseguimento de nossa pesquisa. Desta forma, agradecemos muito sua contribuição ao responder as perguntas a seguir.

Notas:

- a) Este questionário é composto por duas partes: a primeira contém 39 questões (sendo 01 aberta e 38 fechadas) a respeito da percepção dos discentes bolsistas em relação à extensão universitária praticada na UFT; a segunda parte contém oito questões fechadas que visam identificar o perfil sócio demográfico dos respondentes.
- b) Estima-se em 10 minutos o tempo necessário para responder este questionário;
- c) Sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.
- d) Suas respostas são estritamente confidenciais. Sendo assim, pedimos que seja o mais sincero possível.

Contatos

Pesquisador responsável: Geraldo José Ferreira Júnior – geraldojose@uft.edu.br

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Juliana Ricarte Ferraro – juferraro@uft.edu.br

PARTE I – Percepção dos discentes bolsistas em relação à extensão universitária praticada na UFT.

1. Você pode definir o que é Extensão Universitária?

() Sim

() Não

Em caso positivo, explique o que é extensão:

Em relação à extensão universitária da UFT...	Categorias			
	Não, nunca	Pouco, às vezes	Frequentemente	Sim, Sempre
2. Você frequenta(ou) espaços de cultura, ciência e tecnologia que desenvolvem atividades de extensão na UFT?				

3. Você fica(ou) sabendo das atividades de extensão que são realizadas pela UFT?				
4. Você participa dos eventos de extensão da Universidade?				
5. Você participa(ou) de cursos de extensão da UFT?				
6. Você conhece(u) alguma atividade de prestação de serviço de extensão desenvolvida na UFT?				
7. Você recebeu informações sobre a extensão quando ingressou na Universidade?				
8. Você já foi informado ou tomou conhecimento sobre os programas, projetos, cursos ou eventos de extensão desenvolvidos na UFT?				
9. As informações sobre a extensão universitária na UFT atendem as suas necessidades?				
10. Você concorda que nas ações de extensão existem igualdade de acesso para a participação dos graduandos?				
11. Você recebe(u) informações dos professores sobre a extensão universitária?				
12. Você acessa o site da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (www.uft.edu.br/proex)?				
13. Você já visitou a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários?				
Quanto às ações de extensão da UFT, você acredita que:				
14. Estão articuladas com a pesquisa e o ensino.				
15. Contribuem de alguma forma para a formação acadêmica dos alunos.				
16. Contribuem para a democratização do ensino.				
17. Propiciam a articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento.				
18. Contribuem para inter-relação de organizações e pessoas por meio de metodologias, modelos e conceitos.				
19. Contribuem para a transformação e impacto social da comunidade.				
20. Contribuem para a superação de desigualdades e exclusão.				

21. Contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.				
22. Contribuem para a troca de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade.				
23. Estão interligadas a setores sociais estimulando o diálogo.				
Quanto a sua participação no projeto de extensão aprovado pelo PIBEX, você concorda que:				
24. Contribuiu para um melhor desempenho acadêmico.				
25. Proporcionou o desenvolvimento de atividades junto ao público alvo do projeto.				
26. Proporcionou a participação na elaboração de algum tipo de produto, tais como: publicação (livro, capítulo de livro, periódico, artigo, etc.); material didático (manual, cartilha, jogo, objeto educativo); trabalho apresentado em evento científico (tais como resumo, pôster, banner, comunicação oral); produtor audiovisual; relatório técnico.				
27. Possibilitou o contato com profissionais da sua e de outras áreas de formação.				
28. Possibilitou a construção de visão crítica sobre a sua prática profissional.				
29. Ampliou o universo de referência da atuação na área profissional.				
30. Contribuiu para a definição da sua área de atuação profissional.				
31. Oportunizou a troca de experiências e saberes entre a equipe do projeto e o público-alvo.				
32. Você colabora(ou) nas atividades de planejamento e avaliação da ação de extensão.				
33. Você cumpriu o plano de trabalho apresentado pelo coordenador da ação.				
34. O objetivo proposto da ação de extensão a qual você participou foi alcançado.				
35. Você considera que as seleções para bolsas de extensão do PIBEX são				

adequadas e asseguram igualdade no acesso.				
36. A bolsa de extensão contribui para a permanência dos alunos na Universidade.				
37. A bolsa de extensão despertou seu interesse em participar de outras ações de extensão, mesmo não sendo de forma remunerada.				
38. Você acredita que o projeto do qual participou alcançou os objetivos pretendidos?				
39. Na sua percepção, este projeto de extensão trouxe contribuições para o público alvo.				

PARTE II – QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

41. Qual seu nível de ensino?

- médio/profissional
 graduando
 graduado
 pós-graduando
 Outro, _____

42. Qual sua origem escolar?

- pública
 particular
 pública e particular
 particular com bolsa
 supletivo público
 supletivo particular
 Outro, _____

43. Qual o turno em que frequenta(va) as aulas?

- diurno
 vespertino
 noturno
 integral

44. Qual o curso está frequentando ou frequentou na UFT?

45. Há quanto tempo estuda ou estudou na UFT:

- até 1 ano
 de 1 a 2 anos
 de 2 a 3 anos
 de 3 anos a 4 anos
 4 anos ou mais

46. Qual seu sexo?

- Feminino
- Masculino

47. Qual seu estado civil?

- solteiro
- casado/união estável
- separado/divorciado
- viúvo
- outro, _____

48. Como declara a sua cor/raça?

- branca
- negra
- parda
- amarela
- indígena
- outro, _____

49. Qual sua Idade?

- 14 a 17 anos
- 18 a 21 anos
- 22 a 25 anos
- 26 a 29 anos
- 30 anos ou mais

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – QUESTIONÁRIO

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa intitulada “Extensão Universitária e PIBEX: um estudo sobre os projetos de extensão e a percepção dos discentes bolsistas da UFT”, sob a responsabilidade do pesquisador Geraldo José Ferreira Júnior, a qual pretende, dentre outros, compreender a percepção dos discentes bolsistas do PIBEX sobre as práticas extensionistas da UFT.

Sua participação é voluntária e se dará por meio da aplicação de um questionário. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para a reflexão sobre extensão universitária na UFT. Sua participação na pesquisa pode ocasionar alguns riscos, tais como desconforto ou constrangimento proveniente das perguntas realizadas. No entanto, em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Av. NS 15, ALCNO 14, Bloco IV, 109 Norte, Palmas – TO, Caixa Postal 266, CEP: 77001-090, Proex/Reitoria da UFT e/ou pelo telefone (63) 3232-8061. Apenas em caso de desavença com o pesquisador o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT, Av. NS 15, ALCNO 14, Prédio do Almoxarifado, 109 Norte, Palmas – TO, Caixa Postal 266, CEP: 77001-090, telefone (63) 3232-8023 de segunda a sexta no horário comercial (exceto feriados).

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UFT, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Data: ___/___/___

Assinatura do Participante

Assinatura do Coordenador do Projeto/ Pesquisador

**APÊNDICE C – QUADROS DE RESUMOS DESCRITIVOS DOS PROJETOS
APROVADOS PELO PIBEX ACADÊMICO – ANO: 2016**

Quadro 10 – Resumo Descritivo – P1

<p>Tipo da ação: Projeto Área temática principal: Educação Área temática secundária: Meio Ambiente Linha de extensão: Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial Palavras-chave: Invertebrados; Insetos; Biodiversidade; Ensino; Conservação Unidade Geral: CUA – Câmpus Universitário de Araguaína Unidade de Origem: Biologia (Licenciatura) Tempo previsto: 23/08/2016 a 23/08/2018 Carga horária total da ação: 180 horas Abrangência: Microrregional Público-alvo: estudantes e professores da rede pública do ensino fundamental e médio de Araguaína e microrregião do Bico-do-Papagaio. Estudantes e professores da rede particular e federal; Objetivo: Montar e levar uma exposição itinerante às escolas da rede pública municipal, estadual e federal de Araguaína inicialmente e da microrregião do Bico-do-Papagaio posteriormente, abordando o trabalho educativo no ensino sobre insetos e outros animais invertebrados. Avaliação: Pelo público-alvo e pela equipe. Observações: serão desenvolvidos materiais paradidáticos para serem entregues nas escolas, além de mostrar as diferentes coleções de invertebrados presentes na Coleção de Invertebrados do Norte do Tocantins (CINT); jogos didáticos, brincadeiras, vídeos e terráreos com materiais vivos também serão levados para as escolas. Número estimado de público: 400 Parceria: Não há. Equipe de execução: Docentes: 01 Discentes: 08 Técnico-Administrativos: 01 Membros externos a UFT: 05</p>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 11 – Resumo Descritivo – P2

<p>Tipo da ação: Projeto Área temática principal: Saúde Área temática secundária: Educação Linha de extensão: Saúde Humana Palavras-chave: Obesidade; Cirurgia Bariátrica; Alimentação; Nutrição Unidade Geral: CUP – Câmpus Universitário de Palmas Unidade de Origem: Nutrição Tempo previsto: O projeto de extensão já acontece desde setembro de 2013 e é de caráter permanente.</p>

<p>Abrangência: Estadual</p> <p>Público-alvo: Pacientes que fizeram ou farão cirurgia bariátrica</p> <p>Objetivo: Realizar atendimento e acompanhamento nutricional a nível ambulatorial aos pacientes pré e pós-operatório de cirurgia bariátrica do estado do Tocantins</p> <p>Avaliação: Todos os pacientes serão avaliados constantemente com relação aos atendimentos realizados pelo Ambulatório de Bariátrica. Ao final de cada semestre será aplicado um questionário de avaliação do atendimento realizado pelo acadêmico.</p> <p>Observações: Este projeto surge como uma opção de atendimento nutricional prestado a população obesa grave e propõe ser permanente no Campus de Palmas.</p> <p>Número estimado de público: 212</p> <p>Parceria: Não há.</p> <p>Equipe de execução: Docentes: 02 Discentes: 07 Técnico-Administrativos: Não há Membros externos a UFT: Não há</p>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 12 – Resumo Descritivo – P3

<p>Tipo da ação: Projeto</p> <p>Área temática principal: Educação</p> <p>Área temática secundária: Cultura</p> <p>Linha de extensão: Gestão Pública</p> <p>Palavras-chave: Atas da Câmara Municipal de Arraias; Conselho Municipal; Fontes para História da Educação; História Local</p> <p>Unidade Geral: CUAR – Câmpus Universitário de Arraias</p> <p>Unidade de Origem: Pedagogia (Licenciatura)</p> <p>Tempo previsto: 01/11/2016 a 30/04/2017</p> <p>Abrangência: Local</p> <p>Público-alvo: Alunos do Câmpus Universitário de Arraias que preferencialmente morem na cidade de Arraias-TO ou que tenham disponibilidade de horário e habilidade em informática e digitação para cumprir as atividades que forem sendo encaminhadas.</p> <p>Objetivo: Incentivar o interesse dos alunos pelo seu entorno social por meio da extensão e aproximação da prática historiográfica fomentando a busca e manipulação de documentos da história local e regional da história da educação no entorno da cidade de Arraias-TO.</p> <p>Avaliação: A avaliação será realizada em conformidade com o andamento do Projeto e a efetivação do cronograma proposto.</p> <p>Observações: É um trabalho inédito que visa não somente a preservação e divulgação da história local arraiense por meio da digitalização de fontes documentais conhecidamente oficiais, mas sobretudo, o desenvolvimento pioneiro de um modelo científico e metodológico a ser implantado na preservação de fontes locais, a exemplo dos documentos pertencentes ao Centro de Documentação presente na sede da UFT/Arraias.</p> <p>Número estimado de público: 10</p> <p>Parceria: Câmara Municipal Arraias-TO.</p> <p>Equipe de execução: Docentes: 05 Discentes: 05 Técnico-Administrativos: Não há</p>
--

Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 13 – Resumo Descritivo – P4

<p>Tipo da ação: Projeto</p> <p>Área temática principal: Saúde</p> <p>Área temática secundária: Educação</p> <p>Linha de extensão: Terceira Idade</p> <p>Palavras-chave: Idosos; Atividade Física; Envelhecimento; Programas</p> <p>Unidade Geral: CUT – Câmpus Universitário de Tocantinópolis</p> <p>Unidade de Origem: Educação Física - Licenciatura</p> <p>Tempo previsto: 01/09/2016 a 15/03/2017</p> <p>Abrangência: Local</p> <p>Público-alvo: Idosos com idade igual ou superior a 60 anos</p> <p>Objetivo: Implementar um Programa de Atividade Física associado à cognição para idosos no município de Tocantinópolis para melhorar a autonomia e qualidade de vida dos sujeitos, com reflexos esperados na sua saúde</p> <p>Avaliação: Dar-se-á ao longo do projeto e buscará estimular o julgamento do cumprimento individual do cumprimento individual e coletivo, das ações necessárias para implementação do trabalho. Impactos esperados: favorecer o processo ensino-aprendizagem, envolvendo a comunidade externa, proporcionando a apropriação e troca de saberes.</p> <p>Observações: O projeto irá gerar produtos acadêmicos, tais como: pôster, relato de experiência, publicação em eventos científicos e terá articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>Número estimado de público: 123, sendo: 03 docentes; 10 discentes e 110 na categoria “Outro”.</p> <p>Parceria: Secretaria Municipal de Saúde; Centro de Ensino Médio Deputado Darcy Marinho</p> <p>Equipe de execução:</p> <p>Docentes: 03</p> <p>Discentes: 10</p> <p>Técnico-Administrativos: Não há</p> <p>Membros externos a UFT: Não há</p>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 14 – Resumo Descritivo – P5

<p>Tipo da ação: Projeto</p> <p>Área temática principal: Educação</p> <p>Área temática secundária: Tecnologia e Produção</p> <p>Linha de extensão: Formação Docente</p> <p>Palavras-chave: Tecnologias Digitais; Formação Docente Contínua; Integração Curricular das TDIC.</p> <p>Unidade Geral: CUG – Câmpus Universitário de Gurupi</p> <p>Unidade de Origem: Diretoria Geral - Gurupi</p> <p>Tempo previsto: 01/08/2016 a 01/08/2017</p> <p>Abrangência: Regional</p>
--

Público-alvo: Docentes dos Cursos de Graduação presenciais (Agronomia, Engenharia. Biotecnológica, Química Ambiental e Engenharia Florestal); dos cursos modulares PARFOR (Biologia, Geografia e Matemática); professores e tutores dos cursos a distância (Biologia e Química). Docentes e coordenadores da Educação Básica das redes municipal e estadual.

Objetivo: Ofertar vivências para a formação continuada de docentes, das redes públicas (municipal, estadual e federal) para a integração curricular das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Tais vivências serão planejadas e desenvolvidas de forma compartilhada com o público alvo de cada atividade (oficina, minicurso ou curso), que serão delineadas a partir de diagnóstico realizado com representantes de cada segmento envolvido, a saber professores, coordenadores pedagógicos e de TIC das escolas públicas de Gurupi e região.

Avaliação: Os cursos e oficinas serão ofertados na modalidade presencial ou híbrida, conforme design elaborado de forma participativa com os docentes em atividade na rede pública (público-alvo). As atividades presenciais gerarão produtos passíveis de aplicação nas escolas, o que constituirá na parte prática da formação (a distância). Cada atividade será avaliada, conforme sua especificidade, por meio de roteiro próprio.

Observações: Minicursos de curta duração e oficinas, ofertados em até 4 finais de semana. Cursos, na modalidade híbrida, ofertados durante os semestres letivos.

Número estimado de público: 255

Parceria: Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE/Unitins); Diretoria Regional de Ensino de Gurupi-TO; Secretaria Estadual de Educação do Tocantins; Secretaria Municipal de Educação de Gurupi-TO.

Equipe de execução

Docentes: 03

Discentes: 02

Técnico-Administrativos: Não há

Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 15 – Resumo Descritivo – P6

Tipo da ação: Projeto

Área temática principal: Direitos Humanos e Justiça

Área temática secundária: Educação

Linha de extensão: Direitos Individuais e Coletivos

Palavras-chave: Assessoria; Direitos; Diversidade; Gênero; Racial.

Unidade Geral: CUM – Câmpus Universitário de Miracema

Unidade de Origem: Serviço Social

Tempo previsto: 01/12/2016 a 01/11/2017

Abrangência: Estadual

Público-alvo: Gestores(as) de políticas públicas, pesquisadores(as), estudantes e militantes do direitos humanos.

Objetivo: Prestar assessoria aos órgãos públicos e movimento social nas áreas de diversidade sexual, questões de gênero e étnico-racial; Disseminar conhecimento em diversidade sexual, questões de gênero étnico-racial, articulando com os diferentes campos do conhecimento; Instrumentalizar agente públicos e militantes para o enfrentamento do racismo, sexismo e homofobia;

Avaliação: A avaliação se dará pela Equipe das organizações durante todo o processo em reuniões e pela equipe gestora do projeto através de reunião avaliativa ao final do projeto.

Observações: Não há

Número estimado de público: 144

Parceria: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (NEPSCD); Superintendência da Mulher, Direito e Equidade de Palmas-TO (SUMUDHE); Secretaria da Defesa Social do Estado do Tocantins (SEDS); Secretaria e Segurança Pública do Estado do Tocantins (SSPET); Liga Brasileira de Lésbicas (LBL).

Equipe de execução:

Docentes: 02

Discentes: 03

Técnico-Administrativos: Não há

Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 16 – Resumo Descritivo – P7

Tipo da ação: Projeto

Área temática principal: Educação

Área temática secundária: Cultura

Linha de extensão: Espaços de Ciência

Palavras-chave: Divulgação científica; Ensino de Astronomia e Astrofísica; Espaços de ensino não formais.

Unidade Geral: CUA – Câmpus Universitário de Araguaína

Unidade de Origem: Física (Licenciatura)

Tempo previsto: 15/09/2016 a 15/03/2017

Abrangência: Municipal

Público-alvo: As atividades se destinam ao público em geral que frequenta parques e praças da cidade de Araguaína-TO e região.

Objetivo: Planejar e executar atividades de observação astronômica em locais como praças e parques na cidade de Araguaína – TO e região; Planejar e desenvolver materiais informativos que auxiliem na divulgação das ciências e dos cursos de ciências da UFT; Contribuir para a educação científica da região de Araguaína – TO; Incentivar o ensino formal de Astronomia e Astrofísica na região de Araguaína – TO.

Avaliação: Acreditamos que a avaliação do projeto de extensão se constitui num momento importante e necessário para o bom andamento das atividades. Este processo de avaliação será feito tanto pelo público participante, como pela equipe executora. A equipe executora se reunirá semanalmente para acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo projeto e para avaliar as ações desenvolvidas e planejar avanços e melhorias do projeto. Uma das fontes de avaliação do projeto será o cumprimento das atividades dentro do cronograma proposto. A equipe coletará dados de número de participantes, que também servirá de base para avaliar a abrangência do projeto. Os participantes terão a oportunidade de avaliar o projeto através de um questionário anônimo, de respostas curtas. A primeira parte do questionário fará a coleta de informações pessoais como por exemplo idade, sexo, e grau de escolaridade. A segunda parte do questionário será de questões avaliativas, como por exemplo, grau de satisfação com a atividade desenvolvida, relevância das atividades desenvolvidas, entre outras.

Observações: Não há

Número estimado de público: 104

Parceria: Não há

Equipe de execução:

Docentes: 03
Discentes: 01
Técnico-Administrativos: Não há
Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 17 – Resumo Descritivo – P8

Tipo da ação: Projeto
Área temática principal: Meio Ambiente
Área temática secundária: Educação
Linha de extensão: Resíduos Sólidos
Palavras-chave: Política nacional de resíduos sólidos; coleta seletiva; catadores de materiais recicláveis; cooperativas; educação ambiental
Unidade Geral: CUG – Câmpus Universitário de Gurupi
Unidade de Origem: Engenharia Biotecnológica e de Bioprocessos
Tempo previsto: 15/09/2016 a 15/03/2017
Abrangência: Municipal
Público-alvo: Pessoas física residentes nos bairros/setores onde ocorre coleta seletiva de resíduos sólidos. Empresas cujos resíduos sólidos gerados são potenciais candidatos a coleta seletiva.
Objetivo: Aplicação de atividades de educação ambiental, visando à conscientização da população para a importância da coleta seletiva de resíduos sólidos. Avaliar o grau de conhecimento e participação dos habitantes/empresas dos bairros/setores do município de Gurupi onde há coleta seletiva de resíduos sólidos sobre a mesma. Identificar em que bairros/setores a participação da população/empresas na seleção dos resíduos sólidos gerados pelas mesmas é deficiente; Desenvolver e aplicar estratégias de conscientização da importância da contribuição da população/empresas para a coleta seletiva de resíduos sólidos; Verificar o impacto das ações e estratégias desenvolvidas junto a população/empresas para a Associação de Catadores e Catadoras de Material Recicláveis do Meio Ambiente de Gurupi Estado do Tocantins (ACMG).
Avaliação: Coleta de dados: Visita à Cooperativa de Catadores do Município de Gurupi, com o objetivo de saber qual a visão dos catadores sobre a contribuição da população/empresas do município com relação a seleção de resíduos sólidos para a coleta seletiva; Verificar a disponibilidade de informações sobre o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos do município de Gurupi nos meios de divulgação locais (internet, meios impressos, etc); Aplicar questionários para a população/empresas com o objetivo de verificar: O grau de conhecimento que estes possuem acerca da existência da coleta seletiva de resíduos sólidos no município; O percentual de adesão a seleção de resíduos sólidos destinados a coleta seletiva. Tratamento dos dados: Avaliar as respostas em função da: Localização geográfica (bairro/setor); Classe econômica; Nível de escolaridade. A partir dos resultados obtidos, elaborar e aplicar estratégias e ações, como palestras em escolas e postos de saúde, com o objetivo de: Conscientizar a população da sua responsabilidade com relação ao gerenciamento de resíduos sólidos; Aumentar a adesão da população a coleta seletiva. Avaliar o impacto das estratégias e ações de conscientização sobre a contribuição da população/empresas para a coleta seletiva. Verificar se a Associação de Catadores e Catadoras de Material Recicláveis do Meio Ambiente de Gurupi Estado do Tocantins percebeu alguma mudança de atitude da população com relação a coleta seletiva.
Observações: Não há

Número estimado de público: 110
Parceria: Não há
Equipe de execução:
Docentes: 03
Discentes: 02
Técnico-Administrativos: Não há
Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 18 – Resumo Descritivo – P9

Tipo da ação: Projeto
Área temática principal: Educação
Área temática secundária: Cultura
Linha de extensão: Espaços de Ciência
Palavras-chave: Divulgação científica; Ensino de Astronomia e Astrofísica; Espaços de ensino não formais.
Unidade Geral: CUA – Câmpus Universitário de Araguaína
Unidade de Origem: Física (Licenciatura)
Tempo previsto: 15/09/2016 a 15/03/2017
Abrangência: Municipal
Público-alvo: As atividades se destinam ao público em geral que frequenta parques e praças da cidade de Araguaína-TO e região.
Objetivo: Planejar e executar atividades de observação astronômica em locais como praças e parques na cidade de Araguaína – TO e região; Planejar e desenvolver materiais informativos que auxiliem na divulgação das ciências e dos cursos de ciências da UFT; Contribuir para a educação científica da região de Araguaína – TO; Incentivar o ensino formal de Astronomia e Astrofísica na região de Araguaína – TO.
Avaliação: A equipe executora se reunirá semanalmente para acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo projeto e para avaliar as ações desenvolvidas e planejar avanços e melhorias do projeto. Uma das fontes de avaliação do projeto será o cumprimento das atividades dentro do cronograma proposto. A equipe coletará dados de número de participantes, que também servirá de base para avaliar a abrangência do projeto. Os participantes terão a oportunidade de avaliar o projeto através de um questionário anônimo, de respostas curtas. A primeira parte do questionário fará a coleta de informações pessoais como por exemplo idade, sexo, e grau de escolaridade. A segunda parte do questionário será de questões avaliativas, como por exemplo, grau de satisfação com a atividade desenvolvida, relevância das atividades desenvolvidas, entre outras.
Observações: Não há
Número estimado de público: 104
Parceria: Não há
Equipe de execução:
Docentes: 03
Discentes: 01

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 19 – Resumo Descritivo – P10

<p>Tipo da ação: Projeto</p> <p>Área temática principal: Educação</p> <p>Área temática secundária: Comunicação</p> <p>Linha de extensão: Mídias</p> <p>Palavras-chave: Portal; curso; arquitetura; urbanismo; UFT</p> <p>Unidade Geral: CUP – Câmpus Universitário de Palmas</p> <p>Unidade de Origem: Arquitetura e Urbanismo</p> <p>Tempo previsto: 01/09/2016 a 01/02/2017</p> <p>Abrangência: Nacional</p> <p>Público-alvo: Comunidade acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo (estudantes e professores) e profissionais de todo país, sociedade.</p> <p>Objetivo: O objetivo geral deste projeto é a criação do site que será alimentado com informações sobre curso de Arquitetura e Urbanismo, sendo essas informações: fotos, textos, projetos, atividades dos Laboratórios de Arquitetura e Urbanismo, Laboratório Audiovisual, Laboratório de Conforto, Maquetaria, assim como obras de arquitetos urbanistas e estudantes do Tocantins, e notícias do universo arquitetônico e urbanístico, a fim de promover um diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa. Além de estimular e apoiar o corpo docente e discente na publicação e divulgação das suas produções científicas.</p> <p>Avaliação: O projeto será desenvolvido através de levantamento documental de dados históricos; levantamento fotográfico; de experiências nacionais de referência e levantamento da produção científica do curso de Arquitetura e Urbanismo - UFT. Com o propósito a sistematização, alimentação e divulgação de ações.</p> <p>Observações: Levantamento documental de dados históricos do curso de Arquitetura e Urbanismo e experiências nacionais de experiências; Análise de plataformas online e aprimoramento técnico para execução do projeto; Levantamento fotográfico dos laboratórios e espaços do curso. Início de programação visual do site. Execução e alimentação de informações do site do Curso.</p> <p>Número estimado de público: 276</p> <p>Parceria: Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-TO); Instituto de Arquitetos Brasileiros-TO (IAB-TO); Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU-UFT); Laboratório Audiovisual de Arquitetura e Urbanismo (LAV-UFT); Laboratório de Arquitetura e Urbanismo (LAU-UFT); Laboratório de Conforto de Arquitetura e Urbanismo (LABCON-UFT).</p> <p>Equipe de execução:</p> <p>Docentes: 03</p> <p>Discentes: 02</p> <p>Técnico-Administrativos: 01</p> <p>Membros externos a UFT: Não há</p>
--

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 20 – Resumo Descritivo – P11

<p>Tipo da ação: Projeto</p> <p>Área temática principal: Saúde</p> <p>Área temática secundária: Não há</p> <p>Linha de extensão: Esporte e Lazer</p> <p>Palavras-chave: Iniciação esportiva; futsal.</p> <p>Unidade Geral: CUM – Câmpus Universitário de Miracema</p> <p>Unidade de Origem: Educação Física</p>
--

Tempo previsto: 01/09/2016 a 30/05/2017

Abrangência: Local

Público-alvo: Alunos de escolas públicas com idade entre 12 e 18 anos de idade do município de Miracema-TO.

Objetivo: Proporcionar a iniciação esportiva do futsal às crianças e adolescentes do município de Miracema-TO, promovendo o desenvolvimento integral dos mesmos, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, além de possibilitar ao acadêmico do curso de Educação Física da UFT - Campus Miracema espaço para iniciar a prática docente da modalidade.

Avaliação: O projeto de extensão é realizado de 2ª a 5ª no ginásio de esportes do Município de Miracema, com o tempo de duração de duas horas por dia. Por ser um projeto de iniciação esportiva as turmas são divididas entre meninas e meninos com a faixa etária de 12 a 18 anos, onde é ofertado uma hora de aula por dia para cada turma. No primeiro momento é realizado um aquecimento com os alunos e logo após são realizadas diversas atividades práticas como o treino de fundamentos específicos do futsal, jogos e brincadeiras, visando a melhoria da técnica e tática do futsal, e terminando com alongamento e relaxamento com uma conversa sobre a aula. Avaliando continuamente a evolução dos alunos no decorrer das aulas.

Observações: O projeto de extensão é realizado de segunda e quinta-feira com duração de 2h por dia, dividindo esse horário entre a turma masculina e feminina. As aulas são ofertadas no ginásio de esportes do Município de Miracema dispondo 1 hora de aula para cada turma, masculino das 16h às 17h e feminino das 17h às 18h. Com a turma masculino são realizadas atividades que contemplem o aprimoramento dos fundamentos do futsal e movimentação dentro de quadra, por meio de repetições de um determinado movimento e utilização de jogos e brincadeiras para deixar os treinos um tanto como lúdicos no decorrer dos treinos. Com a turma feminina também são trabalhados exercícios com fundamentos, jogos e brincadeira, mas dando ênfase no aprimoramento da coordenação motora das alunas para obter maior rendimento dentro de quadra, trabalhando de forma lúdica para o treino não se tornar monótono durante o decorrer do projeto.

Número estimado de público: 60

Parceria: Prefeitura de Miracema-TO

Equipe de execução:

Docentes: 01

Discentes: 03

Técnico-Administrativos: Não há

Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 21 – Resumo Descritivo – P12

Tipo da ação: Projeto

Área temática principal: Educação

Área temática secundária: Meio Ambiente

Linha de extensão: Questões Ambientais

Palavras-chave: Horta Mandala; agricultura familiar; agroecologia

Unidade Geral: CUP – Câmpus Universitário de Palmas

Unidade de Origem: Engenharia Ambiental

Tempo previsto: 02/09/2015 a 02/09/2017

Abrangência: Municipal

Público-alvo: Alunos, servidores e visitantes do Câmpus Universitário de Palmas.

Objetivo: Difusão de práticas e formação de redes em agroecologia. Objetivos específicos: operar e conservar horta mandala; criar um ambiente que desafie o aluno a aplicar conhecimento e solucionar problemas; realização de atividades de pesquisa e extensão a ela relacionadas; aplicar e difundir práticas agroecológicas; integrar alunos de vários cursos por meio de um local e tema específico que é a Unidade Demonstrativa Horta Mandala.

Avaliação:

Observações: Pesquisas científicas e reuniões; Visitas a assentamentos; Construção e manutenção da horta mandala: a) mudas, plantio e banco de sementes b) compostagem e insumos c) irrigação d) controle de pragas; Difusão dos conhecimentos.

Número estimado de público: 200

Parceria: O grupo promoverá e participará de seminários, palestras, dia de campo e reuniões com membros externos (agricultores, produtores, docentes e alunos do IFTO e da ULBRA, técnicos do MAPA, EMBRAPA, RURALTINS, entre outros) ao projeto para relatar as suas experiências e adquirir conhecimento para melhor gestão do projeto.

Equipe de execução:

Docentes: 02

Discentes: 14

Técnico-Administrativos: 02

Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 22 – Resumo Descritivo – P13

Tipo da ação: Projeto

Área temática principal: Saúde

Área temática secundária: Educação

Linha de extensão: Terceira Idade

Palavras-chave: Idosos; Avaliação Geriátrica; Plano de Cuidados; Universidade da Maturidade; Envelhecimento Ativo.

Unidade Geral: CUP – Câmpus Universitário de Palmas

Unidade de Origem: Enfermagem

Tempo previsto: 15/09/2016 a 15/09/2017

Abrangência: Local

Público-alvo: O público-alvo será composto pelos idosos cadastrados no semestre letivo vigente na Universidade da Maturidade.

Objetivo: Geral: Analisar as condições e agravos de saúde dos idosos participantes da Universidade da Maturidade, Palmas (Tocantins) e propor o plano de cuidados; Específicos: estabelecer uma relação dialógica ensino-serviço-comunidade entre a comunidade acadêmica e a Universidade da Maturidade; Favorecer a construção do conhecimento geriátrico-gerontológico em acadêmicos dos cursos de enfermagem, nutrição, medicina e educação física, bem como absorver e produzir conhecimento a partir das ações e vivências; Possibilitar a articulação interdisciplinar no planejamento do cuidado dos idosos; Descrever as condições e os agravos de saúde dos idosos; Aplicar a avaliação geriátrica ampla nos idosos; Elaborar e implementar um plano de cuidados para os idosos de acordo com suas necessidades individuais; Divulgar os resultados das ações e vivências para a comunidade e gestores no sentido de sociabilizar experiências e fomentar novos projetos.

Avaliação: Para este projeto extensionista, a população do estudo será constituída por idosos participantes das atividades desenvolvidas na Universidade da Maturidade (UMA), em

Palmas – Tocantins. A UMA é um programa da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT) criado no ano de 2006, com intuito de propor um desenvolvimento integral dos alunos por meio de ações voltadas para a educação, a saúde, o esporte, o lazer, a arte e a cultura, buscando a melhoria da qualidade de vida e o resgate da cidadania. Serão adotados os critérios de inclusão: idade igual ou superior a 60 anos, estar matriculado e frequentar regularmente as atividades da UMA e aceitar participar das atividades. O presente projeto será submetido à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal do Tocantins, para avaliação e aprovação de acordo com o Edital nº036/2015. As atividades do projeto serão organizadas em seis etapas, sendo a primeira composta por reuniões de planejamento e operacionalização das atividades. Participarão dessas reuniões o coordenador do projeto, os docentes e gestores da UMA. A segunda etapa compreenderá seleção de discentes voluntários para participação do projeto. Em seguida, todos os discentes serão capacitados quanto à abordagem da pessoa idosa, aplicação da avaliação geriátrica ampla. A capacitação será realizada pelos docentes integrantes da pesquisa, que deverão utilizar com estratégias para o processo ensino-aprendizagem aulas teóricas e práticas, oficinas, discussão de casos clínicos. A terceira etapa será constituída pela consulta Gerontológica realizada pelos discentes na sede da UMA. Para a realização da consulta, os entrevistadores agendarão previamente um horário para a realização da mesma com cada participante. Essa etapa será realizada por uma equipe de estudantes dos cursos de Enfermagem, Medicina Nutrição e Educação Física, previamente treinada pelos docentes responsáveis. Os alunos utilizarão um instrumento previamente elaborado pelos docentes contendo a caracterização dos idosos (demográfica e socioeconômica) e a Avaliação Geriátrica Ampla (AGA). A quarta etapa será a discussão interdisciplinar do plano de cuidados elaborado pelos discentes e os docentes integrantes da equipe (enfermeiros, educador físico, nutricionista e pedagogo). A quinta etapa será composta pela implementação das ações desenvolvidas no plano de cuidados. Essas ações poderão ser realizadas individualmente ou em grupos de acordo com as necessidades dos idosos. Em caso de ações coletivas estas ocorrerão no auditório da UMA, nas quais poderão utilizar dispositivo multimídia (datashow), panfletos e cartilhas, referentes às necessidades emergidas durante a avaliação.

Observações: Não há.

Número estimado de público: 80

Parceria: Colegiado do Curso de Enfermagem da UFT; Universidade da Maturidade (UMA)

Equipe de execução:

Docentes: 06

Discentes: 01

Técnico-Administrativos: Não há

Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 23 – Resumo Descritivo – P14

Tipo da ação: Projeto

Área temática principal: Saúde

Área temática secundária: Educação

Linha de extensão: Saúde Humana

Palavras-chave: Exercício físico; diabetes mellitus; qualidade de vida

Unidade Geral: CUT – Câmpus Universitário de Tocantinópolis

Unidade de Origem: Educação Física (Licenciatura)

Tempo previsto: 01/09/2016 a 01/12/2017

<p>Abrangência: Local</p> <p>Público-alvo: Diabéticos atendidos pelo Sistema Único de Saúde do Município de Tocantinópolis-TO.</p> <p>Objetivo: Analisar associação entre sexo, idade, tempo de diagnóstico de diabetes, aparecimento de complicações crônicas e controle lipídico e glicêmico por meio do exercício de força, do exercício físico aeróbico e do exercício aeróbico combinado ao exercício de força.</p> <p>Avaliação: Não há</p> <p>Observações: Não há</p> <p>Número estimado de público: 50</p> <p>Parceria: Secretaria Municipal de Saúde de Tocantinópolis</p> <p>Equipe de execução:</p> <p>Docentes: 01</p> <p>Discentes: 01</p> <p>Técnico-Administrativos: Não há</p> <p>Membros externos a UFT: Não há</p>
--

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 24 – Resumo Descritivo – P15

<p>Tipo da ação: Projeto</p> <p>Área temática principal: Saúde</p> <p>Área temática secundária: Educação</p> <p>Linha de extensão: Infância e adolescência</p> <p>Palavras-chave: Educação em saúde; prevenção de acidentes na infância; primeiros socorros em crianças; interação ensino-serviço-comunidade.</p> <p>Unidade Geral: CUP – Câmpus Universitário de Palmas</p> <p>Unidade de Origem: Enfermagem</p> <p>Tempo previsto: 01/06/2016 a 01/12/2016</p> <p>Abrangência: Microrregional</p> <p>Público-alvo: Docentes e discentes da Universidade Federal do Tocantins, gestores de instituições estaduais e municipais na microrregião de Palmas, líderes religiosos e comunitários, profissionais de educação e saúde, cuidadores de crianças sejam eles jovens ou adultos, homens ou mulheres, de ambientes domésticos, educacionais, tutelares, religiosos e demais ambientes comunitários em que convivam as crianças.</p> <p>Objetivo: Compartilhar conhecimentos produzidos na Universidade, bem como absorver e produzir conhecimento a partir das ações e vivências; Informar sobre os principais acidentes aos quais as crianças estão vulneráveis em cada faixa etária e local; Ensinar como reconhecer ambientes e situações de risco à integridade física das crianças; Propor estratégias de proteção da criança e prevenção de acidentes; Incentivar a adoção de hábitos seguros nos ambientes doméstico, escolar e tutelar, comunitário e outros em que convivam crianças; Promover acesso a informações sobre como realizar o primeiro atendimento ou "primeiros socorros" de forma correta e oportuna; Promover o empoderamento da comunidade local nas ações de prevenção através da formação de apoiadores do projeto em nível local; Divulgar os resultados das ações e vivências para as comunidades e entes envolvidos no sentido de sociabilizar experiências e fomentar novos projetos.</p> <p>Avaliação: A avaliação das ações do projeto acontecerá de forma contínua após cada ação educativa, mas também em intervalos regulares conforme explicitado a seguir: Aplicação de instrumento avaliativo após cada ação educativa; Encontros mensais para avaliação das atividades e construção de relatórios (tempo previsto - 40 horas); Avaliação semestral e</p>
--

confeção de relatório parcial (tempo previsto - 20 horas); Avaliação final e confeção de relatório final (tempo previsto - 30 horas); Pretende-se que no momento da avaliação final das atividades, os gestores, profissionais e líderes estejam presentes e contribuam para esse processo.

Observações: As comunidades, sejam elas, institucionais ou não, serão convidadas a participar das capacitações por intermédio de seus líderes. É de interesse do projeto formar disseminadores de informações nessas comunidades, ou seja, pessoas que continuarão contribuindo para informar outros sobre as estratégias de proteção da infância, no que se refere às injúrias não intencionais. Serão chamados de apoiadores do projeto em nível local; Os resultados esperados contemplam o aumento do nível de informação das pessoas e conseqüentemente, a mudança de hábitos e a promoção de ambientes mais seguros para as crianças.

Número estimado de público: 494

Parceria: Colegiado do Curso de Enfermagem da UFT (CEUFT); Secretaria Municipal de Educação de Palmas (SEDUC); Secretaria Municipal de Saúde de Palmas (SEMUS); Presbitério do Tocantins (PSTN); Corpo de Bombeiros Militar (CBM); Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Equipe de execução:

Docentes: 04

Discentes: 09

Técnico-Administrativos: Não há

Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 25 – Resumo Descritivo – P16

Tipo da ação: Projeto

Área temática principal: Comunicação

Área temática secundária: Trabalho

Linha de extensão: Mídias

Palavras-chave: Jornalismo; produção; mídias; projetos

Unidade Geral: CUP – Câmpus Universitário de Palmas

Unidade de Origem: Comunicação Social - Jornalismo

Tempo previsto: 01/12/2016 a 01/11/2017

Abrangência: Local

Público-alvo: Acadêmicos do curso de Jornalismo e áreas afins, profissionais da área da comunicação e público interessado.

Objetivo: Geral: Abrir canais de discussão, de pesquisa e de extensão de problemas que envolvem as comunidades tradicionais dos espaços rural e das cidades, numa rede de comunicação que promovam suportes multimídia. Específicos: dar visibilidade à produção realizada pelos acadêmicos do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins. Aproximar o curso de Jornalismo do mercado de trabalho e das entidades de classe. Estabelecer a aproximação do curso de Jornalismo e da UFT das comunidades sociais e da população de uma maneira geral.

Avaliação:

Observações: Não há

Número estimado de público:

Parceria: Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO); Sindicato dos Jornalistas do Tocantins (Sindjor); Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (APATO).

Equipe de execução:
Docentes: 02
Discentes: 05
Técnico-Administrativos: 03
Membros externos a UFT: 01

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 26 – Resumo Descritivo – P17

Tipo da ação: Projeto
Área temática principal: Saúde
Área temática secundária: Educação
Linha de extensão: Segurança alimentar e nutricional
Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Políticas Públicas; Determinantes de Saúde; Povos e Comunidades Tradicionais
Unidade Geral: CUP – Câmpus Universitária de Palmas
Unidade de Origem: Nutrição
Tempo previsto: 01/12/2016 a 01/11/2017
Abrangência: Estadual
Público-alvo: Conselheiros dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional; Membros da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional; Representantes da comunidade indígena; Representantes da comunidade quilombola; Acadêmicos de Nutrição; Professores da UFT; Profissionais envolvidos com a Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Tocantins
Objetivo: Fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados, Distrito Federal e municípios, a partir do apoio aos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) e às Câmaras ou Instâncias Governamentais de Gestão Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) com a realização de assessorias para elaboração de políticas públicas e ações de capacitação, cursos, mobilização, produção científica, eventos e comunicação.
Avaliação: Levantamento dos determinantes locais e domiciliares da Segurança Alimentar e Nutricional, através de visitas domiciliares e conversa com os gestores da área da saúde, educação, agricultura e assistência social. As visitas domiciliares incluem avaliação do estado nutricional, de disponibilidade de alimentos, e levantamento de dados sociodemográficos das famílias. Realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional para comunidades indígenas e quilombolas. Dessa forma, será feita mobilização para organização das oficinas entre os representantes das entidades responsáveis, sociedade civil e universidade, seguida de planejamento de duas oficinas que terão realização anual em que haverá palestras e momentos de discussão e construção. As oficinas serão planejadas para receberem até 250 participantes, havendo divulgação para participação através de diferentes meios de comunicação. Ao final de cada oficina os participantes terão que responder uma avaliação com contribuições e aspectos bons e ruins que ocorreram nas oficinas.
Observações: Não há.
Número estimado de público: 250
Parceria: Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Tocantins (CONSEA-TO); Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA); Curso de Nutrição da UFT.
Equipe de execução:
Docentes: 07

Discentes: 08
Técnico-Administrativos: Não há
Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 27 – Resumo Descritivo – P18

Tipo da ação: Projeto
Área temática principal: Educação
Área temática secundária: Direitos Humanos e Justiça
Linha de extensão: Desenvolvimento Urbano
Palavras-chave: Gênero; políticas públicas; espaço urbano.
Unidade Geral: CUPN – Câmpus Universitário de Porto Nacional
Unidade de Origem: Geografia (Licenciatura)
Tempo previsto: 01/12/2016 a 01/11/2017
Abrangência: Local
Público-alvo: Estudantes de geografia da Universidade Federal do Tocantins; mulheres envolvidas na gestão da administração pública e privada; mulheres líderes dos movimentos sociais e parlamentares.
Objetivo: Buscar o entendimento do papel da mulher nas políticas públicas no processo de representação política em Porto Nacional-TO, com vistas a levantar uma discussão teórico-metodológica crítica a despeito da emancipação político territorial feminina.
Avaliação: Faremos uma análise da importância do papel político feminino na comunidade portuense, ressaltando suas principais contribuições, a partir da interpretação histórico dialética. Isso se justifica por entendermos que ao proceder dessa forma, estaremos explicitando toda uma trajetória política feminina na organização e envolvimento na gestão da comunidade local, numa perspectiva crítica, permitindo entender que a questão social de gênero, só é eficiente quando sua análise e interpretação admite que nossa sociedade é constituída de classes sociais de várias ordens. Serão levantados documentos sobre o histórico das várias gerações dos pleitos eleitorais da câmara municipal e da prefeitura municipal que demonstre ou não a participação da mulher nessas esferas do poder constituído.
Observações: Divulgação dos Projetos Executivos à comunidade visando à democratização das informações aos beneficiários; levantamento de demandas da população para enriquecimento dos diagnósticos já realizados sobre a comunidade e planejamento participativo de ações voltadas ao desenvolvimento local e valorização das políticas públicas sobre democratização no mundo do trabalho da mulher; consolidação da capacitação num Planejamento Participativo; elaboração do Plano de Ação de Educação e gênero devendo contemplar mulheres trabalhadoras no serviço público e privado ligado a administração e gestão; detalhamento conjunto das ações de geração de trabalho e renda a partir da Oficina de Dinamização da Economia Local.
Número estimado de público: 50
Parceria: Não há
Equipe de execução:
Docentes: 01
Discentes: 01
Técnico-Administrativos: Não há
Membros externos a UFT: Não há

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa.